

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

**CONTRADIÇÕES ENTRE O USO DO TERRITÓRIO E O FETICHE DO
TURISMO NA RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA (PI-MA)**

RICARDO RAYAN NASCIMENTO ROCHA

**NATAL/RN
2018**

RICARDO RAYAN NASCIMENTO ROCHA

CONTRADIÇÕES ENTRE O USO DO TERRITÓRIO E O FETICHE DO
TURISMO NA RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA (PI-MA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia, da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte, como pré-requisito para obtenção do
título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Edna Maria Furtado.

NATAL/RN
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

RICARDO RAYAN NASCIMENTO ROCHA

CONTRADIÇÕES ENTRE O USO DO TERRITÓRIO E O FETICHE DO
TURISMO NA RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA (PI-MA)

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____

PROF.^a DR.^a EDNA MARIA FURTADO
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Departamento de Geografia

1º Examinadora: _____

PROF.^a DR.^a SHAIANE VARGAS DA SILVEIRA
Universidade Federal do Piauí
Departamento de Turismo

2º Examinadora: _____

PROF.^a DR.^a MARIA APARECIDA FONTES DA FONSECA
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Departamento de Geografia

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes – CCHLA

Rocha, Ricardo Rayan Nascimento.

Contradições entre o uso do território e o fetiche do turismo na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) / Ricardo Rayan Nascimento Rocha. - 2018.

142f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. Natal, RN, 2018.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edna Maria Furtado.

1. Turismo. 2. Uso do território. 3. Reserva Extrativista - Marinha Delta do Parnaíba. I. Furtado, Edna Maria. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 338.48:911.3

Dedico essa pesquisa às comunidades tradicionais da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA).

AGRADECIMENTOS

Todos temos nossas narrativas de vida. Dentre as minhas, optei pela pesquisa e extensão científica na perspectiva de atender aos dilemas enquanto pesquisador do Turismo pensando-o como área de conhecimento. Assim, por meio de um caminho árduo com dificuldades e êxitos, escrevi a presente pesquisa, a qual teve diversos personagens que contribuíram para o resultado final. Portanto, agradeço:

- À minha **família** (meu pai, Israel; minha mãe, Adalgisa e minhas irmãs, Sarah e Gabriela) pelas inúmeras demonstrações de afeto e apoio durante o mestrado;

- À minha **orientadora**, Prof.^a Dr.^a Edna Maria Furtado, que desde o início do mestrado, contribuiu para o resultado significativo dessa pesquisa;

- À **banca examinadora** da presente dissertação, composta pela Prof.^a Dr.^a Shaiane Vargas da Silveira (Examinadora externa) e pela Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Fontes da Fonseca (Examinadora interna);

- Ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGeo) – UFRN, assim como agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela aceitação e suporte financeiro, respectivamente, na construção da pesquisa;

- Às **comunidades tradicionais** da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) que contribuíram para a realização das entrevistas e pesquisa de campo;

- Às analistas ambientais do ICMBio, Tatiana Rehder e Luciana Machado pela disposição em contribuir para a presente dissertação;

- Ao Luciano Galeno, Turismólogo e **amigo** de longa data que contribuiu, expressivamente, no decorrer e resultado final dessa pesquisa;

- Aos **amigos**, Hugo Aureliano e Adjael Maracajá, que adquiri durante o mestrado, um “espaço” que reproduz tanta vaidade e ainda assim, construí duas grandes amizades.

- Novamente, ao Hugo Aureliano pela elaboração da cartografia dessa pesquisa que sem a respectiva ajuda, dificilmente, teria atingindo os objetivos propostos dessa dissertação.

- Aos amigos que me receberam em Natal/RN: Patrícia Araújo, Ricardo Araújo e Patrício Araújo. Vocês são especiais;

- Aos amigos, Jean dos Reis, Ivan Marques e Patrícia Lucena pela convivência e momentos desestressantes da vida acadêmica;

.... Agradeço a todos que, direta e/ou indiretamente, estão “diluídos” no resultado final da presente dissertação.

Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular – foi deixando
devagar sofridamente
de ser, para transformar-se
- muito mais sofridamente –
na primeira e profunda pessoa
do plural.

[...]

É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro
Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arte a límpida
Verdade dos nossos erros)
Se trata de abrir o rumo.
Os que virão serão povo,
E saber serão, lutando

(Thiago de Mello)

RESUMO

O fenômeno turístico, enquanto atividade econômica que vem produzindo suas “geografias” para o seu acontecer, possui uma dinâmica socioespacial que produz diversas territorialidades no uso do território e consequentemente, no espaço geográfico. Isso acontece devido à lógica - inerentemente econômica - dessa atividade no processo de apropriação da paisagem, assim como das singularidades (sociais, culturais, ambientais, etc.) do lugar para o fomento e materialização do turismo. Entretanto, embora seja uma atividade que vem sendo associada ao paradigma do desenvolvimento sustentável, isto é, como alternativa no processo de conciliação harmônica entre o homem e o meio ambiente pensando os impactos ambientais, existe um complexo de contradições vide à estrutura econômica e o discurso ideológico que sustenta o turismo. A partir do contexto apresentado, objetivamos na presente dissertação analisar a relação entre o fenômeno turístico e comunidades tradicionais no que se refere ao uso do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), buscando apreender contradições no processo de invisibilização local. Para tanto, adotamos enquanto metodologia, um levantamento bibliográfico, tanto da literatura geográfica, assim como de áreas correlatas, além de uma pesquisa documental com dados primários para a construção inicial da narrativa aqui proposta. Em concomitância, realizamos entrevistas semiestruturadas junto às comunidades tradicionais e o ICMBio, personagens importantes para o processo de territorialização da RESEX Marinha Delta do Parnaíba. Portanto, os resultados obtidos apontam que para o fenômeno turístico acontecer no Delta do Parnaíba (PI-MA), sobretudo, na sua RESEX, outros usos do território são invisibilizados, como o extrativismo da cata de caranguejo e a pesca artesanal. Ou seja, o uso enquanto abrigo não entra como elemento no processo de turistificação, em detrimento do uso enquanto recurso pelo Turismo. Com isso, observamos que a territorialização do turismo no Delta é excludente e de forma consequente, contraditória, pensando a ausência de impactos econômicos no desenvolvimento local e geração de rendas para as comunidades tradicionais da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), propagandeado no discurso dos segmentos sustentáveis do turismo. Tal contexto evidencia a necessidade de repensar o turismo por meio de outras perspectivas enquanto instrumento de afirmação de território para as comunidades inseridas na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) e assim, ensaiar novas possibilidades para o turismo no contexto local.

Palavras-chave: Turismo; Uso do território; RESEX Marinha Delta do Parnaíba

ABSTRACT

The tourism phenomenon, as an economic activity that has been producing its "geographies" for its happening, has a socio-spatial dynamics that produces diverse territorialities in the use of the territory and consequently, in the geographic space. This is due to the inherently economic logic of this activity in the process of appropriation of the landscape, as well as the singularities (social, cultural, environmental, etc.) of the place for the promotion and materialization of tourism. However, although it is an activity that has been associated with the paradigm of sustainable development, that is, as an alternative in the harmonious reconciliation process between man and the environment, thinking about environmental impacts, there is a complex of contradictions to the economic structure and ideological discourse that underpins tourism. From the context presented, we aim to analyze the relationship between tourism phenomena and traditional communities regarding the use of the Marinha do Parnaíba Delta (PI-MA) RESEX territory, seeking to understand contradictions in the process of local invisibilization. For this, we adopted as a methodology, a bibliographical survey of both geographic literature, as well as related areas, as well as a documentary research with primary data for the initial construction of the narrative proposed here. At the same time, we conducted semi-structured interviews with the traditional communities and ICMBio, important figures for the process of territorialization of the Marinha Delta Delta of Parnaíba. Therefore, the results obtained indicate that for the tourism phenomenon to occur in the Parnaíba Delta (PI-MA), especially in its RESEX, other uses of the territory are invisibilized, such as the extractivism of the crab tasting and artisanal fishing. That is, the use as shelter does not enter as an element in the process of tourism, to the detriment of use as a resource by Tourism. With this, we observe that the territorialisation of tourism in the Delta is exclusive and consequently contradictory, thinking of the absence of economic impacts on local development and income generation for the traditional communities of the Marinha Delta del Parnaíba (PI-MA), propagandized in the discourse of sustainable segments of tourism. This context highlights the need to rethink tourism through other perspectives, as an instrument of territorial affirmation for the communities included in the Marinha Delta Delta of Parnaíba (PI-MA) and thus, to test new possibilities for tourism in the local context.

Keyword: Tourism; Use of territory; RESEX Marinha Delta of Parnaíba

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (PI-MA).....	20
Mapa 2 - Localização das Unidades de Conservação – UC's do Delta do Parnaíba.....	22
Mapa 3 - RESEX Marinha Delta do Parnaíba.....	77
Mapa 4 - Localização dos municípios que compõe a Rota das Emoções.....	97
Mapa 5 – Densidade dos Meios de Hospedagens em Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI.....	99
Mapa 6 – Densidade das Agências turísticas em Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI.....	100
Mapa 7 – Densidade dos empreendimentos A&B de Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI.....	101
Mapa 8 – Densidade dos serviços oferecidos em Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI.....	102
Mapa 9 - Localização das agências de viagens que comercializam a Rota das Emoções (MA, PI e CE).....	110
Mapa 10 - Fluxo turístico nacional da Rota das emoções (MA, PI e CE).....	119
Mapa 11 - Fluxo turístico por países da Rota das emoções.....	120

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Procedimentos metodológicos.....	27
Figura 2 - Divisão das categorias de UC em Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável.....	64
Figura 3 - Ostras “criadas” na comunidade Torto – RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA).....	73
Figura 4 - Reunião entre o ICMBio e a comunidade Passarinho.....	75
Figura 5 - Periodização do uso do território do Delta do Parnaíba (PI-MA).....	79
Figura 6 - Porto das Barcas – Símbolo comercial do ciclo da carne.....	80
Figura 7 - Ciclos econômicos do caranguejo e turismo no Delta do Parnaíba.....	81
Figura 8 - Manguezal no delta do Parnaíba, com suas árvores de grande porte.....	84
Figura 9 - Localização geopolítica da RESEX do Delta do Parnaíba.....	84
Figura 10 - Passeios no Delta do Parnaíba.....	93
Figura 11 - Território de abrangência da Rota das Emoções.....	98
Figura 12 - Dinâmica atual do movimento dos fluxos de visitantes da Rota das Emoções....	105
Figura 13 - Trapiche de embarque e desembarque da comunidade Canárias.....	108
Figura 14 - Mapa temático dos roteiros realizados pelas agências de Parnaíba no Delta do Parnaíba.....	112
Figura 15 - Mapa temático dos roteiros realizados pelas agências de Parnaíba no Delta do Parnaíba.....	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Habilidades mencionadas pelas comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba.....	85
Gráfico 2 - Usos do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA).....	87
Gráfico 3 - Uso do território pelo Turismo.....	107
Gráfico 4 - Impactos negativos do turismo na RESEX Marinha Delta do Parnaíba.....	111
Gráfico 5 - Diálogo entre as comunidades e o setor de serviços.....	113
Gráfico 6 - Participação em cursos de qualificação turística.....	115
Gráfico 7 - Motivação turística para o Delta do Parnaíba.....	116
Gráfico 8 - Inserção das comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba no turismo...	117
Gráfico 9 - Diálogo entre as comunidades e o ICMBio.....	121
Gráfico 10 - Iniciativa das prefeituras municipais para o fomento do turismo.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Entrevistados da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA).....	29
Quadro 2 - Dimensões do ambientalismo.....	56
Quadro 3 – Políticas implementadas desde 1981.....	58
Quadro 4 – objetivos norteadores do SNUC.....	59
Quadro 5 - Unidades de proteção integral.....	60
Quadro 6 - Unidades de uso sustentável.. ..	61
Quadro 7 - Unidades de conservação federais e estaduais (2017).....	65
Quadro 8 - Síntese conceitual de Reserva Extrativista – SNUC –Lei Nº 9.985.....	76
Quadro 9 - Quantidade estimada de catadores profissionais das comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA).....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CIA	Comissão Ilha Ativa
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PET	Programa de Educação Tutorial
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
RESEX	Reserva Extrativista
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UC	Unidade de Conservação
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPI	Universidade Federal do Piauí
WCED	World Commission on Environment and Devenlopment
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

HIPÓTESE.....	15
1. INTRODUÇÃO	16
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
3. A NARRATIVA TEÓRICA E CONCEITUAL	34
3.1 TURISMO, TERRITÓRIO E CONSUMO DA PAISAGEM: A NATUREZA DA TERRITORIALIZAÇÃO TURÍSTICA	34
3.1.1 Turismo e território: pela dimensão espacial.....	34
3.1.2 A natureza do fenômeno turístico e o fenômeno turístico da natureza	43
3.1.3 O paradigma do desenvolvimento sustentável: o território turístico na ótica da sustentabilidade	52
3.2 UNIDADES DE CONVERSAÇÃO, TURISMO: NORMATIZAÇÃO, RACIONALIDADE ECONÔMICA E OUTRAS RACIONALIDADES	57
3.2.1 Unidades de conservação e a disciplinarização do território: o turismo como possibilidade.....	57
3.2.2 As Reservas Extrativistas: a gênese do protagonismo das comunidades tradicionais	67
4. A RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA (PI-MA): DA SUBSISTÊNCIA AO CONSUMO DA PAISAGEM PELO FENÔMENO TURÍSTICO	73
4.1 COMUNIDADES EXTRATIVISTAS E PESQUEIRAS: O TERRITÓRIO ENQUANTO ABRIGO.....	73
4.2 O FENÔMENO FÍSICO VIRA FENÔMENO TURÍSTICO DO DELTA DO PARNAÍBA (PI/MA): O TERRITÓRIO ENQUANTO RECURSO	93
5. O FENÔMENO TURÍSTICO DA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA (PI-MA): HIPÓTESES, PROPOSTAS E REFLEXÕES.....	124
5.1 O PAPEL ATIVO DO TURISMO: UM MANIFESTO.....	124
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICES	133

HIPÓTESE

O fenômeno turístico, em um contexto global, é excludente pensando a estrutura econômica que alicerça tal atividade e seus diversos agentes econômicos. Nessa perspectiva, a atividade turística reproduz a mesma lógica econômica que outras atividades econômicas, sendo concebida como uma “indústria limpa” (sem impactos), porém, é um discurso ideológico no processo de apropriação econômica da paisagem para a produção de sua geografia devido aos seus impactos no uso do território.

Nesse contexto, diante do uso do território enquanto recurso da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) pela atividade turística, as comunidades tradicionais são invisibilizadas por conta do uso corporativo do território pelo fenômeno turístico. Considerando a relação de abrigo com o território usado que essas comunidades possuem por meio do extrativismo, da pesca artesanal e da cata de caranguejo, tais usos enquanto abrigo do território são negados e invisibilizados a partir do protagonismo da atividade turística no uso do território.

1. INTRODUÇÃO

“É uma atividade criadora de riqueza e de emprego, mas, sobretudo de visão do mundo” (CORIOLANO, 2003, p. 122-123). Na reflexão apresentada, em concordância com a autora, adiantamos que a discussão acerca da atividade turística (e seus desdobramentos no espaço geográfico) é intermediada por diversas intencionalidades. Nesta pesquisa, por exemplo, a intencionalidade é desenvolver uma discussão crítica em torno do turismo associado ao debate ambiental considerando suas relações contraditórias à luz da estrutura econômica e principalmente, contribuir com outras “traduções” da geografia que a atividade turística possui no uso do território.

A construção do pensamento geográfico vem sendo marcada por dilemas que permeiam a relação homem x natureza, ocasionando em uma geração de teorias, conceitos e categorias na tentativa de abstrair uma fundamentação do objeto de estudo da geografia. Durante toda a história, a relação “entre o homem e a natureza ou entre o homem e o território (aí inserida a natureza), tem vínculos com as ideias e práticas que se estabelecem” (HENRIQUE, 2009, p. 15) e nessa perspectiva, tal relação sob a ótica do turismo é mais uma possibilidade. Assim sendo, dentre os fenômenos que territorializam o espaço geográfico, a atividade turística - em sua dimensão cultural, econômica, social, ambiental e política - apresenta características relevantes que a protagonizam como um dos principais setores na ótica da modernidade e da globalização. A dinâmica socioespacial do turismo se constitui a partir do intenso uso dos territórios “dignos” de turistificação por meio do setor de serviços, das específicas relações de trabalho, dos tempos de ócio e dos novos desdobramentos do consumo.

Conceitualmente, existem diversas acepções e abordagens que buscam representar o fenômeno turístico na sociedade moderna. Em sua dimensão geográfica, concordamos com Cruz que, em consonância com a Organização Mundial de Turismo – OMT, compreende-o como “[...] uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos uma pernoite no destino [...]” (2003, p. 04), isto é, tendo como elementos motivadores: a busca por lazer em tempo de ócio, negócios, saúde e dentre outros motivos compreendidos (ou não) por sua racionalidade econômica.

Nessa mesma concepção, Barreto (2001) explica que a sociedade como um todo é influenciada, direta e indiretamente, pelo fenômeno turístico. Seja através de turistas potenciais em busca do “desconhecido” que refletem na necessidade de um planejamento e gestão

territorial de destinos turísticos, sejam àqueles que atuam por meio da força de trabalho assalariado – *os operários do turismo* – na operacionalização da atividade turística.

Assim, tendo em vista à espetacularização econômica dos lugares para a prática turística, é importante considerar que o enfoque científico dado a esse fenômeno teve incentivo a partir dos diversos problemas ocasionados pelo excesso de habitantes/turistas em destinos turísticos, gerando uma série de impactos socioambientais (CAVALCANTE, 2012). Embora não fosse a principal atração turística, de acordo com Ruschmann (2000), a consciência ambiental transformou-se como um dos principais elementos na elaboração de produtos turísticos¹ na década de 1970, considerando a busca pela inserção de comunidades nativas no processo de turistificação dos lugares como possibilidade a ser considerada em nível de planejamento e gestão do território (turístico).

Dessa forma, considerando a busca da conciliação na relação homem x meio ambiente para a apropriação econômica da paisagem e objetivando o consumo turístico, alguns segmentos/nichos mercadológicos surgem como “saída de emergência” na proteção dos recursos naturais dos destinos turísticos, embora seja um dilema caro vide à essência do modo de produção capitalista. Salienta-se que a busca pela harmonia da relação homem x natureza é antecipada pela força da estrutura econômica que interpenetra esse paradigma, embora o turismo aparenta-se como “totalmente desvinculado de uma relação social” (OURIQUES, 2005, p. 49). Assim, respaldado por uma “psicosfera ambiental”², segmentos turísticos como turismo ecológico, turismo de aventura, ecoturismo, turismo de base comunitária e dentre outros são algumas das modalidades turísticas que “prometem” um menor impacto ao meio ambiente no processo de territorialização do turismo, criando uma demanda de turistas/visitantes que saem de seu cotidiano em busca de conhecer destinos turísticos com especificidades “naturais” como a paisagem natural, assim como a valorização cultural do modo de vida local e a criação de arranjos produtivos. Conforme aponta Leal (1990, p. 16), o turismo tem como característica a “salvaguarda do ambiente e a valorização do patrimônio cultural”.

Nesse sentido, explicitamos que não temos a expectativa de esgotar um debate teórico-conceitual acerca dos segmentos do turismo. Entretanto, o ecoturismo, por exemplo – e por sua

¹ De acordo com o Ministério do Turismo – MTUR, produto turístico é “o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço” (BRASIL, MTUR, 2007c, p. 17).

² “A influência das técnicas sobre o comportamento humano afeta as maneiras de pensar, sugerindo uma economia de pensamento adaptado à lógica do instrumento” (SANTOS, 2012, p. 186). No caso dessa pesquisa, a sensação psicológica da sociedade em meio ao discurso ambiental, impactando em seu comportamento.

relação na construção da narrativa da presente pesquisa – é apresentado como “um tipo de turismo voltado para a natureza, turismo alternativo, turismo de aventura, turismo responsável, turismo verde” (HAWKINS, KAHN, 2001, p.205-206). Conceitualmente, existem diversas abordagens sobre as representações do ecoturismo na sociedade capitalista.

Assim, sustentamos a tese de que a harmonia entre o homem e meio ambiente, independente da atividade econômica que os embasem e principalmente no seio do modo de produção capitalista, é um dilema caro para a sociedade, principalmente por acontecer de forma fetichizada na atividade turística vide o discurso de ser uma “indústria sem chaminé”. A territorialização do turismo no espaço geográfico se materializa por meio de diversas sobreposições pensando a infinidade de processos que essa atividade econômica, social, cultural e política possui. Dessa forma, concorda-se com Cruz (2000, p. 3) no qual, “o consumo do espaço pelo turismo é intermediado por inúmeras formas de consumo” (serviços diretos e indiretos da atividade). Além disso, “quando se consome espaço, em turismo, está se consumindo um conjunto indissociável, de bens e serviços que compõem o fazer turístico” (2000, p. 3), ou seja, o turismo produz-se a partir do consumo espacial que se materializa na edificação do seu território.

Como o turismo não se territorializa de forma homogênea, sobretudo, é absorvido de forma diferenciada – e incompreendido por outras racionalidades – pensa-se o território como algo fluido ao passo que se fixa, turisticamente. Abstraindo a dimensão espacial do fenômeno turístico como já apontada por Cruz (1999), território e espaço são sinônimos. Assim, dentre os vários âmbitos, o uso do território é permeado pelo “os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços... configuram as funções do novo espaço geográfico” (SANTOS; SILVEIRA, 2014, p. 19).

O “natural” aqui citado tem como referência o dilema da crise ambiental que se potencializa, comercialmente, por meio da proposta de desenvolvimento sustentável e de como o fenômeno turístico encontra-se situado nesse discurso enquanto alternativa. Entretanto, não é “natural” ao destino turístico sua potencialidade, senão, uma intencionalidade que tem como ponto de partida para a sua materialização no espaço geográfico, ações do poder público, privado e sociedade civil. Nessa perspectiva, perseguindo uma discussão internacional sobre a crise do meio ambiente, a vertente ambientalista no fenômeno turístico vai ao encontro da conservação e preservação de ambientes naturais - em termos de planejamento e gestão

territorial - na perspectiva de atender às premissas de um desafio ambiental a ser enfrentado, geopoliticamente.

Como estratégia para a conservação e preservação de determinadas porções do espaço geográfico vide as suas singularidades ambientais, foram criadas Unidades de Conservação – UC's, “espaços legalmente instituídos com o objetivo de preservação da biodiversidade e das belezas paisagísticas ou a utilização sustentada dos ecossistemas e dos recursos naturais” (CAVALCANTE, 2012). Em sua dimensão geográfica, Roper (1999) situa a criação das unidades de conservação como ferramenta no controle político de determinadas porções do espaço geográfico, considerando sua normatização para a conservação e preservação ambiental.

No Brasil, existe uma classificação através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)³ com objetivos e princípios associados à preservação e à conservação ambiental de espaços com seus limites administrativos, considerando suas singularidades e fragilidades. Assim, identifica-se que tais Unidades de Conservação podem ser de uso integral (Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre) e de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural) (SNUC, 2000).

Dentre os tipos de unidades de conservação de uso sustentável, a Reserva Extrativista – RESEX⁴ – busca a conciliação da prática humana e os recursos naturais, sendo uma área protagonizada pela atuação das populações tradicionais considerando a relação de subsistência e extrativismo no uso do território. Apoiar-se na proteção do meio de vida e da cultura de tais comunidades, com foco no uso sustentável dos recursos naturais e são permitidas atividades como: visitação, pesquisa científica, dentre outras que compactuem com a conservação ambiental.

³ Constituída a partir da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006.

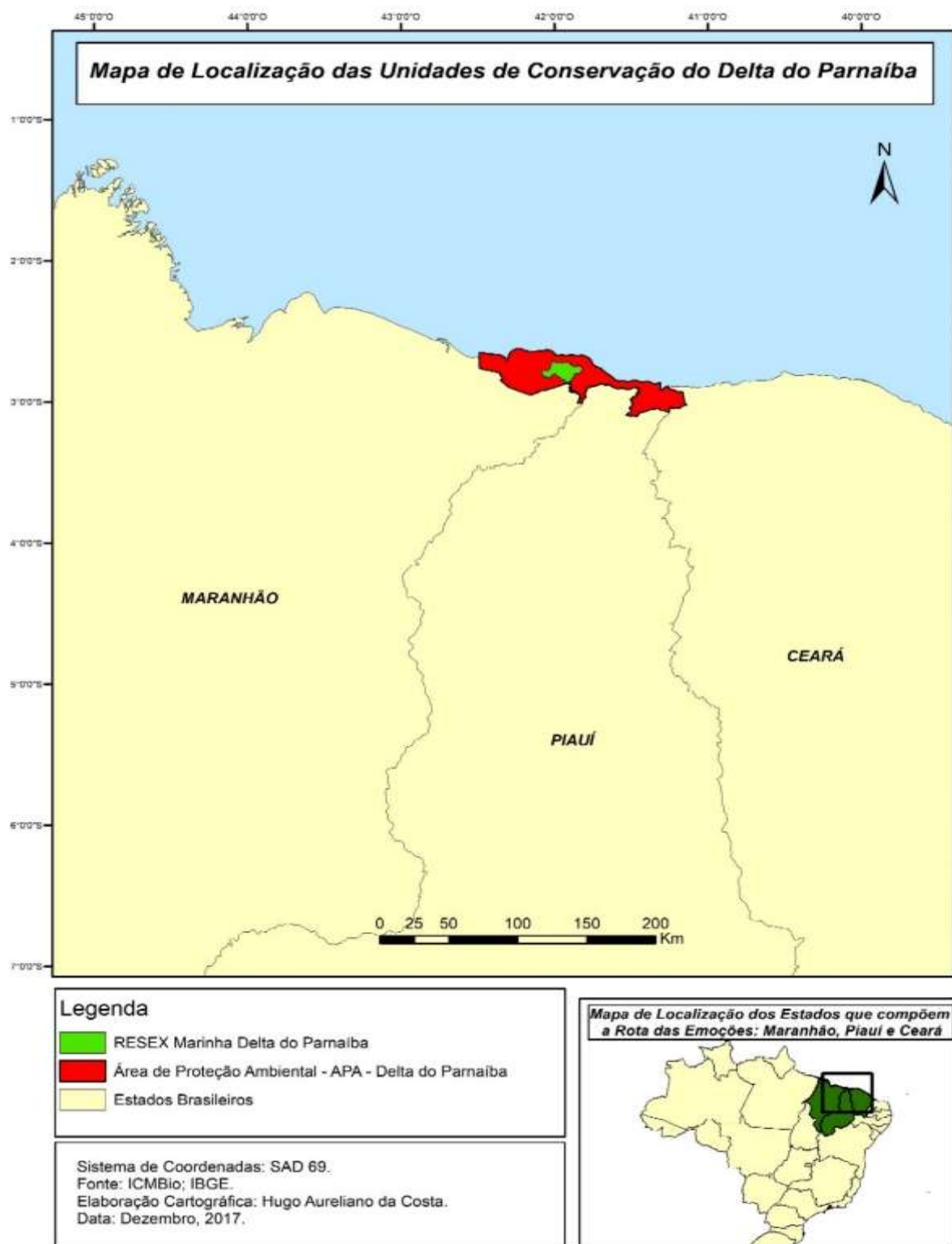
⁴ Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (Regulamento).

Nesse contexto, uma delas é a RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) (Mapa 1), localizada entre o Piauí e o Maranhão, a qual trazemos enquanto recorte empírico dessa pesquisa, possibilitando-nos acionar algumas inquietações sobre o uso do território, a prática do fenômeno turístico, a apropriação da paisagem e o desafio ambiental. Com uma área de 275,6 km, a normatização e gestão do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) vem sendo feita pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, autarquia ligada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA (ZEE, 2012). Tal UC engloba 5 (cinco) comunidades/vilarejos: Canárias, Torto, Morro do meio, Caiçara e Passarinho, assim como possui limites municipais com Ilha Grande/PI, Água doce/MA e Araióses/MA. Geograficamente, compreende-se que o Delta do Parnaíba (PI-MA) é um fenômeno físico⁵ sobreposto às Unidades de Conservação com limites administrativos. Concomitante ao nosso recorte empírico – RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), a Área de Proteção Ambiental – APA Delta do Parnaíba⁶ (Mapa 2) é outra unidade de conservação de uso sustentável com limites mais extensos e que abarca os estados de Piauí, Ceará e Maranhão. Além dessas UC's, existe a Reserva Particular de Proteção Natural – RPPN Ilha do Caju, unidade de uso integral que normatiza parte do território do Delta do Parnaíba (PI-MA).

De acordo com Mattos (2003), em meados da década de 1980, sob a influência do mercado nacional e internacional que estava interessado no consumo dos atrativos naturais, o Delta do Parnaíba (PI-MA) passou a ser explorado, turisticamente, através de agências de viagens, comercializando-o por meio do turismo.

⁵ Localizado entre os estados de Piauí e Maranhão, o Delta do Parnaíba caracteriza-se por apresentar extensas planícies flúvio-marinhas cortadas por uma rede de canais, formadores das ilhas do delta. Resultado de processos de acumulação flúvio-marinha, e sob influência das características destes ambientes, desenvolvem-se extensas áreas de mangues, com uma vegetação altamente especializada, dominada por um clima quente e úmido (ZEE-Baixo Rio Parnaíba, 2001). Compreende-se por um desmembramento de cinco braços do rio Parnaíba (Tutóia, Melancieira, Cajú, Canárias e Igaruçu) e é o único Delta das Américas.

⁶ Art. 1º Fica criada a Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Delta do Parnaíba, localizada nos Municípios de Luís Corrêa, Morro da Mariana e Parnaíba, no Piauí; Araióses e Tutóia, no Maranhão; Chaval e Barroquinha, no Ceará, e nas águas jurisdicionais, com o objetivo de: I - proteger os deltas dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar; II - proteger remanescentes de mata aluvial; III - proteger os recursos hídricos; IV - melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais; V - fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental; e VI - preservar as culturas e as tradições locais.



Mapa 2 - Localização das Unidades de Conservação – UC's do Delta do Parnaíba
 Fonte: ROCHA (2017)

Nesse contexto, o município de Parnaíba/PI enquanto principal cidade litorânea do Piauí para o acontecer turístico do Delta do Parnaíba (PI-MA), aos poucos, foi centralizando toda uma rede de serviços diretos (meios de hospedagem, aeroporto, rodoviárias, agências de viagens, restaurantes e dentre outros) e indiretos (bancos, farmácias, supermercados, etc.) para a prática do turismo na perspectiva de sua operacionalização. Com isso, a partir de 2002, o Programa “Melhores Práticas para o Ecoturismo” – MPE/FUNBIO⁷, iniciativa pública do Ministério do Turismo em parceria com o Ministério do Meio ambiente, incentivou a criação do Polo de Ecoturismo Delta do Parnaíba apontando a potencialidade turística da região (MATTOS, 2003).

O Delta do Parnaíba (PI-MA) localiza-se entre os “Lençóis Maranhenses” e o litoral cearense sendo uma abrangência territorial que acaba favorecendo a criação de uma demanda potencial de turistas e visitantes. Por conta disso, com o passar dos anos, foi criada a Rota das emoções⁸, roteiro integrado entre os três estados sob o olhar empreendedor do SEBRAE.

Assim, devido à fragilidade ambiental da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), foi elaborado um Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE do Baixo Parnaíba⁹ pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA em busca de um modelo de desenvolvimento sustentável a ser explorado pela iniciativa pública, privada e pelas comunidades nativas. Com esse estudo, o ecoturismo enquanto segmento turístico foi apontado como uma alternativa turística da região vide às singularidades naturais existentes.

Nessa perspectiva, algumas questões ecoam no decorrer do estudo proposto como relevantes para a dissertação no qual apresentamos: Como vem acontecendo a participação das

⁷ O objetivo principal de um programa de Melhores Práticas, é compartilhar práticas com chances de sucesso entre os atores da indústria turística: prestadores de serviços e grupos de interesses como as comunidades tradicionais, entre outras. Esse modo de fazer pode atuar como catalisador de mudanças.

⁸ “Esse roteiro integrado é resultado do Projeto da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização – 1ª edição, implementado pelo SEBRAE e Ministério do Turismo. Desde 2005, lideranças locais, empreendedores e entidades trabalham unidos para o desenvolvimento integrado desta região. O SEBRAE tem trabalhado as comunidades ao longo da Rota das Emoções, valorizando sua cultura ensinando-lhes sobre a importância desse potencial turístico e é também uma forma de desenvolvimento das comunidades e sustento nos mais diversos ramos do turismo, sempre com um olhar na sustentabilidade e competitividade do produto no mercado nacional e internacional. Todos esses esforços contribuíram para que a Rota das Emoções, em 2009, fosse eleita o Melhor Roteiro Turístico do país, concedido pelo Ministério do Turismo, durante o 4º Salão do Turismo, maior evento turístico da América Latina”.

⁹ “Um dos objetivos, não menos importante desse projeto-piloto, além de fornecer subsídios à proteção e desenvolvimento da área de estudo, foi testar a parceria entre instituições diversas, que estão constituindo um consórcio público para realizar planejamento integrado dentro do Programa ZEE. Esse Programa é coordenado, em nível nacional, pelo Ministério do Meio Ambiente e o Consórcio ZEE Brasil foi formalmente instituído por Decreto Presidencial em 28 de dezembro de 2001” (ZEE-MMA, 2002).

populações tradicionais no turismo local? Como a paisagem da RESEX é apropriada pelo setor de serviços do turismo? Qual o papel do Estado na normatização deste território, turisticamente? Como podemos pensar outras propostas na melhoria da prática turística para as populações tradicionais?

Centralizamos tais questionamentos por meio da problemática dessa pesquisa que se constitui na reflexão de como acontece o uso do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) pelo fenômeno turístico, tendo em vista à sua paisagem apropriada economicamente por essa atividade, uma vez que é uma unidade de conservação de uso comum e que é absorvido de forma desigual pelos sujeitos nesse processo. Portanto, trazemos como questão-problema: **Quais são os usos do território na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), além do turismo?**

Diante da problematização e reflexões propostas, buscamos nessa pesquisa por meio do objetivo geral:

- Analisar a relação entre o fenômeno turístico e as comunidades tradicionais no que se refere ao uso do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), buscando apreender contradições no processo de invisibilização local.

Para o alcance dessa proposta de pesquisa, pontuamos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o uso do território como recurso e abrigo considerando os atores envolvidos no fenômeno turístico da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA);
- Discutir o papel do Estado na “normatização” do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) considerando a atividade turística;
- Identificar as práticas turísticas que ocorrem na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA);
- Revelar como ocorre o uso do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) pelo fenômeno turístico.

A narrativa dessa pesquisa teve como ponto de partida a necessidade de discutir em uma perspectiva crítica a atividade turística que vem fazendo uso do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) em meio a outros usos concomitantes (pesca artesanal, cata de

caranguejo, extrativismo, dentre outros). Essa premissa se justifica à medida que o turismo, ao ser introduzido no lugar, produz sua territorialidade através da apropriação da paisagem, criação de mão-de-obra barata e produção do espaço para o seu acontecer. Assim sendo, o que nos importa é compreender como o território turístico se materializa em comparação com outras territorialidades - os usos tradicionais - do Delta do Parnaíba (PI-MA). Destarte, justifica-se o enfoque apresentado na presente pesquisa uma vez que é preciso trazer outras “traduções” sobre o Delta do Parnaíba (PI-MA) na perspectiva de explorar, de forma mais profunda, a dimensão turística que esse fenômeno natural vem ampliando nos últimos anos em nível local, considerando os sujeitos “invisíveis” que sobrevivem em meio ao processo de turistificação local.

Portanto, a narrativa dessa pesquisa segue a seguinte estrutura:

Como forma de apresentar, tecnicamente, os caminhos para a constituição da pesquisa, apresenta-se o Capítulo 2 “Procedimentos metodológicos”. Nessa seção, serão pontuados os instrumentos técnicos e metodológicos utilizados que subsidiaram as reflexões propostas e hipótese defendida na presente pesquisa. No Capítulo 3 “A narrativa teórica conceitual” que está subdividido em dois subcapítulos “Turismo, território e o consumo da paisagem: a natureza da territorialização turística” e “Unidades de conservação e Turismo: Normatização, racionalidade econômica e outras racionalidades” será discutido o percurso teórico defendido nessa pesquisa. Assim, propomos uma abordagem geográfica acerca da associação entre o turismo e o meio ambiente em diversas frentes, mercantilizando o território, seja em uma dimensão de uso e/ou desuso.

Já no Capítulo 4 “A RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA): Da subsistência ao consumo da paisagem pelo fenômeno turístico” será realizada a análise dos dados levantados junto à dimensão teórica como forma de subsidiar reflexões e discussões sobre como vem se dando o uso do território do Delta do Parnaíba (PI-MA), considerando os sujeitos “visíveis” e “invisíveis” nesse processo. Por fim, finaliza-se a dissertação por meio do Capítulo 5 “O fenômeno turístico da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA): Hipóteses, propostas e reflexões”, concluindo a pesquisa proposta. Dando sequência, no Capítulo a seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a construção dessa pesquisa (levantamento bibliográfico e documental, aplicação de entrevistas semiestruturadas, visitas de campo e observação participante).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente dissertação foi construída a partir dos seguintes procedimentos metodológicos na tentativa de operacionalizar e alcançar as expectativas incrustadas nos objetivos. Entende-se que, metodologicamente, a pesquisa científica é construída enquanto processo cheio de percalços. Assim, a partir de uma abordagem qualitativa, direcionamos o levantamento de dados (Figura 1) associada à nossa perspectiva teórica.

Inicialmente construímos a narrativa teórico-conceitual pela necessidade de “desenhar” um olhar acerca da realidade estudada, considerando a concepção teórica que esse estudo possui. Para isso, buscamos discussões teóricas associadas à ciência geográfica em centralidade ao conceito de território e contemplando outras áreas de conhecimento como o Turismo, Meio Ambiente, Legislação ambiental e dentre outras, pertinentes no decorrer das análises. Para tanto, consultamos livros, teses, dissertações e periódicos que possuem convergência (e também, divergência) com a presente pesquisa.

Nesse contexto, abstraímos por sua dimensão teórica e empírica, discussões de Santos (2006), Santos e Silveira (2014), Coriolano (2006, 2007) e Cruz (2005) que nos possibilitou uma compreensão acerca da dimensão socioespacial do turismo frente à produção das paisagens para a sua produção e consequentemente, reprodução capitalista do espaço. Ou seja, em referências aos estudos teóricos que vem sendo realizados, buscou-se apreender qual a geografia do fenômeno turístico, pensando os seus fluxos e fixos, ou seja, a sua materialidade.

Destarte, utilizamos Coriolano (2006, 2007), Cruz (2005), Mattos e Irving (2003), Ruschmann (2001) e Ouriques (2012) como aporte teórico na perspectiva de discutir o fenômeno turístico e o uso que esta atividade econômica faz do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA). Abordamos a produção da geografia do fenômeno turístico (e suas singularidades) alicerçada pelas contradições do capital e reprodução de uma lógica de consumo que é “maquiada” pela noção de indústria limpa (indústria sem chaminé) (ou alheia às desigualdades sociais, espaciais, regionais e econômicas, contidas em outras atividades econômicas que acompanharam o processo civilizatório da sociedade moderna). Além disso, destacamos autores com discussões teóricas em nível local que estão associados à área de estudo do presente estudo, a RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA).

CONTRADIÇÕES ENTRE O USO DO TERRITÓRIO E O FETICHE DO TURISMO NA RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA (PI-MA)

Objetivo Geral: Analisar a relação entre o fenômeno turístico e as comunidades tradicionais no que se refere ao uso do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), buscando apreender contradições no processo de invisibilização local.

Analisar o uso do território como recurso e abrigo, considerando os atores envolvidos no fenômeno turístico da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA);

Discutir o papel do Estado na “normatização” do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA); considerando a atividade turística;

Identificar as práticas turísticas que ocorrem na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA);

Refletir acerca do uso do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), pelo fenômeno turístico.

Levantamento bibliográfico:

Fenômeno turístico: CORIOLANO, CRUZ, MATTOS E IRVING, RUSCHMANN E OURIQUES;

Paisagem, território e espaço geográfico: SANTOS, SANTOS E SILVEIRA, CORREA, CORIOLANO, CRUZ.

Pesquisa documental:

Governos estaduais (PI-MA), superintendências e secretarias de turismo no âmbito municipal (PI-MA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Ministério do Turismo (MTUR), Ministério do Meio ambiente (MMA), Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

Coleta de dados:

- Pesquisa de campo; aplicação de entrevistas e questionários e registro fotográfico com:

- ✓ Comunidades tradicionais da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA);
- ✓ Representantes do poder público federal e municipal.

Figura 1 - Procedimentos metodológicos
Fonte: Rocha (2017)

Acerca da narrativa teórica dessa pesquisa, também utilizamos discussões de autores como Gonçalves (2006), Hanai (2012), Henrique (2009), Lowy (2005) e Swarbrooke (2000) que elaboram discussões acerca de como o desafio ambiental, representado pelo paradigma do desenvolvimento sustentável enquanto discurso ideológico, vem subjugando a sociedade moderna em busca de harmonizar o processo de desenvolvimento com a proteção do meio ambiente. Além disso, busca-se a partir das reflexões propostas, a dimensão do território como categoria de análise para a problemática dessa pesquisa, já que estamos discorrendo sobre uma unidade de conversação – UC, normatizada pelo Estado, e que assume relações de recurso e abrigo pensando o uso do território.

Aliada à pesquisa bibliográfica, realizamos um levantamento documental na perspectiva de discutir como o Estado, em suas diversas frentes, vem normatizando o uso do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) considerando a materialidade do fenômeno turístico.

Nesse sentido, analisamos documentos impressos e digitais dos seguintes órgãos: Ministério do Turismo (MTUR); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Para a compreensão da área de estudo, fizemos um levantamento de informações com algumas instituições governamentais, não governamentais e privadas, quais sejam: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Superintendência municipal de turismo da Ilha Grande (PI); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Prefeitura municipal de Ilha Grande/PI; Comissão Ilha Ativa – CIA e Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário – Piauí (SEBRAE/PI).

Após a pesquisa bibliográfica e o levantamento de informações foi possível compreender de forma mais aprofundada, os sujeitos a serem entrevistados na pesquisa de campo como próximo passo metodológico. Com isso, aplicamos entrevistas semiestruturadas com os seguintes sujeitos inerentes, a narrativa de pesquisa que vem sendo proposta sobre a RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA):

Quadro 1: Entrevistados da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA)

COMUNIDADE	QUANTIDADE DE FAMILIAS
Canárias	370
Passarinho	40
Caiçara	60
Torto	69
Morro do meio	35
Total	574 famílias
Amostragem simples	
90% de confiança + Erro Amostral: 9%	
Canárias	20
Passarinho	11
Caiçara	21
Torto	11
Morro do meio	11
Total: 74 famílias entrevistadas	
Outros entrevistados	
ICMBio	1
Comissão Ilha Ativa – CIA	1
Total de entrevistas realizadas	
76	

Fonte: Documento da gestão da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), 2017

Os entrevistados das comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) foram selecionados através da pesquisa de campo (e observação participante) realizada, anteriormente às entrevistas, junto à equipe técnica do ICMBio assim como pela identificação de tais sujeitos que possuem relação com a pesca artesanal e o extrativismo, ou seja, atividades de subsistência que são expressivas na relação comunidades tradicionais – uso do território do recorte espacial escolhido como área de estudo. Com isso, a pesquisa de campo foi primordial na definição dos sujeitos a serem entrevistados no levantamento de dados para a narrativa dessa dissertação.

A partir dos entrevistados (Quadro 1), realizamos a pesquisa de campo no ano de 2017 por meio de incursões no Delta do Parnaíba (PI-MA). Como toda pesquisa, o desafio maior aqui foi aplicar entrevistas em meio à caminhada nas dunas que dividem as comunidades. Além disso, o diálogo pesquisador x entrevistado foi um processo desafiador pela oportunidade de obter informações de pescadores, catadores de caranguejo e donas de casa acerca de como o

turismo vem se territorializando na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) a partir de seus pontos de vista.

Outra dificuldade foi encontrar dados primários, ou seja, informações oficiais dos órgãos locais que se relacionam turisticamente com o Delta do Parnaíba (PI-MA). Isso mostra como a pesquisa científica em nível local, sobretudo, os dados oficiais estão defasados ou não são efetivos.

Acerca da governança do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), é importante considerar que se localiza no estado do Maranhão (65%) e no Piauí (15%). Entretanto, apesar do domínio administrativo da referida UC ser do território maranhense, a gestão e uso turístico assim como de outros serviços é feito pelo estado do Piauí, conforme será discutido nas seções a seguir. Com isso, percebemos que a governança turística da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) acontece a partir da iniciativa privada do Piauí, assim como das instituições públicas (e privadas) existentes.

Além disso, no decorrer da pesquisa de campo foi possível perceber que, turisticamente, a RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) possui pouca participação e iniciativa de políticas públicas, assim como de poucas ações e políticas públicas setorializadas de turismo por parte do município de Parnaíba-PI e Araióses-MA, embora tais municípios sejam relevantes enquanto limites administrativos. Apesar disso, tais municípios são importantes por conta do setor de serviços (saúde, educação, agências bancárias, etc.) para as comunidades. Com isso, devido a essa ausência de jurisdição turística por parte dos municípios supracitados, optamos por não os incluir no recorte de entrevistas a serem realizadas.

Para o levantamento de dados junto aos sujeitos entrevistados tivemos como ponto de partida, alguns encaminhamentos no processo de realização das entrevistas. Quanto às entrevistas realizadas nas comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) (Canárias; Passarinho; Caiçara; Torto e; Morro do Meio) buscamos atender às seguintes expectativas quanto ao contexto empírico:

- ❖ Identificar a sua relação com o território da Unidade de Conservação em questão;
- ❖ Participação (ou não) das comunidades na atividade turística local;
- ❖ Percepções sobre a operacionalização desta atividade em nível local;

- ❖ Percepção sobre as motivações de turistas e visitantes de acordo com suas subjetividades.

Para analisar o papel do Estado na normatização do território, seja para o uso do turismo e de outras atividades, entrevistamos representantes governamentais e não-governamentais que possuam relação com a RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA). Assim, entrevistamos a Chefe da RESEX-Delta do Parnaíba, analista ambiental do ICMBio. Esse dado é relevante devido à concepção que o fenômeno turístico na RESEX citado não é uma dádiva natural e sim, intencionalizada por meio da jurisdição do Estado e de políticas públicas direcionadas à essa premissa, embora percebamos que as unidades de conservação funcionam como estratégia para a proteção dos recursos naturais na perspectiva conservacionista e preservacionista.

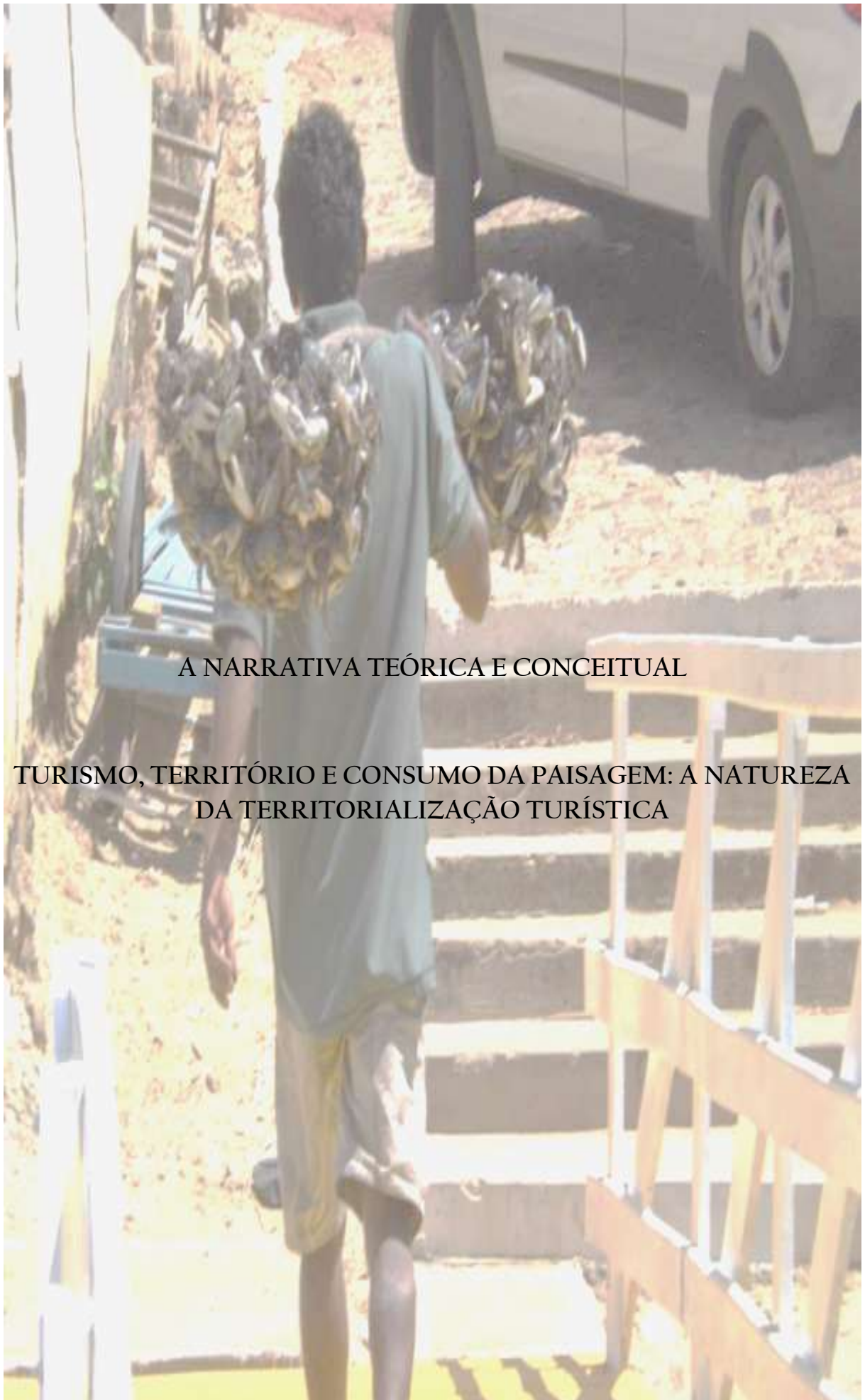
Destarte, entrevistamos a Organização Não-Governamental Comissão Ilha Ativa – CIA que atua por meio de um fortalecimento socioambiental junto às comunidades da RESEX-Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) pensando a educação ambiental, conservação ambiental e, geração de renda e organização social.

Para tais entrevistas e questionários, partimos dos seguintes fios condutores:

- ❖ Os múltiplos usos do território (Território como recurso e território como abrigo) na RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (PI-MA);
- ❖ A normatização do território pelo Estado (em sua jurisdição federal, estadual e municipal);
- ❖ As práticas turísticas e sua operacionalização entre os limites municipais e comunidades nativas da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (PI-MA);
- ❖ A participação das comunidades nativas no uso do território pelo fenômeno turístico, considerando seus outros usos;
- ❖ A mercantilização da natureza no consumo da paisagem pelo fenômeno turístico pelo setor de serviços;
- ❖ A concepção de turismo sustentável como discurso ideológico no uso do território como recurso.

De forma concomitante ao levantamento de dados *in loco* realizamos observação direta e registro fotográfico na perspectiva de apreender a materialidade do fenômeno turístico, seja pela dimensão do uso do território por meio da atuação das agências de viagens e serviços relacionados, seja por meio da negação dos territórios que sobrevivem em meio à turistificação.

Assim, dando sequência às discussões e reflexões travadas até aqui, no capítulo seguinte, vamos discorrer acerca da dimensão teórica e conceitual que essa pesquisa se constitui, na perspectiva de trazer outras “traduções” científicas sobre o Delta do Parnaíba (PI-MA).



A NARRATIVA TEÓRICA E CONCEITUAL

TURISMO, TERRITÓRIO E CONSUMO DA PAISAGEM: A NATUREZA
DA TERRITORIALIZAÇÃO TURÍSTICA

3. A NARRATIVA TEÓRICA E CONCEITUAL

3.1 TURISMO, TERRITÓRIO E CONSUMO DA PAISAGEM: A NATUREZA DA TERRITORIALIZAÇÃO TURÍSTICA

3.1.1 Turismo e território: pela dimensão espacial

Os caminhos teóricos escolhidos para abordar e apreender a “engrenagem” que materializa o fenômeno turístico fazem parte de um processo metodológico, considerando os dilemas em torno da abstração da realidade que representa os destinos turistificados, isto é, a sua teia direta e indireta de manifestação. Para tanto, compreendemos as limitações que o fenômeno turístico nos impõe quanto à sua sistematização científica assim como pela difusa organicidade no espaço banal dos sujeitos e com isso, desafios na definição de um ponto de partida, mas principalmente, até onde esse fenômeno atinge e/ou se limita.

Nesse contexto, analisamos o fenômeno turístico a partir de sua materialidade no espaço geográfico, ou seja, por meio da apreensão de seu substrato, a base (não estática) para o seu acontecer. Assim, identificando a conjugação espaço geográfico – turismo em paráfrase da teoria miltônica, é válido questionar o que caracteriza, particularmente, a abordagem do fenômeno turístico através da categoria espaço? (SANTOS, 1985).

Para discutirmos o questionamento anterior, é importante discernir sobre como compreendemos o espaço geográfico, suas territorialidades e a produção da geografia do turismo, isto é, à luz da totalidade geográfica uma vez que os territórios são produzidos e “consumidos” por essa atividade econômica com suas singularidades de frente a outros setores da sociedade moderna (indústria, comércio, entre outros).

A dialética entre o fenômeno turístico e o conceito de território nos remete à noção de que essa atividade econômica, para o seu acontecer, se manifesta a partir de outras instâncias como a instância socioespacial. Santos (1985, p. 12) considera o espaço como:

Instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida [...]. Isso quer dizer que a essência do espaço é social [...]

Em meio às diversas abordagens, fundamentamos o conceito de espaço geográfico como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório entre sistemas de objetos e de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p, 111).

A interface entre a sociedade e o espaço geográfico acontece por meio da imbricação e indissociabilidade entre tais entes, pensando a dimensão socioespacial dos fenômenos. Do ponto de vista turístico, “próteses” materializam o território turístico, ou seja, a *forma* que funcionaliza o espaço geográfico por meio de outros usos – *função* - isto é, levando em consideração às diversas periodizações que repousam no uso do território.

Nessa perspectiva, a força do fenômeno turístico revaloriza a paisagem à medida que “o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social” (SANTOS, 1926-2001, p. 13), ou seja, o espaço não é estático. O espaço geográfico é forma-conteúdo considerando os usos diversos que o homem e a técnica impõem em sua dinâmica socioespacial e a atividade turística possui papel relevante nesse processo, isto é, em um contexto histórico e atual.

Existem discussões teóricas que recorrem à acepção de *espaço turístico* como uma centralidade teórico-metodológica na tentativa de abstrair este fenômeno por meio da mercantilização dos lugares e seus variados aspectos. É como se existisse uma área delimitada para o usufruto, estritamente, da atividade turística e essa não penetrasse o espaço banal, ou seja, o cotidiano de outras instâncias (social, política, ambiental, cultural...). É importante considerar que essa percepção espacial dissociada da manifestação empírica do turismo coexiste em muitos discursos oficiais, políticas públicas, senso comum e até mesmo no seio acadêmico.

Entretanto, divergimos dessa noção ao passo que compreendemos o espaço, antes de turístico como social e consequentemente geográfico, ou seja, “uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação” (SANTOS, 1985:49). Conforme Cruz, “o turismo constitui apenas um dos agentes de produção do espaço e mesmo quando dominante, concorre com outras atividades antrópicas que formam o conjunto de forças responsável pelo direcionamento desse processo” (CRUZ, 1995, p. 263)

Destarte, recorreremos à teoria geográfica miltoniana para a apreensão do fenômeno turístico por meio da categoria *território usado* enquanto centralidade teórica. A partir da

análise socioespacial pode-se “descortinar” os rebatimentos do uso (e como rebatimento, a negação) do território para os diversos agentes e assim, identificar a geografia que o turismo necessita para constituir-se no uso do território como recurso e abrigo.

O território se (re) produz a partir do espaço geográfico, mas não como receptáculo e imóvel e sim enquanto instância móvel da sociedade. Portanto, espaço e território materializam-se dialeticamente. Assim, compreende-se que “é o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social...”, ou seja, o conceito de território como nas próprias palavras de Santos é “impuro e digno de constante revisão”. Para Santos (2005, p. 235), “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo do espaço humano, espaço habitado” e é a partir da condição do meio técnico-científico-informacional que o território é dinamizado por meio de sua inserção na coerente lógica do capital.

Em busca de abordar o constante processo de [re] organização do espaço geográfico, Santos (2005) aponta sua concepção metodológica para uma abordagem empírica na análise socioespaciais através do território em seu uso e desuso. O território por si só não se constitui como frente de análise ou não possui densidade para tal, mas a sua utilização de frente às periodizações e os diferentes usos que podemos problematiza-lo. Assim, temos que analisar o uso do território, pois o território em si não possui significância para uma abordagem sistemática do espaço geográfico e sim, a sua materialidade.

Nas palavras de Santos e Silveira (2014, p. 247):

Desta maneira, defrontamo-nos com o território vivo, vivendo. Nele, devemos considerar os fixos, isto é, o que é imóvel, e os fluxos, isto é, o que é móvel. Os fixos são, geralmente, constituintes da ordem pública ou social, enquanto fluxos são formados por elementos públicos e privados, em proporções que variam segundo os países, na medida em que estes são mais ou menos abertos às teses privatistas.

[...]

O território revela também as ações passadas e presentes, já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido que preexiste. Tal encontro modifica a ação e o objeto sobre o qual ela se exerce, e por isso, uma não pode ser entendida sem a outra.

É neste jogo dialético – *forma e função; fixos e fluxos* - que o território a partir de seu uso ganha densidade na compreensão do espaço geográfico. Epistemologicamente, trata-se de

uma questão central na concepção de território e de como esse deve ser abordado em uma análise das dinâmicas socioespaciais.

Nesse pensamento, essa categoria analítica pode ser compreendida para fins de síntese como “sinônimo de espaço geográfico e relativo a porções do espaço, efetivamente, usadas pela sociedade e pelas empresas” (CRUZ, 2005). Trata-se assumidamente de um enfoque empírico na análise do espaço geográfico.

Os idealizadores dessa categoria para uma análise socioespacial, Milton Santos e Maria Laura Silveira, definem o território usado, sinônimo de espaço geográfico como resultados de sistemas de engenharia que dinamizam economicamente a sociedade, considerando “os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços...” (2014, p. 19).

Cruz aponta reflexões sobre o turismo enquanto atividade econômica que vem “edificando” os seus territórios nos últimos anos:

O turismo surge, como atividade econômica organizada, em meados do século XIX, e àquele tempo, utiliza-se, integralmente, de infraestruturas criadas em função de outros usos do território. De lá para cá, entretanto, a atividade deixa, paulatinamente, de ser usuária passiva do espaço para tornar-se mais um agente condicionador de sua construção e reconstrução (CRUZ, 1999, p. 1)

Assim, a interface entre o fenômeno turístico com sua diversidade de performances e o território em meio à sua multiplicidade de personificações é um importante passo metodológico para a compreensão dessa atividade econômica vide o enfoque espacial, muitas vezes, negado no âmbito do planejamento e gestão nas políticas públicas setorializadas.

Nessa perspectiva, os fenômenos que “disputam” suas territorialidades no espaço geográfico devem ser compreendidos por meio da dialética no par objeto-ação à luz de sua conexão em uma ordem global ao local. Assim, um determinado fenômeno que produz seu território em determinado ponto do espaço, embora com suas singularidades, aciona e reproduz uma lógica global.

Como salientado, ao passo que o espaço geográfico é condicionante das relações sociais (através de processos políticos, culturais e dentre outros), também é condicionado por tais práticas. Destarte, consideramos que o espaço geográfico é resultado de antigas e novas

“próteses” que vão se acomodando para constituir outras significações do território. Se antes, uma determinada porção do espaço assumia uma função econômica na produção de café, hoje pode assumir outras territorialidades, uma vez que é o uso desse território que o determina e o qualifica. Assim, “quanto mais contemporâneos os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais” (CRUZ, 1999, p. 12).

Em concordância com Cruz em alusão à teoria miltoniana:

Elemento central da construção social das paisagens turísticas, a paisagem resulta do arranjo espacial de sistema de objetos (naturais e sociais). Ela contém o espaço, sendo também por ele contida. Enquanto cada paisagem restringe-se à uma dada distribuição espacial das formas-objetos, o espaço resulta da “intrusão” da sociedade nessas formas-objetos (1999, p. 13 apud SANTOS, 1996: 83)

Nessa reflexão, a paisagem do turismo não é algo dado como “natural”, mas sim a partir da racionalidade econômica para um determinado fim, nesse caso, o fazer turístico. Portanto, falamos de uma premeditação no processo de valorização da paisagem para a prática do turismo, no qual, embora não se desloquem no espaço (pensando a fixidez do produto turístico), assumem constantemente novos significados (CRUZ, 1999).

“A paisagem é um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente” (SANTOS, 1996: 83), ou seja, essa afirmação do ponto de vista geográfico contribui na compreensão da essência do fenômeno turístico enquanto atividade econômica que vem estruturando e a todo o momento, reestruturando a sua geografia por meio dos territórios turísticos com suas singularidades.

O produto turístico em sua dimensão espacial é compreendido por sua fixidez espacial, sendo umas das principais características do fenômeno turístico:

Dessa necessidade de se consumir o produto *in situ* resulta a necessidade dos deslocamentos espaciais de consumidores-turistas. Esses deslocamentos implicam, entre outras coisas, que a prática do turismo tenha repercussões sobre distintas porções do espaço, como sobre os espaços emissores de turistas e os espaços de deslocamento, além de sobre os polos receptores (CRUZ, 1999, p. 13).

É inerente a prática do turismo, a existência do movimento de pessoas no espaço geográfico como premissa, pois esse fenômeno acaba rebatendo na multiplicidade de novos desdobramentos. Tendo em vista a dimensão econômica, social, cultural, política e ambiental que o par turismo-território assume.

Ao passo de “consumir” o espaço, turisticamente, essa prática é “intermediada pelos sistemas de objetos e de ações... no qual, o consumo se dá através de um conjunto de serviços, que dão suporte ao fazer turístico” (CRUZ, 1999, p. 14). Assim, para a operacionalização dessa atividade, fazendo um elo entre os destinos emissores, intermediadores e receptores do turismo, existe uma rede de serviços diretos (bares, restaurantes, meios de hospedagem, agências de viagens...) e indiretos (bancos, farmácias, supermercados...) permeando outros fenômenos como o subemprego, a flexibilidade do trabalho, os baixos salários, personificados pelo discurso de ser uma atividade enquanto caminho para o progresso do local que o mesmo vem sendo potencializado.

Um contexto importante a ser considerado é que o turismo “disputa” com outras atividades econômicas (além de outras práticas que não se compreendem apenas dentro dessa racionalidade), constituindo-se por meio da apropriação dos territórios a serem turistificados (CRUZ, 1999, p. 14).

Entretanto, cabe ao turismo uma capacidade singular de “criar, transformar e valorizar, de forma diferenciada, espaços que podiam não ter valor no contexto da lógica de produção” (Nicolas, 1996). A prática do turismo atinge àqueles que nem mesmo são compreendidos ou se compreendem na lógica dessa atividade que espetaculariza, economicamente, a paisagem, a cultura e o meio ambiente para o seu acontecer:

O modo como se dá a apropriação de um dado espaço pelo turismo depende da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar. À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento sócio-espacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada. Na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares (CRUZ, 1999, p. 3).

No contexto dos rebatimentos que o turismo gera no lugar, é importante considerar a absorção diferenciada desse setor por outras instâncias que se reorganizam no uso do território para acomodar em meio às suas especificidades, essa atividade econômica. Com isso, temos

territórios turísticos que o próprio Estado atua através de sua não-participação. Como isso acontece? Bom, a partir da dominação dos sujeitos detentores de capital que acabam mercantilizando, turisticamente, por meio da inserção de uma lógica externa ao lugar, dotando-o de objetos geográficos e ações que até então não existiam. Enquanto sujeitam às comunidades locais para o turismo, dessa forma, possa acontecer com a “ausência” do Estado. Assim, a atividade turística coexiste em algumas porções do espaço com a participação direta do Estado por meio da “negação”, senão, do livre-arbítrio do liberalismo econômico e sua sedução.

Devido às singularidades do lugar na “absorção” do fenômeno turístico, essa premissa, muitas vezes, contribui para o fortalecimento de uma desigualdade em nível regional ao invés de produzir um desenvolvimento enquanto discurso que lhe é dado como uma atividade econômica do “futuro”.

Para Santos (2005), o “lugar” é espaço do acontecer solidário através de diversas naturezas e aqui cabe situar, turisticamente, esse território como instância de atuação de agentes econômicos que muitas vezes são fetichizados pela proposta “pós-moderna” dessa suposta indústria limpa.

Em resgate ao conceito de fetiche da mercadoria, Marx (1988, p. 81) aponta que o turismo se define no processo de:

[...] encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. [...] Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.

No turismo, a paisagem e as relações sociais envolvidas no destino turistificado são “coisificados” perante à estrutura econômica que os rege. Isso favorece o discurso que torna essa atividade como uma forma conciliatória entre o homem e o meio devido aos poucos impactos visíveis, do ponto de vista ambiental. Entretanto, a instância social e econômica contradiz esse discurso.

Desta forma, através do fetiche da mercadoria, o lugar não é homogêneo, senão, compreendido por suas especificidades que reafirmam as singularidades de cada destino

turístico, criando uma “guerra” dos lugares, no qual, concordamos com Santos e Silveira (2014):

[...] do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca de lugares “produtivos”.

Com essa reflexão, embora existam discussões teóricas que defendam as especificidades do fenômeno turístico que o destoam como alternativa de frente a outras atividades econômicas, isto é, pensando os seus impactos diversos, essa atividade nasce no seio da sociedade moderna capitalista em meio às lógicas verticais que penetram as horizontalidades do lugar no uso do território para fins turísticos.

Assim, a análise do turismo não pode ser dissociada de um contexto mais amplo e da totalidade quanto à sua dinâmica socioespacial que permeia o cotidiano do “espaço banal” de quem nem sabe que é potencializado por essa atividade econômica. Embora a atividade turística possua particularidades quanto a sua dinâmica, o seu cerne nasce nas contradições do capital, portanto, é importante descortinar sua geografia em vez de contribuir para o seu fetichismo no uso do território.

Neste contexto, concordamos com Cruz (2005, P. 39) quanto as seguintes hipóteses:

- I - Somente faz turismo quem tem condições para isto; assim sendo, o turismo expressa didaticamente as diferenças sociais entre indivíduos e grupos de indivíduos;
- II - Se o capital é essencialmente seletivo do ponto de vista espacial, o capital atrelado ao setor turismo o é de forma ainda mais evidente, já que é o espaço o seu principal objeto de consumo;
- III - O turismo elege para o seu acontecer, porções de espaço cujas vantagens comparativas são maiores frente a outras possibilidades espaciais. Não por acaso, o turismo se apropria de praias e muitas vezes as privatiza; se apropria dos espaços nobres das cidades, impondo-lhes sua lógica de organização espacial; se apropria de áreas protegidas e não protegidas de natureza preservada e instala a exploração de mercado desses recursos naturais e assim por diante.

Assim, muitas porções do espaço geográfico possuem seus usos ordenados para atender a organicidade do fenômeno turístico, tendo assim, territórios como “meios e produtos das

relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo” (CORIOLANO, 2006, p. 370) articulando uma rede de serviços e atores sociais que possam sustentar através da mais-valia, essa atividade econômica.

O uso do território pelas atividades econômicas acontece por meio de diversos fins. Assim, o consumo do espaço (e território) é dado a partir da movimentação espacial em detrimento da fixidez do produto turístico, ocasionando a relação demanda e oferta turística que sustenta o mercado turístico no constante uso do território. Para Santos, a relação do território enquanto recurso e abrigo acontece da seguinte forma:

Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares, para os atores hegemonzados trata-se de um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares (2000, p. 12-13).

Essa concepção se materializa no discurso e prática que o fenômeno turístico exerce no Delta do Parnaíba (PI-MA), uma vez que os usos se destoam de forma diferenciada com suas intencionalidades. Nem todo território é importante para a atração turística, assim como para o seu poder de absorver as “potencialidades” (cultura, meio ambiente, natureza...) que os territórios possuem.

Enquanto o território é usado ou um uso repousa sobre determinada porção do espaço geográfico, parte desse território é “negado” do fenômeno turístico quando tomado como potencialidade de um lugar, seja como reserva de mercado ou mesmo como alheio à dinâmica coexistente desta atividade econômica: setor de serviços especializados, geração de subemprego, especulação imobiliária, dentre outros.

Essa potencialidade que será discutida nas próximas seções parte da depreciação da paisagem na sua mercantilização por agente econômicos e consequentemente, hegemônicos para o fazer turístico. Assim, as reflexões propostas surgem como inquietações a partir do momento em que o que propõe aqui é analisar a interface entre turismo; uso do território; e unidades de conservação.

Na discussão proposta, foi abordado em sua dimensão teórica e empírica, o fenômeno turístico pela ótica geográfica e em caráter de aprofundamento, vamos abordar o fetiche espacial em torno do turismo como atividade econômica no uso da paisagem “natural”, sobretudo, no

seio do discurso do desenvolvimento sustentável que repousa no protagonismo dessa atividade quanto à mesma se defronta no uso da natureza.

3.1.2 A natureza do fenômeno turístico e o fenômeno turístico da natureza

A sustentabilidade é uma das premissas do Ministério do Turismo. Desde 2004, a pasta desenvolve programas para valorizar e inserir a sustentabilidade no setor. Entre as ações já realizadas estão o Programa de Regionalização, o Programa Talentos do Brasil Rural, o Viaje Legal, a Produção associada ao turismo (artesanato e turismo de base comunitária, entre outros) e o Programa Turismo Acessível. Além disso, o Ministério do Turismo é parceiro no Prêmio Braztoa de Sustentabilidade, que tem por objetivo destacar as principais iniciativas de sustentabilidade ligadas ao setor.

Ministério do Turismo, 2015.

Como nos aponta o título dessa seção, as intencionalidades que premeditam o turismo como atividade econômica moderna tão relevante na produção do espaço são responsáveis por sua materialidade, mas principalmente pelo fetiche que existe em torno dessa atividade no processo de turistificação dos lugares assim como no direcionamento de políticas públicas para tornar turístico, territórios relacionados à tríade *sol – praia - calor*.

Para isso, é importante questionar e refletir: Qual a natureza do fenômeno turístico vide a sua representação no seio da sociedade moderna e capitalista? E quanto à natureza dessa atividade econômica, podemos enxergá-la como “alternativa”? Existe conciliação entre homem e meio ambiente no uso do território pelo fenômeno turístico?

Para resolução de tais questionamentos, trago Knafou (1996, p. 62) que reflete sobre os dilemas acerca das diversas definições da atividade econômica:

O turismo é uma atividade humana que, por excelência, proporciona muitas ideias prontas, frequentemente falsas; julgamentos sumários, até mesmo de “cientistas” que entendem possuir uma ideia sobre a questão, já que em certas ocasiões também são turistas. Somos todos, ou quase todos, turistas, sabemos, portanto o que é turismo. É contra esta ideia que eu desejaria me colocar, porque suponho que ainda não conhecemos bem o que seja turismo.

Aliada à complexidade de informações e deduções observadas sobre o turismo apontado por Knafou (1996), existem inúmeras literaturas que discutem o turismo como mola propulsora

de desenvolvimento local econômico e/ou esta atividade como caminho na preservação (e/ou conservação) do meio ambiente. Entretanto, buscamos um diálogo teórico do turismo no uso do território associado ao debate ambiental, permeado pelo discurso ambientalista.

A paisagem enquanto um dos principais conceitos geográficos na concepção que suas características no espaço, fomenta a atividade turística e por sua importância no fomento turístico, cabe questionar qual é a “paisagem” do turismo? Essa atividade se desdobra devido ao movimento de pessoas no espaço geográfico tendo como motivação, uma infinidade de aspectos e que se dinamiza pela existência de uma oferta turística que é personificada nos recursos como praias, rios, cachoeiras, conjuntos arquitetônicos, etc. Conforme Urry (1996, P. 19-20 apud LOHMANN; NETTO, 2012, p. 113), a paisagem é a principal atração turística:

(...) do ‘*Grand Tour* Clássico’, baseado em observações e registros neutros de galerias, museus e artefatos altamente culturais, passou-se para o ‘*Grand Tour* romântico’, que presenciou a emergência do ‘turismo voltado para a paisagem’ e de uma experiência muito mais particular e apaixonada da beleza e do sublime.

Turisticamente, toda paisagem serve ao turismo, embora parte dessa (e pensando o uso que o turismo faz do território) seja negada por não seguir, muitas vezes, a “embalagem” do produto turístico. Conforme Netto e Lohmann (2012), a partir da relação com o espaço e o tempo, o ser humano se defronta a todo instante com a paisagem, tendo uma relação subjetiva com seus aspectos.

De acordo com Tuan (1980, p. 131):

Não é tão difícil entender a atração turística que exercem as orlas marinhas sobre os seres humanos. Para começar, sua forma tem dupla atração: por um lado, as reentrâncias das praias e dos vales sugerem segurança; por outro lado, o horizonte aberto para o mar sugere aventura. Além disso, o corpo humano, que normalmente desfruta apenas do ar e da terra, entra em contato com água e a areia.

A relação do homem com a natureza pensando o fazer turístico é compreendida pela relação de domínio dessa natureza, moldando-a e transformando-as em produtos turísticos para os turistas/visitantes. Não é o consumo de uma natureza bruta, mas dela customizada, isto é,

“embalada” a partir da atuação dos agentes na produção de uma geografia para o usufruto do turismo.

Como já anunciado, a discussão literária acerca do que representa o turismo é um debate diversificado, mas antes de tudo, imbuídos de vertentes ideológicas. Poderíamos sintetizar o turismo como o ato de viajar na relação entre uma demanda de consumo e uma oferta turística, formando o mercado turístico. Entretanto, nas entrelinhas dessa atividade existe um espaço banal que sobrevive de frente à materialidade do turismo, um espaço de todos (empresas, sociedade civil, dentre outros) que nem mesmo convive com a lógica do turismo. Ou seja, discutir conceitualmente o Turismo e de forma consequente, a sua empiria é partir da sua essência em vez de resumir, diante da sua aparência (já que a paisagem é o seu trampolim).

Não pretendemos esgotar uma discussão conceitual acerca do fenômeno turístico devido à extensa complexidade de discussões que existem em torno do turismo e seus rebatimentos na sociedade atual. Entretanto, tem-se como ponto de partida a crítica social. Para tanto, buscamos analisar o recorte empírico desse estudo à luz da dinâmica socioespacial do turismo no uso território e apropriação da paisagem. Convergimos com as reflexões de Coriolano (2006, p. 368) a saber:

O turismo, uma atividade produtiva moderna, reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, sendo absorvido com maneiras diferenciadas pelas culturas e modos de produção locais. Dentro da nova dinâmica da acumulação capitalista, responde às crises globais e ampliadas do capital mundial, submetendo diretamente o Estado em favor do mercado, embora e aos poucos, a sociedade civil de vários lugares descubra estratégias de beneficiar-se economicamente com ele, ou a partir dele.

Como coloca a passagem teórica acima, o turismo “responde às crises globais”, mas de que forma? De frente à geopolítica ambiental que permeia as políticas atuais no mercado internacional, existe uma necessidade de insistir na relação harmônica entre o homem e o meio ambiente. Nessa perspectiva, o turismo é uma atividade que impacta, de forma diferenciada, o espaço geográfico em correlação com outras atividades econômicas.

Além disso, pensando de forma estrutural que essa atividade se desenvolve em consideração à sociedade capitalista, o turismo é absorvido de forma singular e diferenciado pensando o lugar na conjugação com o global. Isso ocorre por conta das especificidades que

rebatem no processo de materialização do turismo devido aos fatores econômicos, políticos, ambientais, culturais e sociais que são inerentes ao destino turistificado.

Outra faceta defendida por alguns teóricos é que o fenômeno turístico, mistificado e coerente dentro de uma lógica, reproduz-se como uma atividade econômica que é singular em relação às outras do ponto de vista de suas contradições, ou seja, dissociado de uma relação social (OURIQUES, 2005). É como se o fenômeno turístico estivesse em um grau de ruptura das relações econômicas e sociais, no qual, a luta de classes não existisse mais especificamente nessa atividade produtiva moderna. Como é contextualizado por Netto e Lohmann (2012 p. 152):

A pós-modernidade coloca um problema ao turismo, qual seja, o respeito à identidade do turista e das comunidades residentes nos locais turísticos. Com tantas facilidades tecnológicas e financeiras, corre-se o risco de fragmentar as culturas, a partir do momento em que todos os turistas são vistos apenas como consumidores pelas empresas de turismo, e os residentes locais, como meros prestadores de serviços, ou pior, como atrativos turísticos [...] Todavia, a própria pós-modernidade pode diminuir e até evitar esses problemas a partir do momento em que utilizar os meios tecnológicos e a informação armazenada para a educação dos consumidores receptores e dos turistas.

Baseado na discussão feita por Netto e Lohmann, a problemática em torno do turismo como uma possibilidade econômica é que essa atividade se reproduz no seio da sociedade moderna e capitalista. Sendo assim, não tem como falarmos em ruptura econômica, política e cultural na relação homem x natureza, senão, na reestruturação do capital por meio desse discurso ideológico.

Discutir o turismo como atividade que vem protagonizando a economia de muitos países no contexto atual é recorrer à estrutura econômica que essa atividade se sustenta. Caso neguemos tal realidade, dificilmente conseguiremos construir uma crítica profunda e abrangente dos impactos positivos e negativos que o turismo [re] produz.

Acerca do fetiche que é criado intermediando a “aprovação” do turismo como caminho para o desenvolvimento, Ouriques (2005, p. 17) afirma que o turismo é, ideologicamente, defendido como uma atividade “intrinsecamente benéfica”:

O discurso em defesa do turismo, nesses termos, adquire um grande poder de persuasão e seduz os poderes públicos e as comunidades locais, já que a ideologia dos grupos pró-crescimento “vende” as promessas de desenvolvimento, geração de empregos e *respeito ao meio ambiente* de forma tão poderosa que as opiniões contrárias acabam sendo rotuladas de “inimigas do progresso, “dos que querem manter o atraso”.

Em ênfase à passagem acima sobre o discurso ambiental que direciona o turismo enquanto alternativa para a sociedade, refletimos acerca de natureza “natural” que o turismo protege, discursivamente. Continuando com Ouriques (2005, p. 19), no turismo, a paisagem vira mercadoria criando uma fantasia/fetice na relação turista-consumo turístico:

[...] o sol, o mar, as areias e outros elementos da natureza inorgânica vão representar um preço, sem relação alguma com a produção do valor. Mas tornam-se um objeto de apropriação, uma apropriação sem propriedade que, no entanto, é aceita socialmente.

Nessa reflexão, o turismo transforma a paisagem em mercadoria ao ponto de necessitar de uma conjuntura para o seu acontecer. Em um percurso histórico, as áreas litorâneas e costeiras, principalmente, da Região Nordeste vêm sendo “palco” de investimentos no tocante à criação de uma geografia para esta atividade. Como nos coloca Cruz (1995, p. 15), contextualizando o papel do “litoral” na fuga da cidade em busca de uma natureza, discursivamente e; alheia à égide do capitalismo e seus impactos antrópicos (neste caso, os ambientais):

A industrialização do mundo e o crescente processo de urbanização que caracterizam a era moderna vêm reforçar ainda mais o desejo e a necessidade de descanso dos indivíduos, resultando em grande valorização do litoral. A praia passa a se constituir em espaço de ócio, da contemplação e do lazer, cujo potencial, contemplado pelo sol, dá origem a um binômio, do ponto de vista do turismo, indissociável.

A suposta crise ambiental com uma trama social-econômica revaloriza o desejo do homem na sua relação com a natureza e seus atributos. Se “antes” essa revalorização se dava por meio da exploração exacerbada dos recursos naturais em nome da manutenção do capitalismo, “agora” esse atua através de uma reafirmação por meio do turismo enquanto atividade sem impactos para com o meio ambiente e seus recursos naturais.

Toda essa trama abre precedentes para a reestruturação do capitalismo perante a sua própria crise. A natureza é exaltada como refúgio, mas principalmente, como instrumentos de intencionalidades econômicas. O litoral, associado à ideia de natureza limpa ou “natureza natural” e como recurso para a propulsão do turismo, acaba rebatendo em novos dilemas na relação homem x natureza. Contudo, a percepção ambiental do turismo como atividade econômica é “aceita” do ponto de vista que essa atividade ganha legitimidade em meio ao discurso geopolítico do desenvolvimento sustentável:

Não é no alto das montanhas, mas junto aos mares, não nos camarotes, mas na plateia, que culminam as perspectivas, os cenários, os concertos os dramas do arquiteto, do músico e do poeta do universo (...). É, sobretudo às margens do Oceano, no fundo desse imenso vale que o delimita que se reúnem as harmonias de todas as forças da natureza (CORBIN, 1989, p. 175).

A concepção da natureza como fuga do cotidiano delimita um dos “últimos” discursos ideológicos do capitalismo, isto é, a partir do paradigma do desenvolvimento sustentável. É tanto que tal discurso que promete uma harmonia entre o homem e o meio ambiente em perspectivas presentes e futuras se insere em pautas internacionais e nacionais.

Entretanto, alimentamos a narrativa de que os processos contraditórios, historicamente falando, do modo de produção capitalista não se “diluem”. Apenas se reafirmam nessa atividade econômica que se produz a partir desse e de outros discursos ideológicos do capital representando novas dinâmicas de contradição e exploração de sua mão-de-obra, no caso, dos “operários” do fenômeno turístico. Seguindo a afirmação de Ouriques:

A verdadeira base de sustentação do turismo, como qualquer atividade econômica, está no trabalho (quer dizer, na exploração da força de trabalho [...]) Toda a infra-estrutura de transportes, equipamentos de lazer e acomodação, todos os setores ligados à estrutura turística, enfim, fundamentam-se no trabalho e no consumo do turista (2005, p. 20).

[...] o turismo reconstrói os espaços de forma negativa, predatória. Isso porque, para nós, não cabe utilizar o termo destruição da natureza. As dunas e os mangues, resultados de processos naturais, são também transformados pela mão do homem, são também negados enquanto elementos de sustentação natural. Mas não se pode falar em “destruição da paisagem”. A paisagem geográfica não é algo estanque, imóvel. Pelo contrário, existe em permanente metamorfose, mesmo quando esta não é atraente do ponto de vista estético/ecológico quando, por exemplo, um rio é aterrado para a construção de um complexo hoteleiro (1999, p. 75).

Ou seja, a operacionalidade do turismo vai além da superficialidade que a sua paisagem nos impõe, considerando as contradições que confirmam tal relação de mercadoria entre turismo e o destino visitado. Essa relação mercadoria-paisagem que ganha força com a atividade turística tem como gênese a discussão de fetiche, ou seja, por conta da força de trabalho que resulta em uma sociedade que “não tem consciência de si mesma” (KURZ, 1993, p. 235)

Nessa concepção, o turismo pode ser compreendido como uma “nova” forma de fetichizar a relação econômica que existe no consumo turístico (OURIQUES, 2005), no qual, podemos situar como um fetichismo espacial. Em complementação, Coriolano afirma que “o turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação” (2006, p. 368), construindo a sua geografia por meio da licença do Estado, agentes econômicos, comunidade receptora e turistas. Ao abordar o fenômeno turístico na região Nordeste, no qual, esse acontece transformando em mercadoria o eixo “sol e praia” do litoral nordestino, Coriolano deduz que:

O turismo é, na atualidade, um dos eixos desencadeadores dessa espacialização, age desterritorializando/reterritorializando e produzindo novas configurações geográficas. Assim, regiões litorâneas, originalmente ocupadas pelos indígenas, pescadores, comunidades tradicionais – os chamados “povos do mar” –, são expropriadas para dar lugar às segundas residências, aos grandes resorts, às cadeias hoteleiras, aos restaurantes e demais equipamentos turísticos, como parques temáticos, por exemplo (2006, p. 369).

Podemos afirmar que o fenômeno turístico na Região Nordeste tem como segmento o “turismo de sol e praia” que são elementos paisagísticos que criam um fetiche propício para o ócio e lazer de turistas e visitantes. Nesse movimento é que o lugar vira mercadoria a partir da apropriação da paisagem pelo fenômeno turístico. Assim, sistematicamente, não tem como fugirmos da relação turismo – sustentabilidade – desenvolvimento sustentável pensando a paisagem no processo de apropriação na reprodução dessa atividade econômica como nas palavras de *Swarbrooke* (2000, p. 113):

O desenvolvimento sustentável é um pré-requisito para o turismo sustentável, pois o desenvolvimento não sustentável pode reduzir drasticamente a qualidade do produto do turismo devido a uma infraestrutura inadequada e a poluição causada por outras indústrias [...] É preciso começar a ver o turismo sustentável como parte de um sistema mais amplo de desenvolvimento sustentável, um sistema aberto no qual cada elemento afeta os demais. Uma mudança em qualquer elemento suscitará uma reação em cadeia nos outros elementos dos sistemas. Em outras palavras, se fazemos algo para tentar desenvolver formas mais sustentáveis de turismo, isso afetará outros elementos não-turísticos do sistema [...] (2000, p. 111)

Nesse contexto é que o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR-NE investiu, expressivamente, na Região Nordeste, produzindo uma territorialidade para o turismo (vias de acesso, avenidas e serviços) na perspectiva de “embelezar” para o consumo turístico ao passo que paralelo e como par dialético houve a “negação” de parte desse território como não consumível para a atividade turística.

Destacamos que os estados do Piauí e Maranhão foram os únicos da Região Nordeste que não participaram dos investimentos iniciais do PRODETUR-NE como os outros estados da Região Nordeste e isso explica o contexto singular do fenômeno turístico do Delta do Parnaíba (PI-MA) que, evidencia uma outra dinâmica, diferente das demais.

Assim, trazemos um problema: a escala. Como já colocado, o turismo é absorvido de forma diferenciada devido à heterogeneidade do espaço geográfico e de seus constantes usos do território pela atividade econômica em questão. Nessa problemática, o Delta do Parnaíba (PI-MA) possui uma dinâmica turística que não acompanha a mesma de grandes centralidades do turismo no país e no mundo, seja motivado pela ausência de investimentos diretos e indiretos por parte da iniciativa pública, assim como questões associadas à capacidade de carga em referência a disciplinarização por parte da legislação ambiental ou por sua histórica desigualdade já que se localiza entre os estados com os menores PIB's no contexto regional.

Nesse sentido, convergimos para uma discussão minuciosa sobre o fenômeno turístico trazendo uma escala que “compreenda” as especificidades do Delta do Parnaíba (PI-MA) em termos de teorias, método e metodologia. Acerca da dinâmica global do turismo, esse fenômeno é característico dos países subdesenvolvidos. De acordo com Ouriques:

Mesmo assim, nos países e regiões periféricos, desde há muito que o turismo vem sendo encarado como o ‘passaporte para o desenvolvimento’ (SAAL, 1987). Em muitos lugares, como vários autores (TURNER, ASH, 1991; KLEIN, 2007; KRIPPENDORF, 1989) já ressaltaram, acreditou-se que o turismo seria a forma mais adequada para a promoção do desenvolvimento. Ora, é óbvio que a introdução das atividades turísticas em muitas regiões periféricas produziu algumas ilhas de prosperidade, criando circuitos privilegiados de consumo e produção. Contudo, essa prosperidade restringiu-se a poucos. Nosso argumento é que, de modo geral, a maioria dos residentes das regiões periféricas não se beneficiou e não se beneficia com o ‘progresso’ prometido pelo turismo (2012, p. 149).

Materialmente, o fenômeno turístico se produz a partir da mercantilização dos atributos naturais e culturais, além da exploração de uma mão-de-obra – diga-se de passagem, barata e flexível - e nesse processo é tido como caminho para o desenvolvimento, propagado discursivamente pelo Poder público e privado, criando esperanças de inúmeras ordens para as comunidades receptoras de tal atividade. Entretanto, tendo em vista à estrutura do turismo no modo de produção capitalista, não podemos imaginar que rupturas serão fomentadas uma vez que as contradições são apenas reproduzidas, ou seja, o turismo não provoca um impacto estruturante nos lugares turistificados devido a sua existência e fomento ser posterior às desigualdades em nível local, regional e nacional trazendo inúmeras variáveis. Destarte, a atividade turística vem representando, apesar do impacto econômico expressivo para os lugares turistificados, uma desordem assim como uma falta de controle para com os impactos sociais e ambientais que acabam surgindo.

Dessa forma, como já apontado, o turismo, ao mesmo tempo em que usa de um território para constituir-se (e ser constituído), ele negligencia parte desse por interesses da própria lógica hegemônica dessa atividade econômica. A relação turismo-território coexiste a partir da perspectiva em que o objeto de consumo do fenômeno turístico é o espaço. “É pelo processo de consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos” (CRUZ, 2005). Nessa perspectiva, nem todo território é usado pelo turismo (ou quando usado, é do ponto de vista da negação).

Assim, é a partir desses desdobramentos do uso do território (turístico) da RESEX Marinha Delta do Parnaíba que esse estudo se constrói. Em busca de apreender tal reflexão é necessário preceder a apreensão da relação da totalidade social e o espaço para com a sociedade que essa realidade possui.

Assim, devido à hipótese defendida que o turismo é uma atividade econômica que inviabiliza parte do território para o seu acontecer, isto é, pensando como ilustração o recorte empírico estudado, cabe aqui trazer um direcionamento teórico, conceitual e histórico de como essa atividade econômica é compreendida a luz do paradigma do desenvolvimento sustentável que coexiste no contexto atual das economias mundiais. Ou seja, como o território (turístico) se constitui e é constituído a partir dessa psicosfera ambiental, considerando o desenvolvimento sustentável?

3.1.3 O paradigma do desenvolvimento sustentável: o território turístico na ótica da sustentabilidade

A relação homem x meio não nasce hodiernamente, ao contrário, os dias atuais vivem o protagonismo da tentativa de conciliação nessa relação, principalmente, na “órbita” do desenvolvimento sustentável. Para Almino (2003, p. 21), a discussão ecológica e suas bases filosóficas tem gênese na doutrina judaico-cristã, pois “a ética judaico-cristã, ao colocar o homem acima da natureza em nome de Deus, favoreceria o desenvolvimento da tecnologia, o industrialismo e a vontade de explorar”.

Com a reflexão acima, compreendemos que a “crise” que compromete a estabilidade do meio ambiente no âmbito econômico, social, político e dentre outros, é um resultado histórico. Enquanto marcos que “oficializam” a relação homem e meio ambiente temos a utilização do fogo, a metalurgia, advento dos cultivos agrícolas, o uso da água e do vento enquanto fontes de energia, o surgimento da pólvora, da máquina a vapor... (ALMINO, 2003).

A partir do que foi colocado por Almino, a história acerca da degradação ambiental se subdivide em dois momentos. O primeiro é a revolução neolítica considerando o aprimoramento da agricultura, da tecelagem e da cerâmica, assim como a domesticação dos animais... O segundo momento corresponde ao auge da revolução industrial, no qual, houve um intenso desgaste ambiental pensando o impacto da fusão entre ciência e tecnologia, assim como resultado dos ideais filosóficos do Renascimento, ou seja, do progresso e modernidade (ALMINO, 2003). Isso já quebra as bases que embasam a narrativa que dissocia a degradação ambiental da estrutura econômica – o capitalismo – e que delibera os usos diferenciados do território.

Nesse contexto, a promessa do capitalismo enquanto sistema político e econômico na resolução das problemáticas sociais, políticas, econômicas e ambientais ainda não se consolidou. É tanto que falar em sua consolidação de frente às suas sucessivas crises continua a ser um dilema cíclico: o próprio se reestrutura ao passo de sua própria instabilidade. Com isso, a busca pela reafirmação do sistema vigente é um debate que tem relação direta com a discussão do desenvolvimento sustentável e sua geopolítica mundial que permeia a sociedade atual.

Destarte, centralizando a reflexão proposta, a geopolítica do discurso do desenvolvimento sustentável abre precedentes para a legitimação de algumas atividades econômicas que prometem um uso do território, menos marcado pelas contradições socioambientais. Nesse contexto, inegavelmente, o turismo é uma possibilidade defendida por lideranças políticas, iniciativa privada e ONG's.

Anterior ao debate do turismo e sua promessa “sustentável”, é importante debater a construção dessa narrativa. De acordo com Bellen (2007), a proposta de desenvolvimento sustentável surge como retaliação histórica, pensando os impactos gerados no meio ambiente por conta do crescimento econômico. Conforme Redclift (2003, p. 47), “há muito tempo em que ‘sustentabilidade’ tem existido sempre entre aspas”. Ou seja, já no século XX, alguns marcos simbolizam a construção do desenvolvimento sustentável:

O relatório sobre os limites do crescimento, publicado em 1972, o surgimento do conceito de ecodesenvolvimento, em 197, a declaração de *Cocoyok*, em 1974, o relatório da Fundação *Dag-Hammarskjold*, em 1975, e finalmente, a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992 (BRUSEKE, 1974 apud VAN BELLEN, 2007, p. 21).

Como colocado, diversos marcos discorrem sobre a problemática ambiental, isto é, fazem parte da construção de uma narrativa da crise do meio ambiente. Assim, por meio de um “salto” histórico, o ano de 1992 representa um marco político na geopolítica mundial. Nessa data, acontece a Conferência da ONU no Rio de Janeiro “aumentando o grau de consciência sobre o modelo de desenvolvimento adotado mundialmente e, também, sobre as limitações que ele representa” (BELLEN, 2007, p. 22).

É importante destacar a ênfase na ideia de dissociação entre homem e sua ação sobre o meio, mediada pelo modo de produção capitalista, presente em discussões oficiais pensando que a construção dessa narrativa é feita pelas principais potências mundiais e coincidentemente, são as mesmas que exploraram e ainda exploram o meio ambiente. É apenas a partir desse marco que a interface entre o desenvolvimento de forma desenfreada (ou seja, o capitalismo propriamente dito) e os rebatimentos negativos no meio ambiente transformam-se em discurso oficial para os Estados.

Também é nessa perspectiva que surge a ideia de desenvolvimento sustentável, ou seja, uma “união” harmônica – semanticamente - entre desenvolvimento e meio ambiente. Conforme

afirma Bellen (2007, p. 22), “o conceito de desenvolvimento sustentável trata especificamente de uma nova maneira de a sociedade se relacionar com o seu ambiente de forma a garantir a sua própria continuidade e a de seu meio externo”. Compreendido que a mitigação das problemáticas ambientais na sociedade é a busca por uma [des]harmonia entre o homem e o meio, diversas acepções surgem na necessidade de responder essa equação tão “cara” para a sociedade moderna no bojo do modo de produção capitalista.

Conforme o Relatório *Brundtland*, criado pela *World Commission on Environment and Devenlopment* (WCED), o desenvolvimento sustentável se delimita na necessidade de atender às gerações atuais na mesma expectativa de atender as gerações futuras (BELLEN, 2007). Essa, talvez seja a concepção mais globalizada do que representa o desenvolvimento sustentável devido ao seu marco conceitual e oficial. O desenvolvimento sustentável surge como alternativa, no qual, conforme a contextualização de Hanai (2011, 200) representa novos marcos por meio do “reconhecimento e a valorização de temas tais como os problemas sociais e ambientais, as críticas ao purismo economicista, o intercâmbio entre sociedades e nações e o aprimoramento da consciência ambiental...”. Nesse sentido, podemos conceber um novo contexto, no qual o território é central enquanto conceito geográfico, considerando o discurso ideológico do desenvolvimento sustentável e como esse subjuga as dinâmicas socioespaciais do turismo.

Entre as várias contribuições feitas pelas diversas áreas de conhecimento, Pearce (1993) discorre sobre como o debate ambiental é dual, no qual, de um extremo tem àqueles defensores do tecnocentrismo e de forma paralela, o ecocentrismo. Podemos perceber melhor como essas concepções se defrontam no quadro 1. Entretanto, é importante salientar a ausência do conceito de território como categoria de análise das questões ambientais em polêmica como aqui discutido. Isso, considerando que ao passo que o homem é intermediado pelo modo de produção capitalista que se apropria dos recursos naturais, no qual esse faz uso do território para “edificar” as técnicas e assim, gerar lucro. Contudo, tal centralidade do ponto de vista teórico não aparece na grande maioria das reflexões propostas na discussão literária das áreas de conhecimentos.

Conforme o quadro 2, em uma perspectiva teórica e conceitual, os autores que se aliam a tendência tecnocêntrica defendem a sustentabilidade por meio da “manutenção do capital total disponível no planeta” (BELLEN, 2007, p. 25), isto é, considerando que o capital natural pode ser equiparado e substituído pelo capital humano. Como extremidade, àqueles ligados a noção

ecocêntrica colocam em primeiro plano, o capital natural e sua conversação como papel relevante em vez da importância imediata de seu valor econômico.

Nessas reflexões em torno de uma busca conciliatória no âmbito político, econômico, social, cultural e ambiental entre o homem (mediado pelas relações de trabalho e produção) e o meio ambiente), como o território (turístico) se situa? Existe uma resposta do desenvolvimento sustentável para o uso do território pelo turismo?

Em muitas discussões, a relação dada entre o turismo e o desenvolvimento é assertiva como a “possibilidade para o desenvolvimento local”, “valorização cultural” e “geração de renda para as gerações futuras”. Assim, direcionamentos como esses acabam definindo e conceituando o desenvolvimento sustentável do turismo, embora aconteça de forma fetichizada na discussão política em torno do eixo econômico – social – ambiental, velado no processo de materialização do fenômeno turístico.

Centralizar o turismo como uma promessa na conciliação do homem e a natureza, considerando a órbita do desenvolvimento sustentável que acaba jogando para si, os sujeitos, os meios técnicos, os centros urbanos e dentre outros, é dissociar tal atividade do seu contexto de produção e uso da mercadoria que é análogo às outras atividades econômicas e que mesmo que não fosse, vem sendo situada e tem como base, a sociedade moderna capitalista.

Em meio à discussão de impulsionar o turismo como caminho para o desenvolvimento sustentável, Ruschmann (1997, p. 110) difere alguns “tipos” de turismo apontando que:

O turismo de massa — caracterizado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano — vem sendo considerado o maior agressor dos espaços naturais. O excesso de turistas conduz ao superdimensionamento dos equipamentos [turísticos] (...), que impreterivelmente ocupam grandes espaços — agredindo paisagens e destruindo ecossistemas. Além disso, a falta de “cultura turística” dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam — acreditam que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que têm direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo — tempo insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural.

Quadro 2
DIMENSÕES DO AMBIENTALISMO

Tecnocêntrico ←  **Ecocêntrico**

Cornucopiana	Adaptativa	Comunalista	Ecologia Profunda	
Exploração de recursos, orientação pelo crescimento	Conservacionismo de recursos, posição gerencial	Preservacionismo de recursos	Preservacionismo profundo	Rótulo Ambiental
Economia antiverde, livre mercado	Economia verde, mercado verde conduzido por instrumentos de incentivos econômicos	Economia verde profunda. Economia <i>steady-state</i> , regulação macroambiental.	Economia verde muito profunda, forte regulação para minimizar a tomada de recursos	Tipos de economia
Objetivo econômico, maximização de crescimento econômico. Considera que o mercado livre em conjunção com o progresso técnico deve possibilitar a eliminação das restrições relativas aos limites e à escassez	Modificação do crescimento econômico, norma de capital constante, alguma mudança de escala.	Crescimento econômico nulo, crescimento populacional nulo. Perspectiva sistêmica, saúde do todo (ecossistema), hipótese de Gaia e suas implicações.	Reduzida escala da economia e da população. Imperativa mudança de escala, interpretação literal de Gaia.	Estratégia de gestão
Direitos e interesses dos indivíduos contemporâneos, valor instrumental da natureza.	Equidade intra e intergeracional (pobres contemporâneos e gerações futuras), valor instrumental da natureza	Interesse coletivo sobrepuja o interesse individual, valor primário dos ecossistemas e valor secundário para suas funções e serviços.	Bioética (direitos e interesses conferidos a todas as espécies), valor intrínseco da natureza	Ética
Sustentabilidade muito fraca	Sustentabilidade fraca	Sustentabilidade forte	Sustentabilidade muito forte	Grau de sustentabilidade

Quadro 2 - Dimensões do ambientalismo
Fonte: Peace (1993) apud Van Bellen (2007, p. 26).

Nessa pesquisa, compreende-se que o turismo tem como ponto de partida, o movimento de pessoas no espaço geográfico. Assim, a apropriação econômica que se alicerça na sociedade capitalista vem inclusa em todos os segmentos turísticos. Ou seja, o dilema ambiental que existe no turismo não é específico ao “turismo de massa”, mas sim em todos os segmentos, inclusive àqueles que “prometem” tal conciliação por meio de um discurso ideológico.

Como exemplo disso, o ecoturismo, segmento que em sua própria etimologia, já anuncia uma relação da natureza com o turismo e na valorização cultural, reproduz-se por meio desse discurso. Entretanto, pela dimensão social, econômica e ambiental, tal segmento precisa de “operários” para o seu acontecer, “plastificando” a cultura local para a recepção turística e criando uma psicosfera ambiental em torno do lugar visitado, coisificando os sujeitos por meio da assertiva de que vem conciliando a relação homem-meio no contexto exemplificado.

Em busca de relacionar uma interface entre a geografia e o turismo, pensando o uso do território, no subcapítulo a seguir, vamos discutir as unidades de conservação, considerando o seu papel na normatização do território. É importante questionar-se: Como acontece a normatização do território por meio das unidades de conservação como uma forma de conservar e preservar o meio ambiente? Como o turismo se insere em meio a tais perspectivas?

3.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, TURISMO: NORMATIZAÇÃO, RACIONALIDADE ECONÔMICA E OUTRAS RACIONALIDADES

3.2.1 Unidades de conservação e a disciplinarização do território: o turismo como possibilidade

A política ambiental no Brasil difere do pensamento ambiental brasileiro. Enquanto o primeiro se institucionaliza, em 1981, com a Política Nacional do Meio Ambiente, o segundo tem indícios em meados de 1786 (STEINBERGER, 2013). Nesse caminho, o Estado brasileiro interviu na criação de diversos mecanismos jurídicos para a proteção do meio ambiente (conforme o quadro 3) e nessa perspectiva, normatizar o uso do meio ambiente é normatizar o uso do território:

Quadro 3 – Políticas implementadas desde 1981

- Política Nacional de controle da desertificação (1997);
- Política e Sistema Nacional de Recursos hídricos (1997);
 - Lei de crimes ambientais (1998);
- Política Nacional de Educação Ambiental (1999);
- Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (2000);
 - Decreto sobre a política nacional da Biodiversidade (2002);
- Política Nacional para os recursos do mar – PNRM (2005);
 - Lei da mata atlântica (2006);
- Lei de gestão das florestas públicas (2006);
- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (2007);
- Lei de diretrizes para a política de saneamento básico (2007);
 - Política Nacional sobre mudança do clima (2009);
 - Política Nacional de resíduos sólidos (2010);
 - Novo código florestal (2012);
- Política Nacional de Gestão territorial e Ambiental de terras indígenas (2012);

Fonte: Steinberger (2012) com adaptação do autor.

Tais políticas se desdobraram nos últimos anos, em planos e programas como forma de implementar no Brasil, medidas de proteção do meio ambiente em sua perspectiva ampla. Nesse contexto, o papel do Estado na normatização do território para suas intencionalidades (nesse caso, pela dimensão ambiental) nos permite premeditar a afirmativa que é o ente responsável pela acepção de território enquanto área delimitada, administrativamente. Nas palavras de Santos, facilmente podemos encontrar um território sem Estado, porém, o contrário seria ambíguo. A substância que define o Estado e seu papel perante os sujeitos é a materialização em vários entes para o controle do território e sem esse, o mesmo não seria o que representa.

Nesse contexto, é válido discutir para a narrativa do nosso objeto de estudo, o papel do Estado pensando o desafio ambiental no Brasil e no mundo, isto é, áreas que são delimitadas na perspectiva da conservação ambiental, preservação, controle econômico e geopolítica ambiental. Em 2000 foi institucionalizado o Sistema Nacional das Unidades de Conservação – SNUC (Quadro 4), cujos objetivos principais são:

Quadro 4 – objetivos norteadores do SNUC

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Fonte: SNUC (2000).

A criação de unidades de conservação, mas principalmente, a jurisdição em torno de uma tipologia de UC's é um passo considerável do Estado para com o controle estatal de algumas áreas relevantes, [sócio] ambientalmente. Como marco histórico, o advento do Yellowstone, além de se tornar uma estratégia na preservação dos recursos naturais de frente ao símbolo do homem e sua depredação, tornou dicotômica a relação homem x natureza, uma vez que desconsiderou a presença humana nos recortes da reserva natural (CAVALCANTE, 2012). Essa dicotomia possui relação com um contexto mais amplo no qual:

[...] ela se dá em meio a um amplo questionamento do antropocentrismo que, ao longo de toda a história da cultura ocidental, tem predominado como orientador de representações e práticas humanas em relação à natureza. No período entre os séculos XVI e XIX, durante a transição que leva ao estabelecimento da economia capitalista, tal questionamento e a consequente mutação de posturas que ele desencadeia vão levar a novas relações dos homens com os animais e plantas e à idealização da vida no campo e sua imagem. Esse período inventa também a paisagem como forma dominante de representação da natureza, principalmente por intermédio da pintura (SERRANO, 2001, p. 104).

Nesse contexto, existe uma apreciação do mundo natural que vai de encontro à cidade e seu papel industrial na organização da sociedade, pensando a revolução industrial na Europa. No Brasil, a partir da década de 1980, o Estado atribui em suas diretrizes a “noção estratégica de meio ambiente”, a qual a biodiversidade é centralizada enquanto política de conservação ambiental (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009, p. 47).

Ainda como preâmbulo, é importante compreender a dicotomia lançada em discussões que concebem o meio ambiente, ora em seu contexto preservacionista, ora conservacionista. Enquanto a lógica da preservação ambiental tem como princípio a apreciação estética e espiritual da natureza, o conservacionismo se pauta na adequação entre o uso do homem e os recursos naturais (DIEGUES, 2008). Essa dicotomia representa um marco importante e tem impacto direto na forma como as unidades de conservação são orientadas em termos práticos de organização e de relação homem x meio ambiente.

Apesar da preocupação com questões associadas à proteção do meio ambiente, o surgimento de unidades de conservação se deu a partir do surgimento do código florestal de 1934 (CAVALCANTE, 2012). No auge da ditadura militar, houve um crescente surgimento de unidades de conservação. Entretanto, conforme Cavalcante (2012), “de cima para baixo”, negando o contexto social que viabiliza a criação de UC’s por associar-se às comunidades tradicionais, ou seja, sujeitos que possuem uma relação direta com a conservação ambiental.

Como apontado, existem debates em torno dos conceitos referentes à preservação e conservação ambiental. De fato, existem nuances que dicotomizam esses conceitos e possui relação direta com as UC’s (Mapa 3). Pensando o SNUC, as unidades de conservação se classificam em duas categorias e suas subdivisões (Quadro 5 e 6):

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL
Parque Nacional
Reserva Biológica
Estação Ecológica
Monumento Natural
Refúgio da Vida Silvestre

Quadro 5 - Unidades de proteção integral.
Fonte: BRASIL, 2000/Organização do autor (2017).

UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL
Área de Proteção Ambiental – APA
Reserva Extrativista – RESEX
Floresta Nacional – FLONA
Área Relevante de Interesse Ecológico
Reserva de Fauna
Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS
Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN

Quadro 6 - Unidades de uso sustentável.
Fonte: BRASIL, 2000/Organização do autor (2017).

Embora algumas discussões teóricas apontem uma burocratização quanto à normatização do meio ambiente, pensando tal quantidade de UC's que são classificadas por meio do SNUC, essa jurisdição contribui para a criação de políticas que norteiam a gestão dos territórios em sua perspectiva natural nas três esferas (Federal, Estadual e Municipal). Com isso, avança-se em uma busca integrada de áreas protegidas entre o Estado, a sociedade civil e o meio ambiente (CAVALCANTE, 2012).

Entretanto, ainda existem várias limitações, como por exemplo, a ausência de plano de manejo nas referidas UC's. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente – MMA (2011), cerca de 78% das unidades de conservação de cunho federal e estadual não possuem o plano de manejo que direciona por meio de diretrizes, a gestão propriamente dita dos referidos territórios.

Apesar de tais números, desde a jurisdição do SNUC, foram criados 64 planos de manejo em UC's federais, além de 103 em fase de elaboração (CAVALCANTE, 2012 *apud* MMA, 2011). Porém, ainda faltam em média, 397 unidades de conservação sem plano de manejo. Um exemplo relevante é a Reserva Extrativista – RESEX Marinha Delta do Parnaíba, recorte espacial dessa pesquisa, que ainda não possui plano de manejo e a ausência do plano enquanto instrumento de gestão tem impacto direto em como o território vem sendo usado.

Aliada à necessidade de planos de manejo para o avanço das políticas ambientalistas como estratégia do Estado é importante considerar a discussão democrática de criação das UC's, mas principalmente na sua gestão. Atualmente, em média de 179 unidades de conservação federais e 77 estaduais (CAVALCANTE, 2012), tais unidades possuem espaços democráticos, constituídos pelas comunidades tradicionais inseridas nos seus limites, assim pelo poder público municipal, sociedade civil organizada e dentre outras frentes.

Esses conselhos de caráter consultivo e deliberativo passaram a ser obrigatórios com a gestão das RESEX's por meio do SNUC. Essa forma de organização e gestão compartilhada do território, para Vallejo (2005, p. 28) é necessária e do ponto de vista político, importante, pois:

A administração de muitas UC's envolve diversos setores institucionais de forma direta e indireta (meio ambiente, turismo, agricultura, mineração, urbanismo, etc) e a adequada comunicação interinstitucional é condição essencial. Além disso, deve-se considerar a organização intrainstitucional para se evitar, por exemplo, a excessiva centralização das agências gestoras das UC's.

Como situado por Vallejo (2005), as unidades de conservação possuem convívio com o espaço banal contido por diversos outros contextos que possui relação direta e indireta com os caminhos da preservação e/ou conservação ambiental. Considerando o turismo enquanto uma das importantes interfaces que as UC's constroem, tal atividade econômica se caracteriza em muitos discursos oficiais e/ou não oficiais como uma atividade sem impactos perante à natureza e suas singularidades.

Assim, é citada em muitas UC's como estratégia conservacionista aliada à geração de renda. Nessa perspectiva, algumas UC's, a exemplo dos Parques Nacionais possuem uma maior inserção do turismo, principalmente por serem pioneiras enquanto unidades de conservação no âmbito nacional e internacional. De acordo com Lima (2003, p. 48 apud CAVALCANTE, 2012, p. 54):

Os parques exercem de fato uma atração muito forte por aqueles que desejam usufruir a beleza da fauna e da flora no seu habitat natural, podendo o desenvolvimento da atividade ecoturística servir de aporte para a interação do homem com a natureza; contudo, está é uma questão que gera muitos conflitos – conservação x uso do território – diante da função e dos propósitos das UC's, bem como, conflitos relacionados com a efetividade dos princípios e benefícios e dos impactos potencialmente gerados pelo ecoturismo.

É importante considerar que não é “natural” a estas áreas que possuem uma demanda de proteção integral ou de uso sustentável, uma qualidade turística, ou seja, não é inerente as suas essências, senão, uma intencionalidade do Estado, conforme podemos perceber na Política Nacional de Ecoturismo, elaborada junto ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MITC); Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA); IBAMA; Empresa

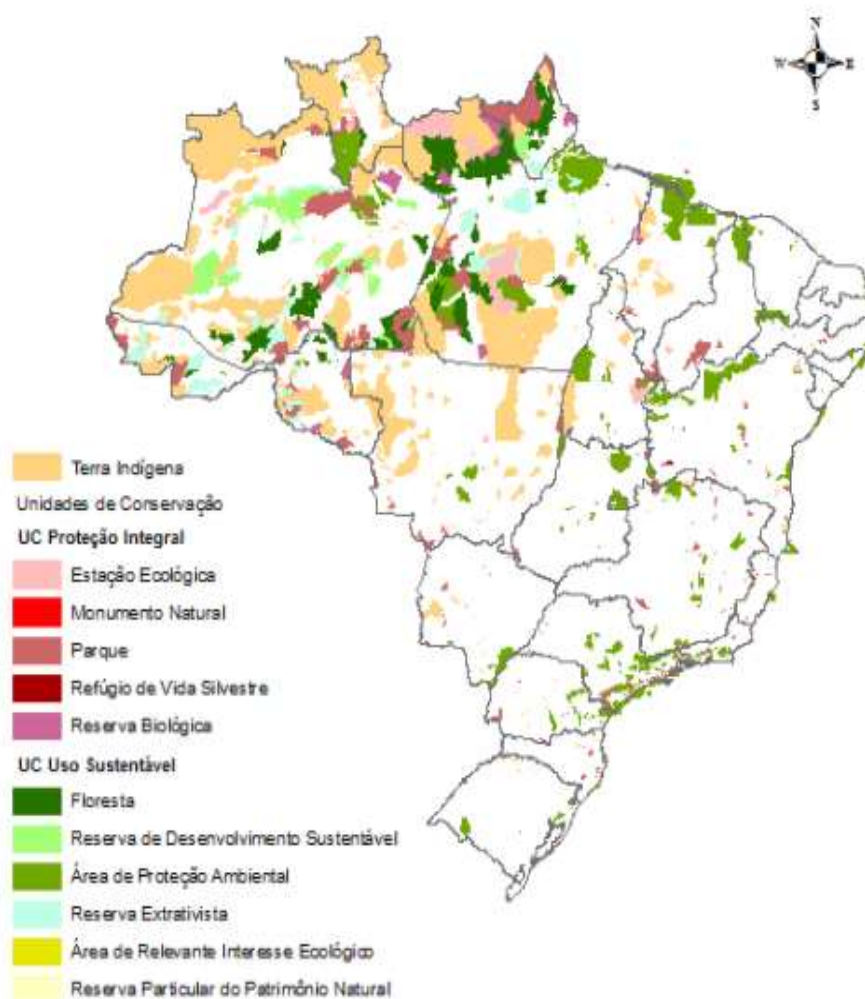
Brasileira de Turismo (EMBRATUR) no qual, situa o ecoturismo através dos seguintes objetivos:

(...) compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais; fortalecer a cooperação interinstitucional; possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor; promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo; promover, incentivar e estimular a criação e melhoria da infraestrutura para a atividade de ecoturismo e promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental (MITC/MMA, 1994, p. 20)

A partir disso, dentre as unidades de conservação, os Parques possuem uma maior relação com a prática de turismo e visitação, sendo inclusive, citados como um atrativo turístico do local visitado e uma forma de associar conhecimento e lazer. Entretanto, não se tem tradição quanto à prática turística em reservas extrativistas, categoria de área protegida que estamos analisando na presente pesquisa, sendo mais um desafio para o debate proposto.

A diferença básica e primordial entre os Parques e as RESEX's é que a primeira é de uso integral e a segunda, de uso sustentável. Isso é relevante, pois as RESEX's são compreendidas pela relação antrópica de comunidades tradicionais que se defrontam, por uma necessidade de sobrevivência, com o território e isso, do ponto de vista turístico, não é atrativo e muito menos comercial, embora exista prática de turismo no entorno do nosso recorte empírico.

Mapa com a divisão das categorias de UC em Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável



Fonte: MMA (2014); FUNAI (2014).

*inclui unidades de conservação nas esferas nacional, estadual e municipal

Figura 2 - Divisão das categorias de UC em Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável.
 Fonte: MMA (2014).

Conforme a figura 2, as unidades de conservação possuem maior proeminência na Região Norte, principalmente, nas áreas de terras indígenas. No Nordeste, é possível perceber a existência maior de Área de Proteção Ambiental – APA, principalmente pela imbricação dos centros urbanos e a instância ambiental. Como exemplo já apontado, o Delta do Parnaíba possui uma APA que engloba o Maranhão, Piauí e Ceará com seus municípios, direta e indiretamente relacionados com o litoral. De forma breve, a gestão de tal UC acontece de forma dificultosa pela sua extensão territorial, mas principalmente, pela jurisdição extremamente frágil.

De acordo com o quadro 7, as unidades de conservação de uso sustentável são mais numerosas que as de proteção integral. Isso se explica na medida em que os territórios assumem diferentes e concomitantes usos e por conta disso, é mais viável o ordenamento sustentável de tais atividades do que o cerceamento pensando apenas uma dimensão, a dimensão ambiental.

Quadro 7 - Unidades de conservação federais e estaduais (2017).

UC	Categoria	Nº	Área (ha)
Proteção Integral	Federal	146	38.770.200
	Estadual	356	15.792.600
	Municipal	148	66.400
	Subtotal	650	54.629.200
Uso Sustentável	Federal	815	40.829.200
	Estadual	508	60.482.100
	Municipal	98	2.637.300
	Subtotal	1.421	103.948.600
Total Geral		2.071	158.577.800
Total	Área considerando sobreposição mapeada	2.071	154.779.200

Fonte: CNUC (2017).

Nessa perspectiva, como apontado no texto contido do SNUC, o turismo “ecológico” é concebido como uma possibilidade econômica e ambiental, sendo sustentada por um discurso oficial (CAVALCANTE, 2012). Perspectivas associadas à pedagogia da educação ambiental são citadas em planos estratégicos e táticos na ênfase do turismo como uma atividade que, discursivamente, pode fazer o uso desses territórios através de uma harmonia entre o homem, intermediado pelo mercado e o meio ambiente, na preocupação pela preservação e conservação de seus limites.

Entretanto, é necessário tecer algumas considerações acerca desse discurso harmônico, devido ao impacto que o discurso oficial possui na criação de políticas para o uso do território pelo turismo, uma indústria “limpa” de frente a outras atividades econômicas (a exemplo da indústria propriamente dita). Conforme Cavalcante (2012, p. 55):

Ao mesmo tempo em que essa atividade sinaliza com a capacidade autossustentada, por meio das parcerias público-privadas em Unidades de Conservação, causa preocupação da “lógica de mercado” (com todos os seus pressupostos de racionalização e produtividade) nos programas e ações que venham a ser elaborados.

Tal dilema é mistificado nos discursos oficiais, tendo em vista a fetichização da mercadoria em torno dos recursos naturais, mas principalmente na criação de estratégias que prometem uma proteção ambiental. Além disso, a jurisdição ambiental se enfraquece mediante o apelo turístico que determinada UC possui, principalmente se falarmos nas UC de uso sustentável. Reafirmamos que o turismo, embora possua singularidades quanto ao “consumo” do espaço na perspectiva de uso do território, não se singulariza na estrutura econômica do modo de produção capitalista. As contradições que coexistem desde o século XVIII no tocante à revolução industrial permeiam diretamente a organicidade do fenômeno turístico que é marcado por um fetichismo espacial e absorvido de forma positiva pelo Estado, empresas, sociedade civil e sua contrarracionalidade.

Alguns debates teóricos compreendem como uma estratégia “romântica” a aliança turismo – território – na proteção do meio ambiente. É importante considerar que, partindo do lugar, do ponto de vista micro, os sujeitos invisíveis precisam coexistir e que o turismo pode ser instrumento de afirmação de seus territórios (pesqueiros, extrativistas, caiçaras, indígenas, quilombolas, etc.) como discutiremos, empiricamente.

Entretanto, não podemos fugir da estrutura econômica que absorve tais contextos. Negar a existência de um mercado em torno do ecoturismo na exploração de áreas naturais com seus atributos (fauna, flora, comunidades tradicionais, cultural local) é afirmar o fetiche da mercadoria que mistifica por meio de um “romantismo” da interface do homem e o meio ambiente.

Embora a harmonia ambiental se estabeleça em algumas unidades de conservação (principalmente os parques), nas reservas extrativistas, o dilema homem-natureza se reafirma uma vez que tais recursos, ao mesmo tempo em que estão associados ao extrativismo feito pelas

populações tradicionais, agora, são turistificados e transformados em mercadoria pela prática do turismo. A natureza vira recurso, novamente, porém, agora com uma jurisdição ambiental que “assina embaixo” a possibilidade de o turismo não agredir o meio ambiente.

Isso é um romantismo científico e teórico, senão, um discurso mistificador e ideológico para a reafirmação do capitalismo na sujeição da natureza e seus recursos para com a normatização do Estado. Entretanto, tal sujeição social, econômica, política e ambiental é velada na desenvoltura do turismo. Dando sequência às discussões travadas, a seguir, vamos discutir de forma mais específica, as reservas extrativistas, a unidade de conservação que possui uma relação específica com uma contrarracionalidade no uso do território no contexto do Brasil.

3.2.2 As Reservas Extrativistas: a gênese do protagonismo das comunidades tradicionais

A discussão ambiental associada às reservas extrativistas como categorias de unidades de conservação assume a necessidade de, antecipadamente, também pensar a dimensão social atrelada aos dilemas do meio ambiente, senão, analisar a imbricação socioespacial de tais dimensões, do ponto de vista uno e não dissociado.

É nessa reflexão que compreendemos as reservas extrativistas como resultados de uma contrarracionalidade que se refere à disputa pelo uso do território no Brasil, em defesa da necessidade de coexistir na relação de subsistência com o meio ambiente. Embora, acreditando que, nessa hipótese defendida, existe a atuação do Estado. Historicamente, comunidades extrativistas e sindicalistas, lideradas por Chico Mendes¹⁰, criam, em 1985, a reserva extrativista no I Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia, em Brasília/DF (MORAES, 2009).

Conforme Moraes (2009, p. 55), “a formulação da proposta de Reserva Extrativista foi resultante de um panorama histórico de degradação do modo de vida das populações tradicionais e da floresta tropical amazônica”. Aliada à questão social, surge como um caminho para a apropriação dos recursos naturais e também como forma de afirmação territorial e identitária.

¹⁰ Seringueiro, líder sindicalista e ativista ambiental, sendo assassinado em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC), sendo o símbolo máximo do movimento que resultou na criação da RESEX. Ver maiores detalhes na obra Chico Mendes: um ecologista socialista (GONÇALVES, 2001 *apud* MORAES, 2009, p. 55).

Tendo início na Amazônia inclusive com repercussão internacional devido aos ataques contra a biodiversidade local, tais discussões em torno das populações tradicionais que convivem diretamente no uso do território para fins de subsistência ocasionaram na necessidade de criar uma jurisdição para a delimitação de uma área, administrativamente, pelo Estado. A criação das reservas extrativistas se deu por conta de um processo de reivindicações realizado por seringueiros da Amazônia que pediam a concessão de áreas relevantes, socioambientalmente, para as populações locais (MORAES, 2009).

Aliado a discussão internacional acerca da “crise” do meio ambiente, como coloca Moraes (2009, p. 56), “este debate aconteceu em um contexto de questionamentos sobre a sustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento capitalista”. Assim, esse contexto de questionamentos ocasiona a criação do discurso do desenvolvimento sustentável, conforme discutimos.

Com isso, as reservas extrativistas que nascem na Amazônia e se propalam pelo restante do país, objetivando a busca pela harmonia entre o desenvolvimento e a proteção da natureza, isto é, por meio da presença do “seringueiro que marca uma relação histórica e cultural com a floresta” (GONÇALVES, 2003, p.11).

É importante considerar a atuação de diversas ONG's nacionais e internacionais, sindicatos, movimentos indígenas e dentre outros na materialização das reservas extrativistas com objetivo principal de conservar áreas comprometidas pela especulação econômica e imobiliária.

Conforme Moraes (2009, p. 57), a jurisdição das reservas extrativistas aconteceu de forma breve:

Em 1987, as Reservas Extrativistas já tinham sido incorporadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária, com a denominação de Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), instituído legalmente pela Portaria 627, de 30 de julho de 1987. Até 1989 foram criadas, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 10 áreas de PAE, totalizando cerca de 890 mil hectares, os quais beneficiaram aproximadamente três mil famílias (ALEGRETTI, 1994). Na concepção destas Reservas, a área poderia ser explorada não somente para extração do látex, mas também para o extrativismo vegetal (como a castanha e pupunha), a caça e agricultura itinerante (ALEGRETTI, 1987).

Inicialmente, as RESEX's não foram associadas à gestão do IBAMA (Atualmente, vem sendo realizada pelo ICMBio). As mesmas estavam ligadas ao programa agrário por meio da gestão do INCRA e não se tinha uma concepção de torná-las áreas protegidas, no qual, foram transformadas logo após a associação das RESEX's ao programa ambiental brasileiro (MORAES, 2009).

A partir da década de 1990 é que as RESEX's passaram a ter um status conservacionista pensando-a como áreas protegidas:

Passaram a fazer parte do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), apenas através do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Foi a partir de então, o início do processo que originou a criação da primeira RESEX, em 23 de janeiro de 1990, a RESEX do Alto Juruá (AC), pelo Decreto 98.863/1990, com uma área de aproximadamente meio milhão de hectares (MORAES, 2009, p. 57).

Além disso, contextualiza as tipologias em torno da criação das reservas extrativistas:

A RESEX mesmo sendo formulada para atender às demandas específicas das populações amazônicas, sua criação não foi instituída somente na Amazônia brasileira. As RESEX's foram criadas também na região costeira. Dessa forma, a RESEX ficou conhecida como “RESEX da Amazônia”, com base em recursos florestais e “RESEX Marinha”, em recursos pesqueiros (CNPT, 1992).

Quanto a um conceito que poderia definir as reservas extrativistas, no contexto das unidades de conservação e sua relação preservacionista e conservacionista com o meio, Gonçalves (2003, p. 555) compreende-as como “uma invenção no campo do direito, que expressa uma territorialidade construída no terreno movediço da história com e, ou contra diferentes protagonistas”.

De acordo com o SNUC, por meio da lei 9.985/2000 que normatiza as reservas extrativistas como uma categoria de unidade de conservação, conceitua-a como:

Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade (BRASIL, 2000).

Por questões óbvias, as reservas extrativistas não são instrumentos de posse dos extrativistas/comunidades tradicionais que se defrontam nos seus limites. De domínio público da união, são áreas que o Estado “reserva” para o uso que é “concedido às populações extrativistas tradicionais” (BRASIL, 2000). Atualmente, a gestão e fiscalização das RESEX’s são realizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Entretanto, tal gestão e fiscalização são compartilhadas com as comunidades tradicionais, uma vez que é por meio de um Conselho Deliberativo que são criadas regras quanto ao uso do território dessa unidade de conservação, pensando às atividades de subsistência; regras entre os extrativistas; proibições; dentre outros usos.

Como já colocado, tradicionalmente, dentre as unidades de conservação contidas no SNUC, as reservas extrativistas não têm uma relação direta com o fenômeno turístico. Digo, os Parques possuem uma relação histórica por meio da contemplação da natureza e de seus atributos. Tanto que a prática do turismo entra como um dos objetivos dessa unidade de conservação.

Nessa perspectiva, como estamos falando de uma unidade de conservação de uso sustentável, ou seja, que abre precedentes para outros usos desse território além do extrativismo em sua perspectiva ampla (vegetal, animal, etc.), o turismo é permitido nas RESEX’s. Como nos coloca a lei 9.985/2000, “A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área” (BRASIL, 2000).

No âmbito do Nordeste, podemos citar a Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde¹¹, localizada no Ceará e que possui a prática de turismo de base comunitária, realizado pelos moradores, oferecendo hospedagens familiares, culinária local, roteiros culturais e naturais, etc. Entretanto, embora com todo um aparato legal (pensando o Estado no seu papel de normatização de territórios no tocante à preservação e conservação) e social (o protagonismo das comunidades tradicionais na gestão do território junto ao ICMBio, autarquia gestora), ainda existem problemas em torno da proteção do meio ambiente, por meio desses instrumentos e para além disso, da manutenção de vida nesses territórios.

Principalmente se pensarmos os poucos planos de manejo que prometem ordenar a gestão dos territórios extrativistas que abre margem para a penetração da estrutura econômica e de seus malefícios (especulação imobiliária, criação de *resort’s*, empreendimentos turísticos

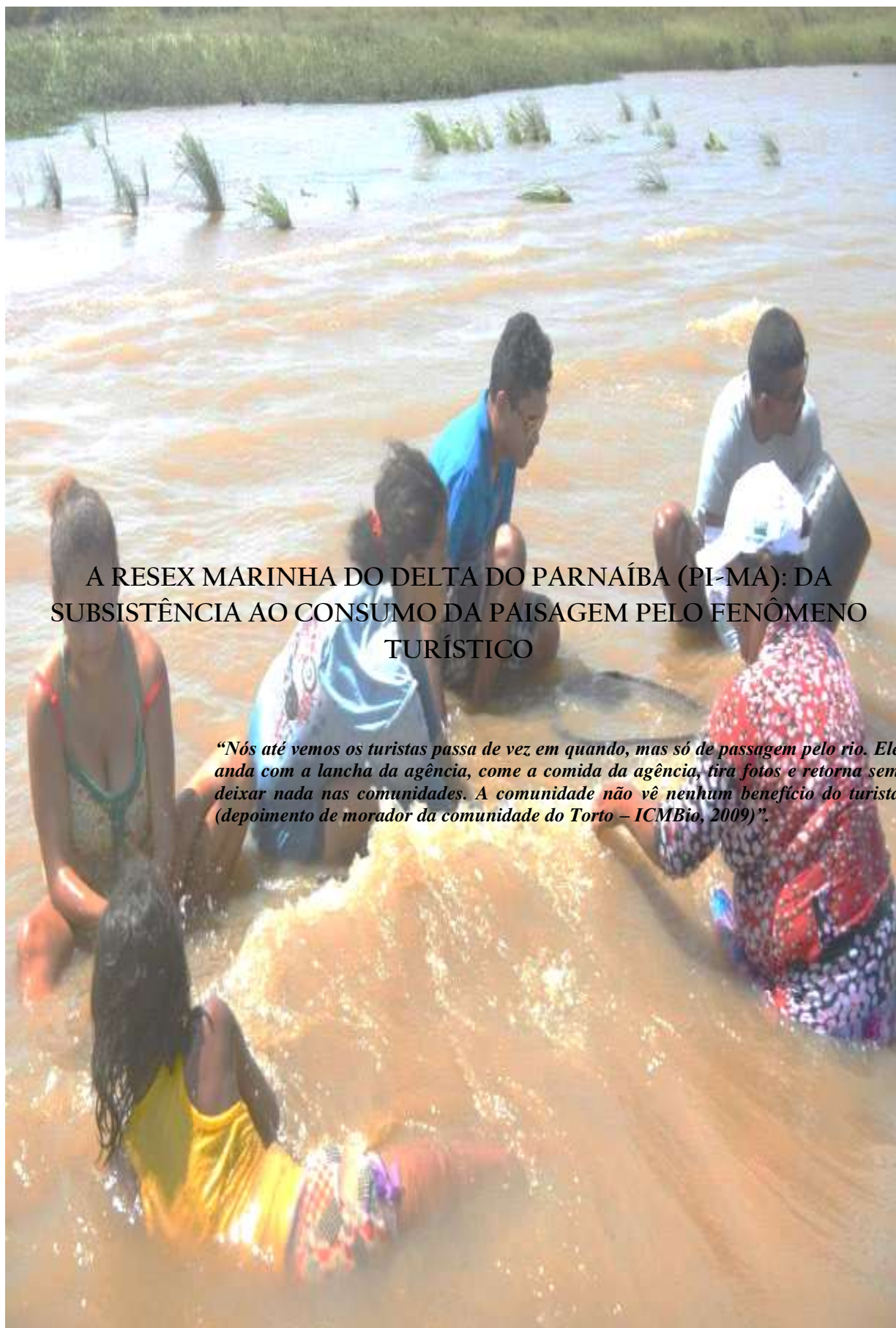
¹¹ Localizada no município de Beberibe/CE, foi criada em 2009, se tornando referência na luta pelo território pesqueiro e atualmente, referência na prática de turismo de base comunitária.

e energéticos, dentre outros). Ainda coexiste a problemática na jurisdição de áreas protegidas que no contexto prático ainda não existe uma atuação incisiva do Estado:

A elaboração e implementação do Plano de Manejo da RESEX não é ainda uma tarefa fácil, e sem esse documento, a captação de apoio e financiamento para o desenvolvimento de projetos demandados pelas populações dessas UC's se torna limitada. Isto tende a acontecer porque, segundo Euler (2007), diversas vezes, “o governo cria as RESEX's e depois as abandona, o que desvirtua o papel da UC, pois transforma a criação de uma Reserva em um mero ato administrativo de regularização fundiária”, com pouco efeito prático para garantir o objetivo de manejo da área (MORAES, 2009, p. 67; ELEU, 2007).

Além dessa questão, existe a problemática em torno do reconhecimento das populações tradicionais para com o fato de estarem inseridas em áreas protegidas, precisamente, unidades de conservação como a RESEX. As políticas de cunho nacional e federal são, muitas vezes, “construídas” de cima para baixo, o que acaba ocasionando em conflitos quanto aos usos devidos e indevidos do território (WWF, 2008). Muitos dos extrativistas não fazem ideia do que representa ou se define uma unidade de conservação e/ou uma reserva extrativista. Nesse contexto, consideramos como papel relevante, a atuação conjunta entre o Estado e organizações não-governamentais – ONG's no processo de reconhecimento, tendo em vista às ações associadas à educação ambiental como forma de diminuir a distância entre o homem e meio; organização social e criação de arranjos produtivos locais na geração de renda.

Do ponto de vista territorial, não podemos fugir do poder que a estrutura econômica acaba gerando no uso desses territórios. De um lado (mas não dicotômico), o Estado aliado à iniciativa privada, premeditando o uso de território como recurso, no qual, existe uma intencionalidade econômica em torno dos recursos naturais – nesse caso, na mercantilização para o fenômeno turístico – e de outros, populações tradicionais que fazem tal uso, concebendo os territórios extrativistas como meios de subsistência, sobretudo, como estratégia de coexistir e sobreviver.



**A RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA (PI-MA): DA
SUBSISTÊNCIA AO CONSUMO DA PAISAGEM PELO FENÔMENHO
TURÍSTICO**

“Nós até vemos os turistas passa de vez em quando, mas só de passagem pelo rio. Ele anda com a lancha da agência, come a comida da agência, tira fotos e retorna sem deixar nada nas comunidades. A comunidade não vê nenhum benefício do turista (depoimento de morador da comunidade do Torto – ICMBio, 2009)”.

4. A RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA (PI-MA): DA SUBSISTÊNCIA AO CONSUMO DA PAISAGEM PELO FENÔMENO TURÍSTICO

4.1 COMUNIDADES EXTRATIVISTAS E PESQUEIRAS: O TERRITÓRIO ENQUANTO ABRIGO



Figura 3 - Ostras “criadas” na comunidade Torto – RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA).
Fonte: Rocha (2017).

Em busca de apresentar uma “tradução” geográfica dos fenômenos que permeiam a discussão proposta para a nossa narrativa, compreendemos a necessidade de debater alguns elementos estruturantes das dinâmicas territoriais do Delta do Parnaíba (PI-MA) e consequentemente, da criação de suas unidades de conservação (em específico, a RESEX Marinha Delta do Parnaíba). Justifica-se, pois assim poderemos discutir os atuais processos de territorialização, pensando de quem e do contexto social em que se fala, já que os sujeitos vêm territorializando tal recorte empírico de maneira diferenciada. Além disso, também iremos considerar a conjugação dos seus aspectos físico-biológicos e socioeconômicos que permeiam os diversos usos do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA).

Na abertura dessa seção, pode-se observar um elemento que faz parte do extrativismo local como forma de uso do território pelas comunidades tradicionais. Assim, a cata de ostra (figura 3) é um exemplo de como tais autóctones se relacionam com o território por meio da perspectiva da sobrevivência e do sustento – ou seja, do abrigo. E para analisar o turismo e seus

desdobramentos locais é importante considerar os outros usos concomitantes desse território tão relevante para a dinâmica socioespacial local.

Para início de reflexão, a percepção contida na fala do morador da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) funciona como um eco nessa pesquisa, pensando esse território que vem sendo usado pelo turismo em concomitância com outros usos, como salientado anteriormente. Nesse contexto, não se fala em um território usado, senão, em uma multiplicidade de usos (e desusos, dependendo do referencial e dos sujeitos coexistentes). Do ponto de vista metodológico, necessitamos de uma análise integrada e assim ser “apreendido dentro de uma concepção compósita, ou seja, de multiterritorialidade” (BALASTRERI, 2006, p. 306). A partir da compreensão da totalidade para a apreensão do fenômeno turístico, trazemos uma reflexão acerca dos múltiplos usos do território: Antes de turístico (ou mesmo paralelo), quais outros usos do território existem na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA)? Ou seja, usos de sujeitos que coexistem e sobrevivem na perspectiva do “abrigo” que esse território se materializa em meio à mercantilização enquanto recurso pela iniciativa turística.

Esse questionamento antecipa um dilema acerca da discussão teórica e empírica que se perpetua nos últimos anos acerca do Delta do Parnaíba que gira, principalmente, em torno de sua potencialidade turística enquanto promessa desenvolvimentista para o contexto local. Uma breve pesquisa (no âmbito local) em literaturas do Turismo; redes sociais; *internet* e discursos oficiais (do âmbito público e privado) e além da discussão do “senso comum” evidencia como o Delta do Parnaíba (PI-MA) beira o imediatismo para a prática turística. É como se os sinônimos “atividade turística, turismo, atração turística” e dentre outros correlacionados fizessem parte, etimologicamente, do Delta e de suas entranhas naturais, econômicas, sociais e políticas.

Entretanto, conforme já evidenciado em capítulos anteriores concebemos que essa relação entre o Delta do Parnaíba (PI-MA) e o Turismo não é natural, pois o consumo turístico já adianta uma rede operacional de serviços para o seu acontecer, ou seja, existe uma intencionalidade econômica por meio da atuação do Estado e suas políticas públicas direcionadas e da iniciativa privada local. Essa reflexão é proposta por Harvey em *O direito à cidade* apontando o turismo como uma importante atividade econômica na produção do espaço:

A natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria: é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa “naturalidade” da qual as pessoas se ocupam a fim de trafica-las e trafegar por ela. A “natureza”, ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da “criatividade” (1991, p. 116).

Com isso, o Delta é mais um exemplo entre tantos que possui uma natureza associada a um refúgio que vem sendo “institucionalizado” para a prática do turismo. Assim, como já se compreende que a conjugação *Delta do Parnaíba = Turismo* é “premeditada”, senão, um resultado econômico da atuação de agentes no processo de turistificação desse lugar, é perceptível que anterior à inserção dessa atividade no contexto local, assim como concomitantemente, outras atividades existiram (e ainda coexistem) no uso local do território.

Além de tais coexistências, um fator relevante é a jurisdição desse território que é de domínio público da união. Aliada às diversas atividades existentes (dentre elas, a atividade turística), foram implementadas unidades de conservação – UC’s na proteção da conservação ambiental do Delta. Conforme Mattos (2003), durante o desenvolvimento de sua pesquisa in loco, “o desconhecimento, por parte dos habitantes locais, do papel necessário para criação e implantação da RESEX Marinha Delta do Parnaíba” é significativo. Entretanto, ao passo da pesquisa in loco foi observado que as comunidades já possuem um conhecimento sobre a existência e o papel da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) assim como do seu papel. Isso é resultado da atuação do ICMBio e do conselho deliberativo no contexto local que vem contribuindo para o ordenamento dos diferentes usos do território (pesca, extrativismo, pecuária, agricultura, turismo, etc.).



Figura 4 - Reunião entre o ICMBio e a comunidade Passarinho – RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Fonte: Rocha (2017).

Conforme a figura 4, acontecem reuniões entre as comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) e o ICMBio buscando estratégias para a gestão das atividades (Pesca artesanal, extrativismo, pecuária, turismo, dentre outras) que fazem uso território dessa unidade de conservação.

Nessa perspectiva, como já anunciado em seções anteriores a RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) é uma unidade de conservação que, em seu interior, abriga 5 (cinco) comunidades tradicionais: Canárias, Passarinho, Caiçara, Morro do Meio e Torto (mapa 4). A existência de atividades antrópicas já anuncia essa unidade de conservação como de uso sustentável. Além disso, é importante considerar que a criação dessa categoria de unidade de conservação se justifica a partir da relação antrópica e tradicional que tais sujeitos possuem no uso do território, considerando o extrativismo local como forma de subsistência e estratégia na conservação ambiental ou como nas palavras de Gonçalves (2003, p. 555), a RESEX (quadro 8) representa “uma invenção no campo do direito, que expressa uma territorialidade construída no terreno movediço da história com e, ou contra diferentes protagonistas”.

Quadro 8 - Síntese conceitual de Reserva Extrativista – SNUC – Lei Nº 9.985

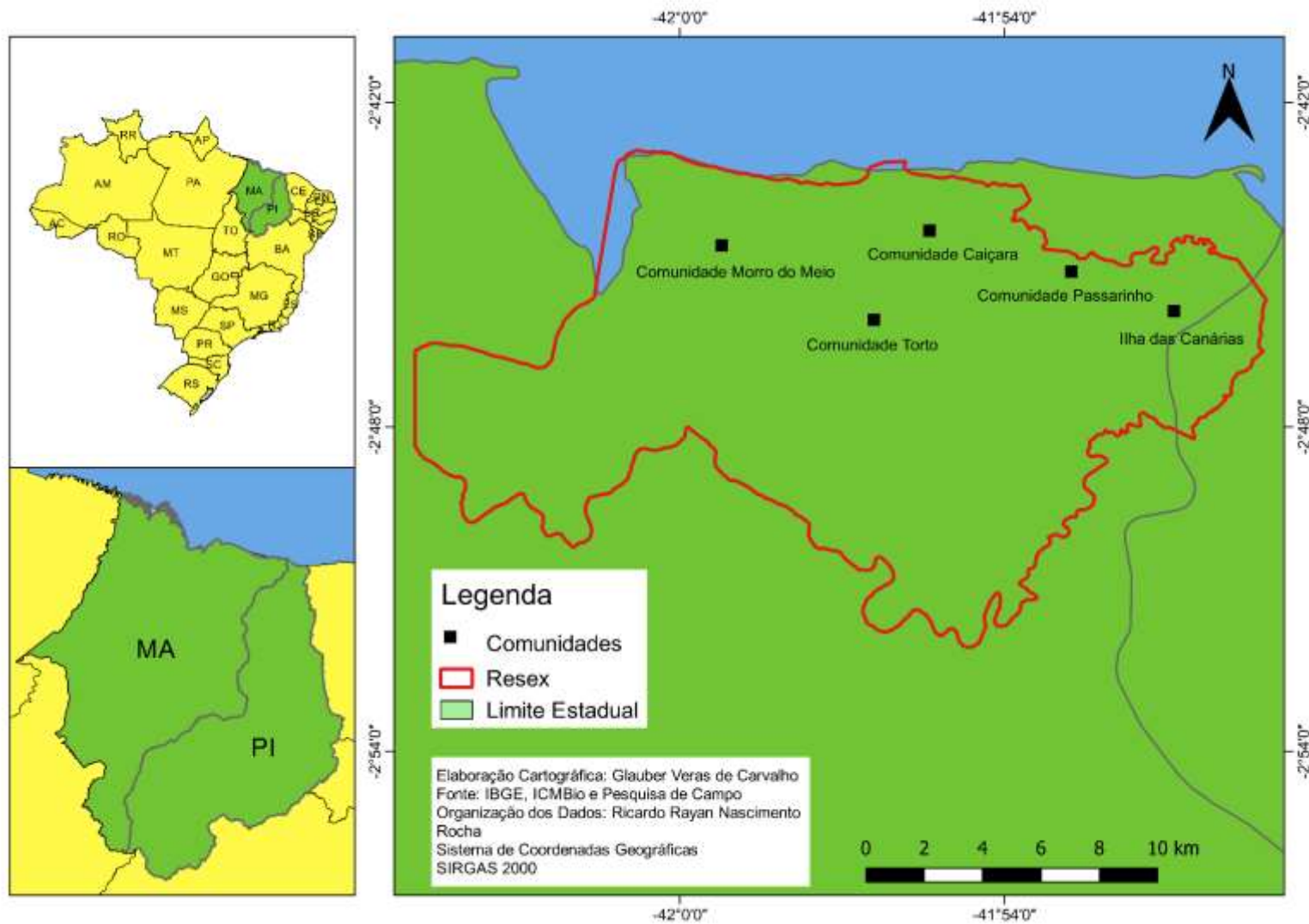
“Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos, proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Área de domínio da união sendo concedido o uso para as populações tradicionais e extrativistas.

Gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais na área.

A visitação é permitida, desde que compatível com os interesses locais.

Fonte: SNUC (2000)



Mapa 3 - RESEX Marinha Delta do Parnaíba.
Fonte: ROCHA (2017).

Nesse contexto nos cabe estudar o território usado pelas comunidades tradicionais da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) (Mapa 3), ou seja, o território “negado” pela iniciativa turística local, que do ponto de vista comercial e mercadológico, não é citado em nenhum momento no processo de turistificação desse destino. Historicamente, anterior a esse fenômeno físico-natural – Delta do Parnaíba (PI-MA) que vem sendo apropriado, economicamente, pelo fenômeno turístico, o Delta do Parnaíba fazia parte de uma rota comercial dos ciclos econômicos da carne seca no século XVIII e também, da cultura da carnaúba, logo após o século XX (ZEE, 2002). Conforme Mattos:

O Delta do Parnaíba pode ser considerado na atualidade, um interessante local, para o aprofundamento de algumas questões recorrentes no debate sócio-ambiental. Resgatando um breve histórico da região, o Delta do Parnaíba, localizado entre os Estados do Piauí e Maranhão e no encontro com o oceano Atlântico, foi rota, em seu passado, dos ciclos econômicos da carne seca - meados do século XVIII e, posteriormente da carnaúba - a partir do século XX (ZEE do baixo Parnaíba, 2002).

E pensando a periodização do uso do território no contexto local, a autora ainda acrescenta:

Atualmente, de acordo com as diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico do baixo Parnaíba (2002), um novo ciclo de desenvolvimento para a região é proposto, com base na atividade do Ecoturismo. Além disso, Unidades de Conservação vêm sendo criadas, atendendo às demandas de conservação dos recursos naturais (2006, p. 9).

Devido às diversas temporalidades que permeiam as dinâmicas socioespaciais, é um processo desafiador trazer uma periodização quanto aos usos diferenciados que o território possui, uma vez que o “espaço acumula defasagens e superposições de divisões do trabalho, sociais e territoriais” (SANTOS, 2014, p. 21). Escrever a história do território é passear por processos descontínuos que, como nos coloca a teoria miltoniana, não necessitamos de “cortes rígidos”, ou seja, meramente cronológicos.

Nessa perspectiva, podemos sintetizar o uso do território do Delta do Parnaíba por meio das seguintes atividades principais (figura 5), embora considerando outras atividades que possuam uma relação intensa com a prática de subsistência mesmo com um recorte comercial, apesar da predominância da relação com a subsistência das comunidades locais:

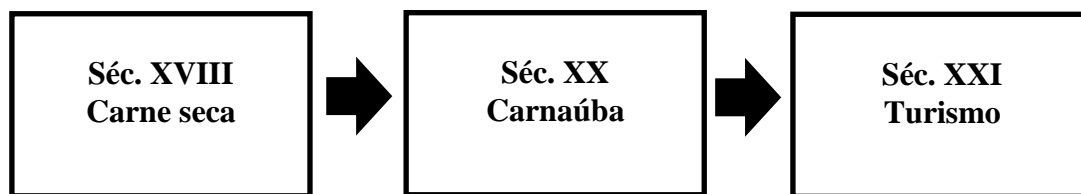


Figura 5 - Periodização do uso do território do Delta do Parnaíba (PI-MA).

Fonte: MATTOS (2008); CNPT (1999).

Conforme estudos historiográficos realizados na região, essa área foi desbravada por um navegador português que navegando na foz do rio Parnaíba perdeu toneladas de ouro, fazendo com que o mesmo passasse 16 anos a procura do ouro perdido (MATTOS, 2006). Assim, por meio de estudo realizado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade associada a Povos e Comunidades Tradicionais – CNPT:

A origem da ocupação aconteceu em maio de 1600 com a chegada de uma caravela a região com fidalgos e colonos para explorar a região que era antes habitada pelos índios das tribos tremembéns ou terenembés e Aróios. A origem da ocupação ocorreu com as missões de jesuítas baseadas na exploração comercial do extrativismo comercial e extrativismo de exportação do século XVII. A ocupação atual da área aconteceu com as atividades de colonização e pecuária surgindo com as fazendas de gado. (CNPT/IBAMA)

Entre dois municípios relevantes do ponto de vista do setor de serviços em predisposição às comunidades tradicionais da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), de um lado, situa-se o município de Araióses à 462 km da capital, São Luiz/MA e do outro, Parnaíba, segunda maior cidade do Piauí. Essa região foi ocupada, inicialmente, por índios e posteriormente, foi transformada em uma área de interesse de missões de jesuítas em busca do extrativismo que em 1893, Parnaíba foi categorizada como *vila*. Devido ao fato de ser uma área de sesmária, a parte do território piauiense que cabe também ao Delta do Parnaíba virou uma área de “caminhos do gado”, no qual, em meados de XVIII a economia local girava em torno do comércio da carne seca, fazendo exportação de charque para outros estados brasileiros, além de países europeus como Portugal e Espanha (MATTOS, 2008).

Por conta da intensa atividade comercial, essa área de embarque e desembarque ficou conhecida como Porto das Barcas, símbolo cultural do município de Parnaíba no contexto atual (figura 6) e que vem sendo ocupada por agências de viagens que comercializam passeios para o Delta do Parnaíba (PI-MA). Se antes, o Porto das Barcas era “palco” no processo de

comercialização de charque; na modernidade, foi transformado em um complexo turístico, transformando-se em um dos principais cartões-postais de litoral piauiense.



Figura 6 - Porto das Barcas – Símbolo comercial do ciclo da carne seca do Delta do Parnaíba.

Fonte: G1 (2014).

Devido ao mercado da carne, esse ciclo econômico foi o caminho de desenvolvimento do município de Parnaíba/PI por conta da intensa ocupação e modernização (inserção da energia elétrica, infraestrutura urbana, etc.) virando um dos principais portos do país (MATTOS, 2008). Entretanto, houve um declínio de tal ciclo dando protagonismo ao comércio da carnaúba, principalmente, em meados do século XX. Conforme Mattos (2008, p. 43), “até o final da década de 60, Parnaíba teve papel de destaque na vida econômica do Estado, em função, basicamente, das atividades de exportação e importação desenvolvidas em torno de seu porto”.

Entretanto, tal ciclo levou a decadência do Porto das Barcas enquanto centro comercial, surgindo como alternativa, a modernização, ou seja, a criação de projetos de desenvolvimento local voltado para a malha rodoviária e centralização urbana de Parnaíba, no contexto do litoral (e do interior). Assim, como complementa o ZEE (2002, p. 31):

A preponderância de um extrativismo decadente e de uma agricultura de subsistência, aliada ao baixo poder aquisitivo de grande parte da população, não permitiu na área do Delta (onde a convergência de atividades de baixíssimo rendimento, extrativismo da carnaúba e do babaçu, extração do sal, pesca artesanal e rizicultura do pequeno posseiro ou arrendatário, possibilitava apenas, a reprodução predominantemente informal da economia e da sociedade locais) e do vale do rio Parnaíba a consolidação de uma demanda expressiva de atividades comerciais e de serviços, nem tampouco de centros urbanos com equipamentos e funções significativas.

Embora existiram ciclos econômicos proeminentes no uso do território do Delta do Parnaíba (PI-MA) e de seus municípios limites, é importante considerar que houve um êxodo da população local para outros estados devido à centralização de renda existente para as poucas famílias de alto poder aquisitivo no contexto local e desigualdade social-regional.

Apesar disso, é interessante observar que tais ciclos econômicos contribuíram para tornar o Delta e o município de Parnaíba como uma centralidade geopolítica, historicamente e consequentemente, no contexto atual (mesmo que 65% desse território, administrativamente, sejam do Maranhão). Nessa afirmativa, o próximo ciclo que se transformou como sucessor da economia local, como já apontado, foi à atividade turística conforme é apontado em estudos realizado pelas Diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico do baixo Parnaíba (2002).

De acordo com os dados do Zoneamento Ecológico Econômico do Baixo Parnaíba – ZEE (2002), os usos do território do Delta giram em torno das seguintes atividades:

- ❖ Recursos Marinhos;
- ❖ Recursos do Mangue: extração de Caranguejo-uçá;
- ❖ Carnicicultura;
- ❖ Recursos Turísticos;
- ❖ Agricultura Tradicional;
- ❖ Rizicultura;
- ❖ Pesca;
- ❖ Pecuária Extensiva, Agricultura de Subsistência e Extrativismo Vegetal.

Pensando às “novas” dinâmicas econômicas que fazem uso do território do Delta do Parnaíba (PI-MA), outras atividades assumem um protagonismo local, isto é, considerando e “costurando” o “emaranhado” que tal território possui através de seus ciclos econômicos. A cata do caranguejo como forma de subsistência torna-se um comércio local devido ao crescente fomento do turismo. Podemos dizer que tais atividades (figura 7) se complementam e estão associadas no contexto econômico local do uso do território do Delta do Parnaíba:

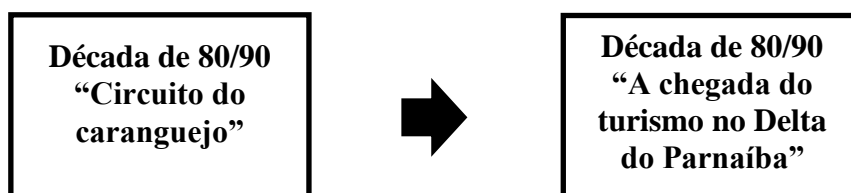


Figura 7 - Ciclos econômicos do caranguejo e turismo no Delta do Parnaíba.
Fonte: Mattos (2008)

Por conta da intensa extração de caranguejo no Delta do Parnaíba, o IBAMA apontou essa área como a maior produtora de caranguejo do mundo. Devido a essa especificidade tão preocupante pela fragilidade ambiental, pensando a enorme capacidade de extração natural e devido à capacidade de carga de alto impacto na biodiversidade local, diversos órgãos ambientais assim como entidades e associações deram início à criação da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) (MATTOS, 2008).

Em sua dimensão turística, tal região vem presenciando o processo de turistificação local desde, principalmente, a década de 1990, no qual, passeios turísticos começaram a ser oferecidos pelas operadoras turísticas da região. Como já apontado, no Porto das Barcas pelas agências de Parnaíba e Porto dos Tatus no município de Ilha Grande.

Turisticamente ou não, voltando um pouco aos ciclos econômicos, existe uma “hegemonia” piauiense no uso desse território que se oficializa, principalmente, na comercialização do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), além de liderar o comércio pesqueiro que é realizado no território maranhense (ICMBio, 2009). Isso coloca Parnaíba como uma centralidade política e socioeconômica do Delta do Parnaíba (PI-MA), devido a ser o principal centro urbano e do setor de serviços, proeminente, no entorno da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA).

Na pesquisa de campo, foi possível observar que, pela proximidade geográfica, as comunidades vão à Parnaíba/PI em busca de serviços que na unidade de conservação não possuem (abastecimento alimentício, saúde, educação, agências bancárias, dentre outros). Isso já apresenta uma característica que singulariza o uso do território local, ora jurisdicionado pelo Maranhão, mas predominantemente usado pelo Piauí.

Nessa perspectiva, é importante considerar que, atualmente, o turismo é apenas uma entre tantas outras atividades que existem nos limites das unidades de conservação do Delta do Parnaíba. De acordo com o SEBRAE, por meio do Estudo da Cadeia de Comercialização do Caranguejo-Uçá do Delta do Parnaíba realizado em 2003 (Quadro 7), a quantidade de catadores ativos estima-se em 700 autóctones mostrando a proeminência dessa atividade na vida das comunidades inseridas na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA):

Catadores profissionais		
Porto	Ativos	%
Carnaubeiras	179	25%
Porto dos Tatus	100	14%
Barreirinha	74	10%
Sede	55	8%
Torto	52	7%
Porto da Areia	35	5%
Pedrinhas	30	5%
Morro do Meio	25	4%
Barra	25	4%
Cajazeiras	25	4%
Ilha Grande	21	3%
Conceição	20	3%
Caiçara	18	3%
Passarinho	12	2%
Santa Rosa	12	2%
Flecheira	10	1%
Bolacha	8	1%
Coqueiro	6	1%
Cajueiro		

Quadro 9 - Quantidade estimada de catadores profissionais das comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA)¹²¹³.
Fonte: SEBRAE (2002).

A partir do levantamento realizado (quadro 9), observamos que a cata do caranguejo é uma atividade que está associada às comunidades Torto, Morro do Meio, Caiçara e Passarinho. Apesar de não ser citada como potencial na extração de caranguejo, a comunidade Canárias possui a pesca como atividade protagonista no uso do seu território, conforme veremos daqui a pouco.

A cata de caranguejo é tão expressiva que justifica e fundamenta, conforme apresentado, a necessidade de criação da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA)¹⁴ (figura 11), como é argumentado nos documentos de solicitam a criação dessa unidade de conservação:

¹² De acordo com o SEBRAE, 96% do mangue está em território maranhense. Entretanto, o escoamento, assim como a emissão de notas fiscais se dá através da Receita Estadual do Piauí.

¹³ Dentre as comunidades da RESEX, Canárias tem como potencialidade, a prática da pesca artesanal.

¹⁴ A RESEX marinha do Delta do Parnaíba está localizada nos municípios de Araisos e Ilha Grande de Santa Isabel, que abrigam 96,5% e 3,5% da Unidade. A RESEX se encontra totalmente sobreposta APA federal do Delta do Parnaíba e praticamente toda sobreposta à APA estadual Foz do Rio Preguiças, Pequeno Lençóis e Região Lagunar Adjacente ⁴.

Argumenta-se nestes documentos, como motivos da criação desta UC, a necessidade de garantir a preservação do caranguejo-uçá, cuja cata é a base da sobrevivência de mais de 5.000 pessoas que vivem diretamente da sua exploração (ICMBio – processo de criação da Unidade – Vol I¹).

Conforme o ICMBio (2009, p. 15), o manguezal, no Delta do Parnaíba “se destaca pela sua grande extensão e elevado porte de suas árvores, consideradas maiores que as de outras regiões do Brasil, chegando a atingir até 30 metros de altura” (DEUS *et al*, 2003) (Figura 8).



Figura 8 - Manguezal no delta do Parnaíba, com suas árvores de grande porte.
Fonte: Nicholas Allain Saraiva (apud ICMBio, 2009).

Além disso, para a criação da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) (figura 9) argumenta-se tal jurisdição como uma forma de conciliar a conservação do ecossistema manguezal e deltaico com o extrativismo realizado pelas comunidades locais (IBAMA, 2006), tornando essa área como alvo de interesses diversos quanto ao uso do seu território:



Figura 9 - Localização geopolítica da RESEX do Delta do Parnaíba.
Fonte: ICMBio (2009).

Além da cata do caranguejo ser uma atividade de subsistência presente no uso que essas comunidades fazem do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), é importante compreender que também por meio da subsistência, tais comunidades atuam através de outros usos concomitantes, tais como: a pesca, a pecuária (em menor extensão), a agricultura e dentre outros. Ou seja, não estamos falando apenas de “comunidades extrativistas” de caranguejo, senão, comunidades que coexistem/sobrevivem a partir de uma multiplicidade de atividades envolvidas que fazem parte das suas coexistências de ter que sobreviver e sustentar-se.

De acordo com o ICMBio através do documento “Apoio ao Processo de Identificação das famílias Beneficiárias e Diagnóstico Socioeconômico em Unidades de Conservação Federais” (2005, p. 55), as comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (gráfico 1) atuam nas seguintes atividades econômicas:

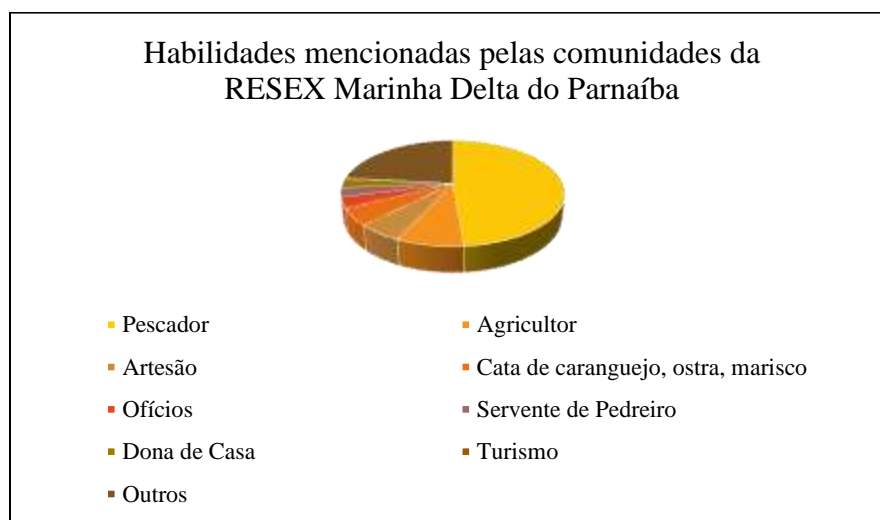


Gráfico 1 - Habilidades mencionadas pelas comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Fonte: ICMBio (2005).

Nesse contexto, conforme apontado anteriormente, outro uso bastante expressivo desse território é a pesca artesanal. Consideramos que assim como a Cata do Caranguejo e a pesca, embora sejam atividades associadas ao caráter de subsistência e, portanto, instrumentos de sobrevivência e de relação de abrigo com esse território, tal atividade tem um escoamento comercial bastante significativo¹⁵, ou seja, é recurso para os agentes econômicos que estão nos municípios vizinhos e empresariado local ao mesmo tempo em que representa um símbolo de

¹⁵ “O caranguejo capturado pelos atadores com base no Porto dos Tatus está na sua totalidade direcionado para o abastecimento de Parnaíba/PI e Luís Correia/PI (SEBRAE, 2005, p. 52).

sobrevivência/coexistência desses sujeitos. A ilha das Canárias¹⁶, logo após a Ilha Grande de Santa Isabel, é a segunda maior ilha do Delta do Parnaíba, nos limites do Maranhão e Piauí. Nessa ilha, estão inseridas as comunidades citadas anteriormente (Comunidade Canárias, Passarinho, Caiçara, Torto e Morro do meio), sendo que a comunidade de mais fácil acesso é a Canárias (MORAES, 2009) e faz parte da área de estudo dessa pesquisa, a RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA).

Pensando a singularidade que existe em torno dessa unidade de conservação, ou seja, a partir da “conciliação entre desenvolvimento, conservação dos recursos naturais e equidade social (MORAES, 2009, p. 58), foi possível perceber que, em meio à pesquisa e visita *in loco*, a relação simbólica dos moradores da RESEX com os recursos naturais está dada em intermédio da necessidade de existência dessa unidade de conservação: pesca, cata de marisco, cata de caranguejo, cata de sururu, cata de ostra, sendo estes serviços ecossistêmicos... Ou seja, a relação de sobrevivência e de sustento, pensando outra racionalidade que não apenas se explica pela estrutura econômica. É tanto que discutir tais comunidades e seus usos do território sob a ótica do turismo é um desafio estruturante. A partir de tais reflexões proporcionadas pela pesquisa de campo, percebe-se o lugar como um elemento chave na discussão do turismo que, em muitas discussões, é negado em detrimento de uma conclusão por meio da narrativa global de tal destino turistificado.

Apesar da relação entre as comunidades e o extrativismo (em suas diversas formas), existem especificidades nessa relação com o território enquanto “abrigo” e mesmo quando “recurso”, ainda não é numa lógica economicista. Em concordância com os dados do ICMBio, realizamos entrevistas semi-estruturadas junto às comunidades na perspectiva de identificar como tais, fazem uso do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA). A partir disso, também entendemos a pesca artesanal como a principal atividade de subsistência, praticada pelos autóctones do Delta (gráfico 2):

¹⁶ O ambiente geomorfológico da área é flúvio deltaico, os solos são formados e sofrem a ação de intensos processos erosivos. Então, a superfície deltaica é composta por sedimentos arenosos e argilosos, recortada por canais distributários, que, em seu interior, contém acumulação de sedimentos migrantes e inundáveis que se deve ao fluxo e refluxo das marés e do maior ou menor poder de transporte do canal fluvial principal do rio Parnaíba [...] A vegetação predominantemente é a perenifólia de mangue. (CAVALCANTE, 2011 apud MEIRELES, 2012, p. 38).

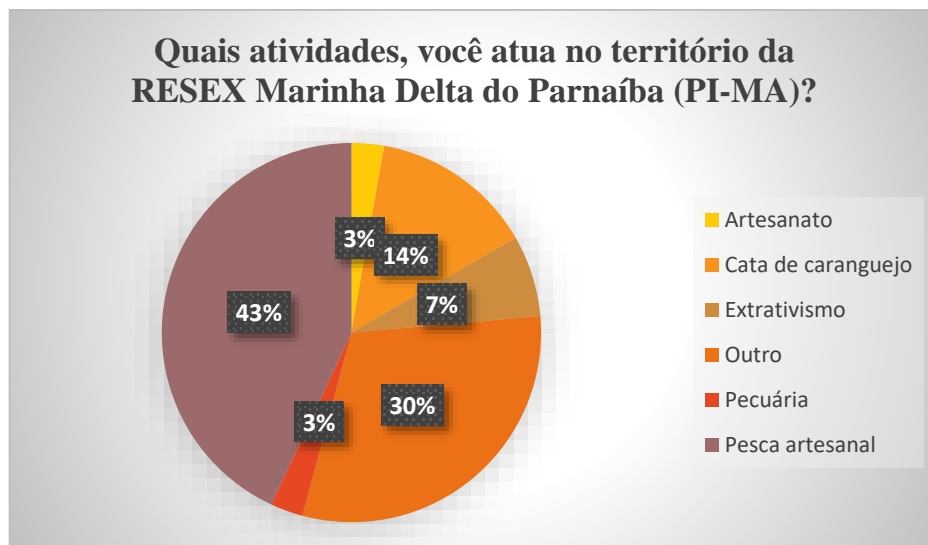


Gráfico 2 - Usos do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA).
Fonte: Rocha (2017).

Devido a relevância da pesca artesanal no contexto local, existem iniciativas de diversas organizações civis, nos últimos anos, na defesa dos chamados “território pesqueiro”, ou seja, porções do espaço geográfico no qual os pescadores realizam tal atividade de subsistência. Essa iniciativa existe por conta de ataques aos direitos, em sua dimensão política e social, dos pescadores em nível nacional, assim como da especulação imobiliária no âmbito local, considerando as instalações de usinas eólicas, proposta desenvolvimentista pelo Brasil. Turisticamente, também vêm se instalando *resorts* de luxo, obras com impactos expressivos na configuração do território na perspectiva de alavancar o turismo piauiense.

Acerca da proeminência da pesca artesanal no “espaço banal” dessas comunidades é importante considerar que todas se defrontam, de forma múltipla, com outras atividades. A título de exemplificação, a cata de caranguejo é outra atividade expressiva nas comunidades pesqueiras e tradicionais, assim como a cata de ostras e mariscos. Nos últimos anos, através da organização de sua contrarracionalidade, o Movimento Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP vem lutando para a aprovação de um projeto de lei que normatize os territórios pesqueiros no Brasil. Conforme a palavra de ordem a seguir:

*“No rio e no mar: pescador na luta!!!
No açude e na barragem: pescando a liberdade!!!
Hidronegócio: Resistir!!!
Cerca nas águas: Derrubar!!!”
(Palavra de ordem – MPP)*

Dessa forma, as associações da RESEX que são compostas por pescadores, marisqueiras, catadores de caranguejo, assim como outras formas de organizações não governamentais estão reivindicando a ampliação da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), tendo como argumento e justificativa central, a proeminência da pesca artesanal e a necessidade de conservação ambiental dessa citada atividade, pensando a coexistência das comunidades tradicionais existentes:

As áreas de RESEX têm do ponto de vista estratégico um grande potencial para eficiência no manejo pesqueiro no Brasil, devido ao conceito de uso por comunidades tradicionais que ali vivem, e extraem da natureza tudo que precisam para sua sobrevivência

[...]

Sobretudo, diante destes poucos exemplos, ao meio de tantos outros possíveis, incluindo especulação imobiliária, degradação ambiental, impactos antrópicos de diversas origens, recomendamos a apreciação da possibilidade de revisão para aumento de delimitação de área da RESEX Delta do Parnaíba, especialmente, considerando ainda a área costeira até a 6 milhas náuticas, zona de transição entre o ambiente marinho e estuarino.

(FERNANDES, 2017 – Nota técnica “Eficiência no manejo da pesca em áreas de RESEX”)

Conforme a pesquisa de campo, foi possível perceber por parte dos moradores locais uma percepção “clara” acerca dos impactos do turismo (mesmo que seja um impacto da negação dos próprios na geração de renda pela atividade turística). A partir das entrevistas, alguns apontam o conflito pesca artesanal x turismo, tendo em vista a atividade turística, praticada pelas agências e por turistas/visitantes que alugam embarcações (*Jet Ski*, lanchas rápidas, etc.) segunda atividade não respeitar “os territórios” da primeira. Na percepção da CIA, o discurso do ecoturismo que vem sendo divulgado como segmento para a prática de turismo no Delta é um equívoco:

O turismo é uma atividade que sobreposição à pesca artesanal já realizada no território da RESEX. As embarcações, como por exemplo, às vezes corta as redes de pesca assim como a prática de Kitesurf atrapalha a pesca. Não tem nada cientificamente comprovado, entretanto, pelo conhecimento tradicional dos pescadores, existe uma sobreposição do uso.

Entrevista realizada com a CIA (2017).

E quanto à necessidade de ordenamento local pensando tais atividades, acrescentam:

Na última reunião do conselho deliberativo da RESEX, os comunitários falam que o turismo é importante para a RESEX, mas de outra forma, que beneficie as comunidades. Definimos áreas de pesqueiro onde, infelizmente, está no caminho dos passeios das embarcações.

Entrevista realizada com a CIA (2017).

Nessa perspectiva, a relação de poder no uso do território pensando os sujeitos e sua contrarracionalidade, é condição para a sobrevivência de uma racionalidade econômica que se edifica por meio dessa relação contraditória. Nesse contexto, a defesa do território pesqueiro e extrativista do Delta do Parnaíba (PI-MA) e de sua unidade de conservação, a RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) é uma contrarracionalidade, embora exista uma estrutura econômica que embase tais atividades do ponto de vista comercial. Além disso, é a luta e disputa por território pensando o papel que o turismo vem fazendo nos últimos anos no uso do território local.

Existe uma contrarracionalidade personificada em tais movimentos que lutam em defesa de “seus territórios” que acabam entrando na órbita da globalização pensando a especulação imobiliária e o processo de turistificação. Ou seja, é um território “negado” em relação ao uso do território pelo turismo enquanto atividade que compreende tal porção do espaço como um recurso econômico. Portanto, reafirmamos que não estamos falando apenas de um território turístico, senão, da coexistência de outras territorialidades que sobrevivem em meio à necessidade de coexistir de tais sujeitos. Trazendo a fala do ICMBio, órgão gestor da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), quanto ao turismo e sua relação/associação com outras atividades de extrativismo, salientam:

O turismo é uma das atividades que precisamos ordenar na RESEX Marinha Delta do Parnaíba e, portanto, já começamos uma atividade, ou seja, uma série de reuniões com setores que estão envolvidos no turismo: Comunidades, setor de serviços (agências de viagens), barqueiros, pessoal do quadriciclo na RESEX, etc... Para assim termos um grande diagnóstico do turismo na RESEX. Portanto, começamos a mapear as oportunidades, ameaças e desafios na reserva extrativista para começar a entender a atividade e poder fazer o ordenamento dela. Então, direta e indiretamente, somos “incitados” a autorizar as atividades turísticas na RESEX. As pousadas, por exemplo, tem processo aberto no ICMBio para se regularizar. Uma dessas pousadas está embargada pois o proprietário não apareceu para pedir e ver a possibilidade de regularização. Além disso, outras pousadas estão na justiça pois foram embargadas... Entrevista realizada com o ICMBio (2017)

No âmbito local, diversas reuniões entre o ICMBio, agências operadoras e comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) vêm sendo realizadas em busca da melhoria e ordenamento do turismo nessa UC. Nesse contexto, é importante refletir que aliada a essas territorialidades, podemos concordar com Moraes (2009, p. 69), no qual, compreende a RESEX enquanto unidade de conservação como uma contrarracionalidade pensando a estrutura econômica, uma vez que representa:

No caso brasileiro, a categoria de manejo que, provavelmente, melhor caracteriza o ideário de conquistas sociais aliadas à conservação da natureza, uma vez que não apenas permite a presença de populações humanas em seu interior, mas as considera como essenciais para a sua criação, como resposta a conquista de um grupo social, na redistribuição de um território e do acesso aos recursos naturais renováveis.

A partir de tal afirmativa, apesar da associação entre o Estado e as corporações, pensando a racionalidade econômica no uso do território, as unidades de conservação, sobretudo, a Reserva Extrativista é uma personificação material da defesa dos territórios pesqueiros, extrativistas, indígenas, quilombolas e dentre outros, como estratégia ambientalista no controle dos usos do território. Sobre o turismo ser uma atividade econômica que pode ameaçar os outros usos do território (pesca artesanal, extrativismo, etc.) da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), o ICMBio defende-o com algumas ressalvas:

Não, o turismo é uma oportunidade. Especialmente, se falarmos na RESEX Marinha Delta do Parnaíba, temos uma limitação de recursos (naturais) em relação a quantidade de famílias que vivem dentro da UC, além das famílias que dependem desses recursos (pesca, extrativismo...). Além disso, tem outro fator que são os jovens que querem partir para outras atividades. Então, nesse contexto, o turismo é a grande oportunidade, mas também é algo inovador, pois temos poucas reservas extrativistas trabalhando o turismo. Ou seja, é um grande potencial mas tem que saber como deve ser trabalhado [...] O próprio ICMBio reconhece o turismo como possibilidade para as UC's. [...] Existe uma desvalorização das atividades extrativistas no contexto atual, até, por exemplo, do próprio trade turístico de Parnaíba (principal cidade turística do Delta), como exemplo, o turismo é citado como uma forma de "resgatar" esse pescador que vive "miseravelmente".

Entrevista realizada com o ICMBio (2017)

Conforme o processo de turistificação vem acontecendo no Delta do Parnaíba, ou seja, a partir de atividades de verticalização no uso desse território por meio de serviços e

equipamentos aliados a uma força de trabalho, enquanto força contrária, surge um processo de invisibilização de outras atividades (no caso, o extrativismo e a pesca). Conforme veremos, não existe uma relação a não ser a de negação entre as comunidades e as agências. Como argumenta a CIA, “*As agências de turismo são de Parnaíba, entretanto, do turismo, pouco retorna para as comunidades*” (Entrevista realizada com a CIA, 2017). Entretanto, por mais que o turismo exerça um papel intenso no uso desse território enquanto recurso por agentes externos à sua área de convívio, as comunidades tradicionais ainda se relacionam, no contexto simbólico e prático, com o uso do território enquanto abrigo por meio da pesca e cata de caranguejo, de acordo com outra pesquisa realizada pelo ICMBio (2009, p. 21), no qual:

As atividades econômicas principais da RESEX são, primeiramente, a cata do caranguejo-uçá, seguido da pesca e do cultivo do arroz. A participação destes três pilares econômicos não é semelhante entre os povoados, como foi possível perceber nas saídas de campo e nas oficinas públicas nas comunidades. Os moradores da comunidade de Canárias são conhecidos pela pesca e são poucos os que catam caranguejo-uçá. No Passarinho são poucos os pescadores e a renda advém principalmente da cata do caranguejo-uçá e da rizicultura. Nas três demais comunidades, Caiçara, Torto e Morro do Meio a principal atividade econômica é a cata do caranguejo-uçá.

Nessa perspectiva, identifica-se que o Delta do Parnaíba (PI-MA) é abrigo para as comunidades tradicionais da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), ou seja, é usado pensando as suas sobrevivências e coexistências. Entretanto, defendemos a afirmativa de que a associação entre essas comunidades tradicionais e a atividade turística é praticamente nula, senão, indireta no processo de invisibilização do uso enquanto abrigo, senão, pela exclusão seus modos de vida no processo de turistificação local.

Para Feydit e Costa (2006), embora exista um conjunto de atrativos naturais e culturais no contexto local que são turistificados, tais, não contribuem, economicamente, para as comunidades mesmo existindo um investimento público para a inserção desses sujeitos no processo de turistificação. É a estrutura econômica novamente alicerçando essa não-inserção. Em 2006, em reuniões realizadas nas Canárias, comunidade mais “turística” da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) em relação às outras, ainda assim, não cita o turismo como atividade econômica significativa no contexto local (Feydit e Costa, 2006 apud ICMBIO, 2009). Ou seja, ainda no contexto atual, com o desenvolvimento de uma infraestrutura externa nos principais municípios (a exemplo de Parnaíba e Ilha Grande, ambas do Piauí); aumento de

demanda, investimento em políticas públicas locais e atuação da iniciativa privada, tal atividade não coexiste como atividade geradora de renda na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA).

O turismo ainda não gera “emoções” para as comunidades tradicionais a não ser apenas para os turistas/visitantes que, à revelia da iniciativa privada sob a conivência do poder público, desfrutam desse paraíso “natural”. Conforme a CIA compreende a operacionalidade do turismo local em relação às comunidades, *“tem todo um uso tradicional desse território que é deixado de lado a partir das forças econômicas e também negadas pelos órgãos ambientais (a exemplo, o órgão do estado)”* (entrevista realizada com a CIA, 2017). Assim, é nesse jogo dialético entre o território usado e o território negado que o Delta assume uma nova tradução geográfica e turística de sua dinâmica socioespacial.

Na seção a seguir, vamos aprofundar essa discussão, refletindo como o turismo, associado e de forma paralela vem fazendo uso do território do Delta do Parnaíba, considerando o papel do Estado na materialização dessa atividade e sua conivência para o protagonismo da iniciativa privada em detrimento do “isolamento” das comunidades tradicionais e da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) enquanto unidade de conservação que normatiza a proteção dos recursos naturais e manutenção das comunidades tradicionais locais.

Para tanto, discutiremos como o turismo, aliado à estrutura econômica do grande capital, possui um discurso ideológico uma vez que se apresenta como uma atividade conciliatória (vide o ecoturismo e seus sinônimos). Assim, é através desse discurso ideológico que o turismo vem se reafirmando quanto à negação de outros usos do território em detrimento do protagonismo do território turístico.

4.2 O FENÔMENO FÍSICO VIRA FENÔMENO TURÍSTICO DO DELTA DO PARNAÍBA (PI/MA): O TERRITÓRIO ENQUANTO RECURSO



Figura 10 - Passeios no Delta do Parnaíba.
Fonte: Rocha (2017).

“O passeio pelo Delta começa no porto dos Tatus, na cidade de Ilha Grande, distante nove quilômetros de Parnaíba. Durante o passeio, os viajantes encontram espelhos d’água, mangues, dunas, lagoas de água doce, fauna e flora, além de paisagens fantásticas. No final do dia, além de assistir ao pôr do sol, a revoada dos guarás – uma espécie de ave de cor avermelhada, fecha o dia em grande estilo, sendo mais um belo espetáculo da natureza local” (Ministério do Turismo, 2016).

Em alusão a passagem acima de uma reportagem do Ministério do Turismo, muitos discutem acerca do turismo no Delta do Parnaíba (PI-MA) como um setor de serviços que pode ser resumido em poucas palavras ou como um ciclo econômico aliado ao desenvolvimento local, considerando os diversos sujeitos (Poder público, iniciativa privada e comunidades receptoras).

É a partir de jargões como esses que é importante distanciar-se e assim, aprofundar debates que apreendam as “entranhas” que engrenam a funcionalidade do turismo enquanto edificação do seu território e consequentemente, a negação de outros. À luz da singularidade do turismo que ocorre no Delta do Parnaíba (PI-MA), concordamos com Barreto (1995, p. 20), no qual, o turismo é um setor econômico que avança a característica de ser concebida como uma “indústria de viagens de prazer”. Para além disso, é “uma amálgama de fenômenos e relações,

fenômenos estes que surgem por causa do movimento de pessoas, sua permanência e vários destinos” (1995, p. 20).

O imediatismo acerca das abordagens de como o turismo enquanto atividade proeminente na modernidade vem sujeitando a paisagem e os autóctones no processo de espetacularização econômica resulta em discussões rasas (focando apenas no setor de serviços) e prolixas, ocasionando na manutenção do *status quo* e da relação de uso e negação do território. A associação entre turismo e desenvolvimento sustentável é resultado disso:

Tem sido feita a associação entre o desenvolvimento do turismo e desenvolvimento sustentável. Acredita-se que essa atividade possui um caráter intrínseco de respeito ao meio ambiente. Afirma-se que, por não poluir como as indústrias tradicionais, a “indústria do turismo” é expoente da possibilidade de conciliação entre desenvolvimento e preservação ambiental (OURIQUES, 2005, p. 17)

Assim, percebe-se pouca associação entre os caminhos do desenvolvimento sustentável, o fenômeno turístico e outros usos do território que são constituídos a partir do modo de vida tradicional das comunidades tradicionais da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA). Entretanto, se aprofundarmos tal correlação, pensando a estrutura econômica existente no processo de turistificação do Delta, não tem como fugir dos discursos ideológicos que promovem essa atividade no contexto local através da apropriação da paisagem, a busca pela solução das fragilidades ambientais por meio da atividade turística e a necessidade de conciliação entre o homem-meio ambiente.

Nessa perspectiva, voltando à discussão feita acerca da relação do território enquanto abrigo em meio ao uso intenso pelo extrativismo local do caranguejo-uçá na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), de acordo com o IBAMA (1999), estima-se em 1.000 toneladas, anualmente. De forma dissociada e paralela, o território vira recurso ao passo que o Estado e a iniciativa privada local implementa o turismo como uma possibilidade no processo de conservação e harmonização na relação homem-natureza, senão, na apropriação econômica dos recursos locais.

Existem especificidades quanto à atividade turística de frente a outros da Região Nordeste e conseqüentemente, na produção de “geografias” diferenciadas para o aporte do turismo. Nesse contexto, os Estados de Piauí e Maranhão (e suas capitais) possuem outra dinâmica, principalmente, nos investimentos do PRODETUR/NE I que diferem da

implementação de megaprojetos turísticos como, por exemplo: Projeto Parque das Dunas-Via Costeira, Natal/RN e/ou o Projeto Cabo Branco, João Pessoa/PB (CRUZ, 1999).

Ou seja, a partir dessa conjuntura, temos um problema acerca da análise estrutural dessa atividade econômica: a escala. Portanto, em termos teóricos, buscamos singularizar nosso recorte em busca de trazer uma tradução geográfica e turística conforme suas especificidades. Como nos coloca a teoria miltoniana:

A análise apenas efetua uma separação lógica, a fim de permitir um melhor conhecimento do real. O espaço, como realidade, é uno e total. É por isso que a sociedade como um todo atribui, a cada um dos seus movimentos, um valor diferente a cada fração do território, seja qual for a escala da observação, e que cada ponto de espaço é solidário aos demais, em todo os momentos. A isso se chama de totalidade do espaço (SANTOS, 2012, p. 87).

Pela instância econômica (e consequentemente, turística), os territórios usados para tal finalidade são dinamizados por diferentes formas pelos agentes locais devido às desigualdades em nível regional e coexistência de outros usos e sujeitos. Entretanto, embora o lugar com suas singularidades nos direcione uma análise, é importante compreendê-la à luz da totalidade espacial. Nessa perspectiva, é importante considerar que as políticas públicas centralizadas possuem como trampolim, as características paisagísticas do litoral nordestino sob um “paradigma naturalista” de sua paisagem.

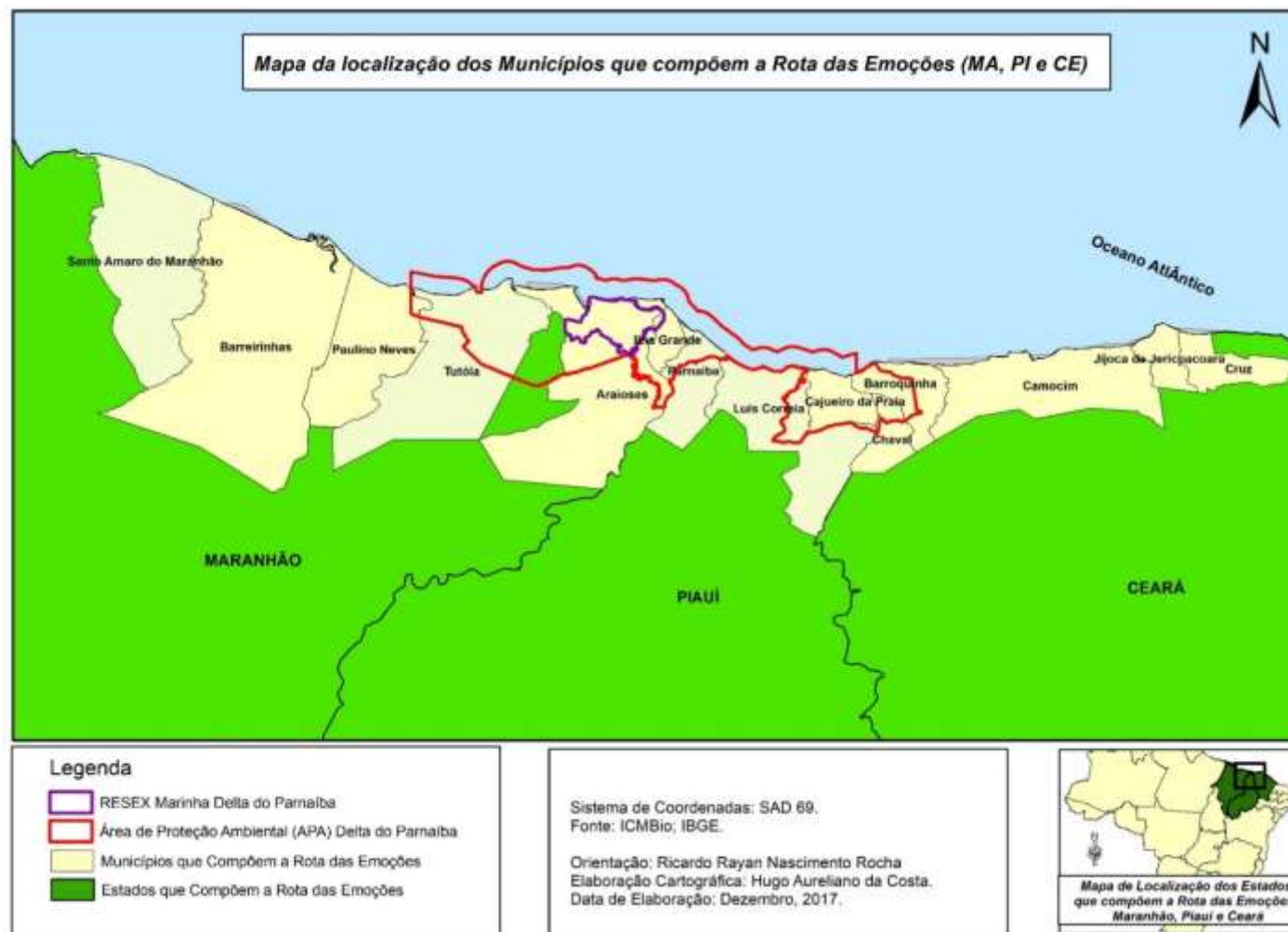
Entretanto, é controverso depositar a “confiança” na resolução das desigualdades socioeconômicas e regionais para uma atividade que chega posterior a gênese de tais processos. Nesse contexto, Rodrigues (2000, p. 172) coloca a atividade turística como insustentável, uma vez que “é uma produção ao mesmo tempo em que é destruição”, considerando essa atividade análoga às outras que produzem suas mercadorias. Pensando na periodicidade que o território do Delta do Parnaíba (PI-MA) possui em termos de usos diferenciados pelas atividades que coexistem, de acordo com Mattos (2003, p. 47), o próximo ciclo econômico do Delta do Parnaíba (PI-MA) passou a ser deliberado pela iniciativa turística:

A partir da década de oitenta e, mais intensamente, na década de noventa, traduzindo a tendência pela procura por ambientes naturais, o Delta do Parnaíba passou a ser explorado turisticamente pelas principais operadoras e agências de turismo na região. Os passeios ao “Delta do Parnaíba” passaram a ser oferecidos pelas agências de turismo, sendo realizados normalmente em grandes embarcações, a partir do Porto das Barcas, no município de Parnaíba ou eventualmente o Porto dos Tatus, no município de Ilha Grande de Santa Isabel.

Por conta de suas características físicas, o ecoturismo é apontado como uma possibilidade econômica (MPE/FUNBIO, 2002). Estrategicamente, o delta disputa um cenário turístico com os estados de Maranhão e Ceará e assim, compõem um roteiro conhecido como rota das emoções (mapa 5). Conforme apresentado, a rota das emoções atua na sobreposição das unidades de conservação “APA Delta do Parnaíba (PI-CE-MA)” e “RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA)” por meio da formatação de produtos turísticos nos municípios envolvidos, assim como da capacitação das empresas envolvidas na prática do turismo (através do SEBRAE). Assim, em meio à turistificação do Delta, questionamos o resumo dado ao aporte físico e natural para a promoção de uma atividade sem impactos e como um destino ecoturístico em nível regional.

Nessa concepção, a paisagem vem sendo um dos elementos-chave no fomento da atividade turística no Delta do Parnaíba (PI-MA). Pode-se afirmar que o fenômeno turístico no contexto local é impulsionado, principalmente, por conta das características paisagísticas que são transformadas em atrativos turísticos. É importante considerar que o Delta é comercializado, turisticamente, à luz do discurso “natural”; porém, sem apontar que tal possui em seus limites, unidades de conservação que buscam conciliar a prática antrópica com a proteção do meio ambiente.

Por meio da atuação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e do Ministério do Turismo - MTUR trata-se de uma proposta de roteirização turística abrangendo uma área com mais de 600 km, envolvendo 3 estados, 14 municípios, 3 unidades de conservação, dentre outras organizações, instituições e iniciativa privada (mapa 4).



Mapa 4 - Localização dos municípios que compõe a Rota das Emoções.
Fonte: Rocha (2017).

A Rota das Emoções é um roteiro integrado com os três estados Ceará, Piauí e Maranhão, totalizando os seguintes municípios (figura 11):

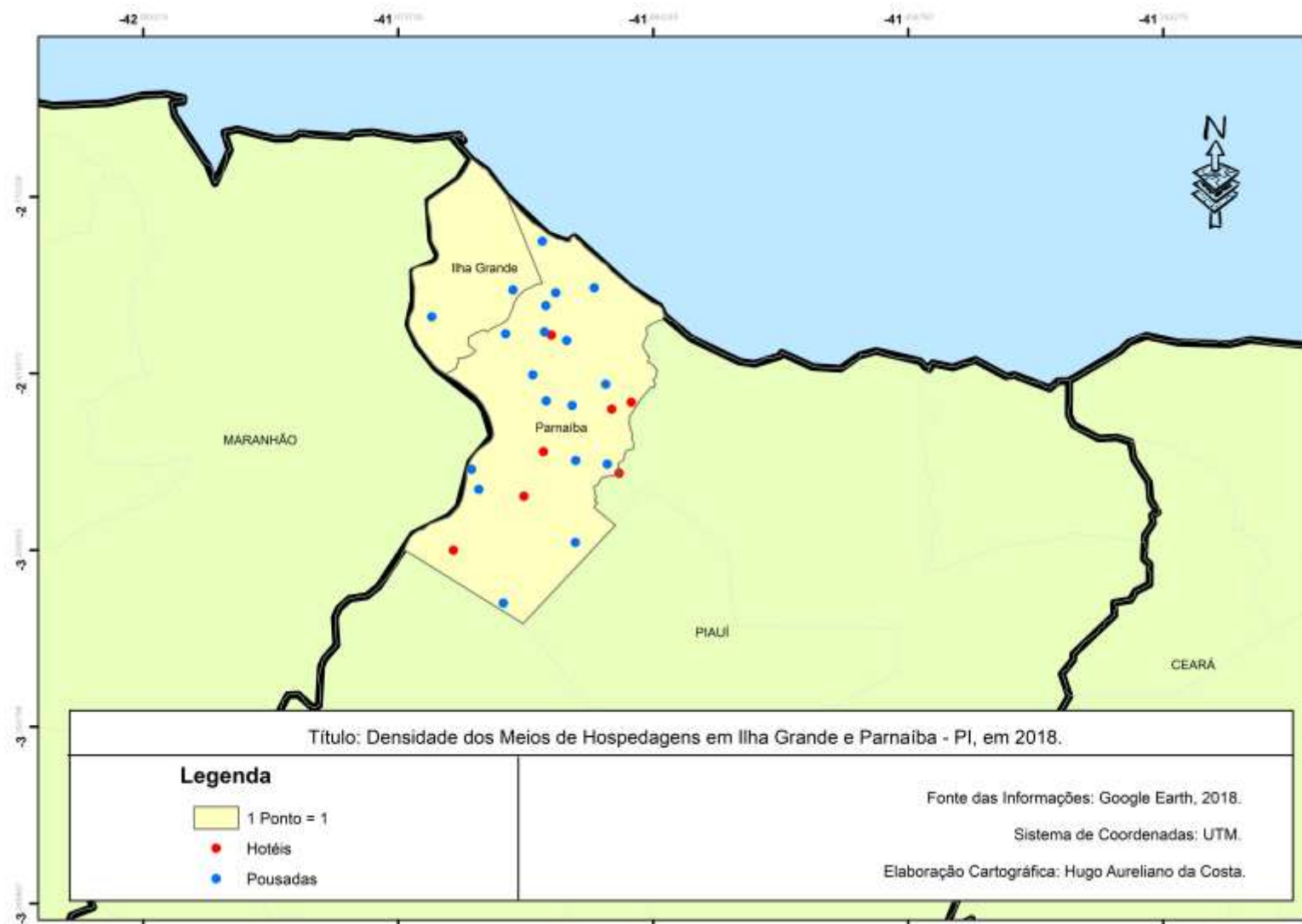


Figura 11 - Território de abrangência da Rota das Emoções.
Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções (2014).

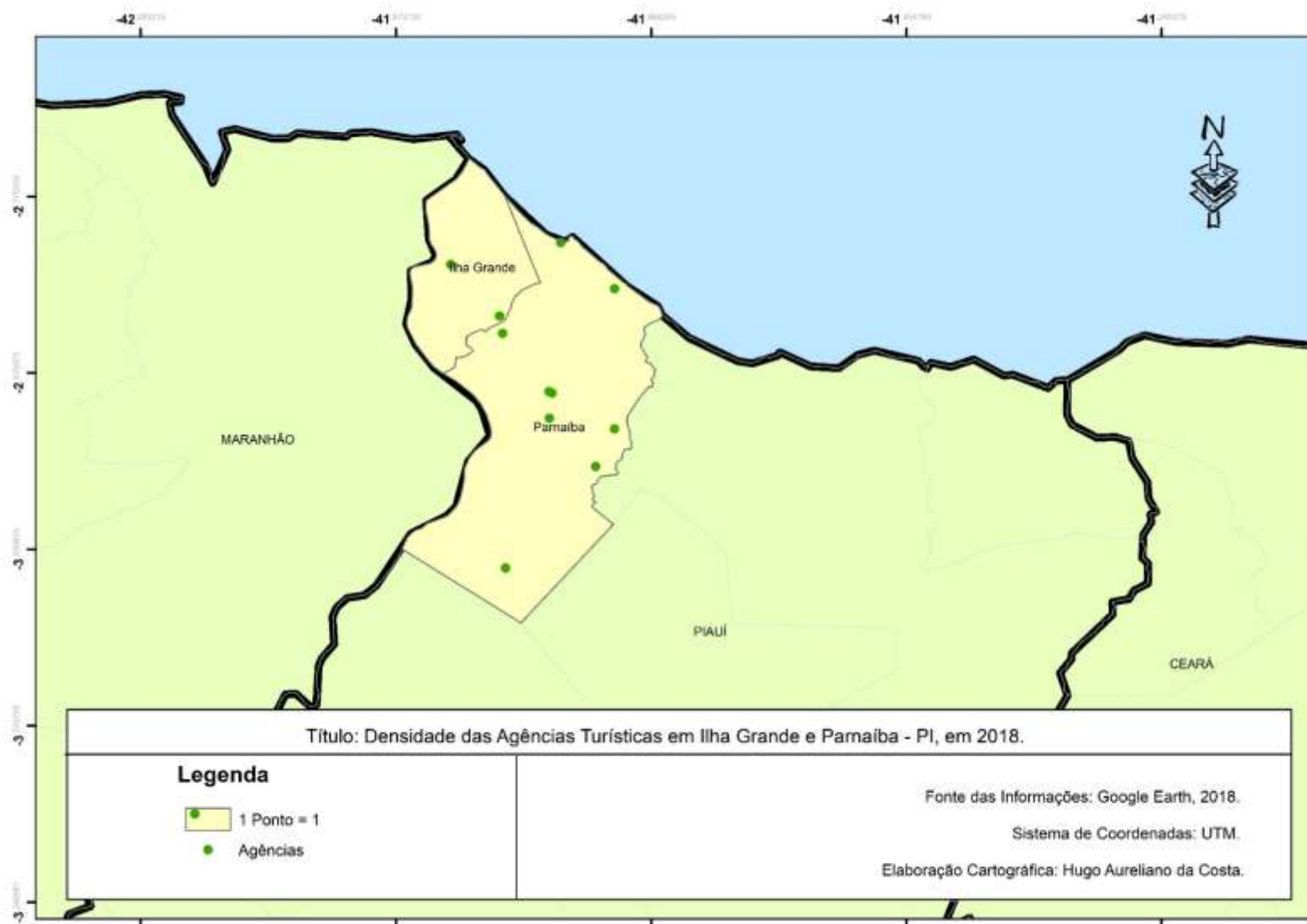
Com uma projeção, em médio e longo prazo, desse consórcio turístico em nível local, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções defende-o por ser:

Um destino turístico diferenciado, com personalidade própria, que oferece mais ampla oferta de experiências de lazer baseadas nos recursos naturais e culturais do território, através de um desenvolvimento turístico equilibrado e sustentável do ponto de vista ambiental, econômico e social. A Rota das emoções será reconhecida como um exemplo de destino eficiente e competitivo, com um alto padrão de qualidade e com um alto grau de cooperação, de colaboração e de concertação entre os diversos agentes do setor público, do setor privado e da comunidade (BRASIL, 2014, p. 19)

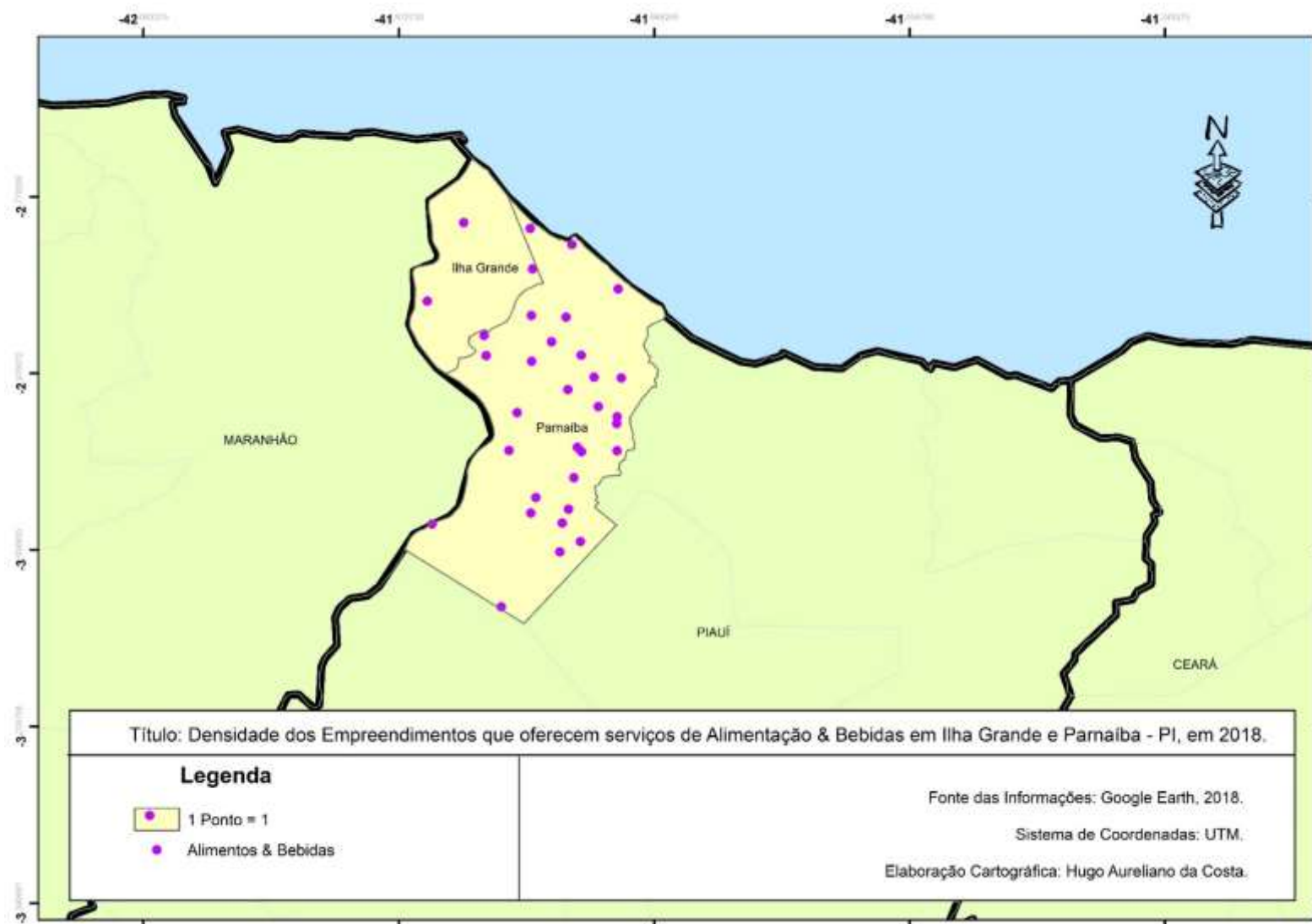
Entretanto, é importante tecer algumas considerações acerca da rota das emoções e sua estratégia no fomento do turismo em nível local. Dos 14 municípios que compõem a Rota das Emoções, o turismo atinge com maior proeminência apenas suas centralidades em cada estado. Como apresentado na figura 14, no Maranhão, tem-se o município de Barreirinhas; no Piauí, Parnaíba e no Ceará, Jijoca de Jericoacoara. Conforme estudo realizado pelo SEBRAE, a rota ainda é um plano que não conseguiu efetividade. Dentre os municípios, Parnaíba vindo sendo a principal cidade litorânea do Piauí tornando-se a “porta de entrada” para o Delta do Parnaíba (PI-MA). Além da proeminência em termos de serviços turísticos, como será apresentado a seguir (Mapas 5, 6, 7 e 8), esse município possui relação com a RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), uma vez que é uma centralidade de serviços diversos para as comunidades tradicionais inseridas nessa unidade de conservação.



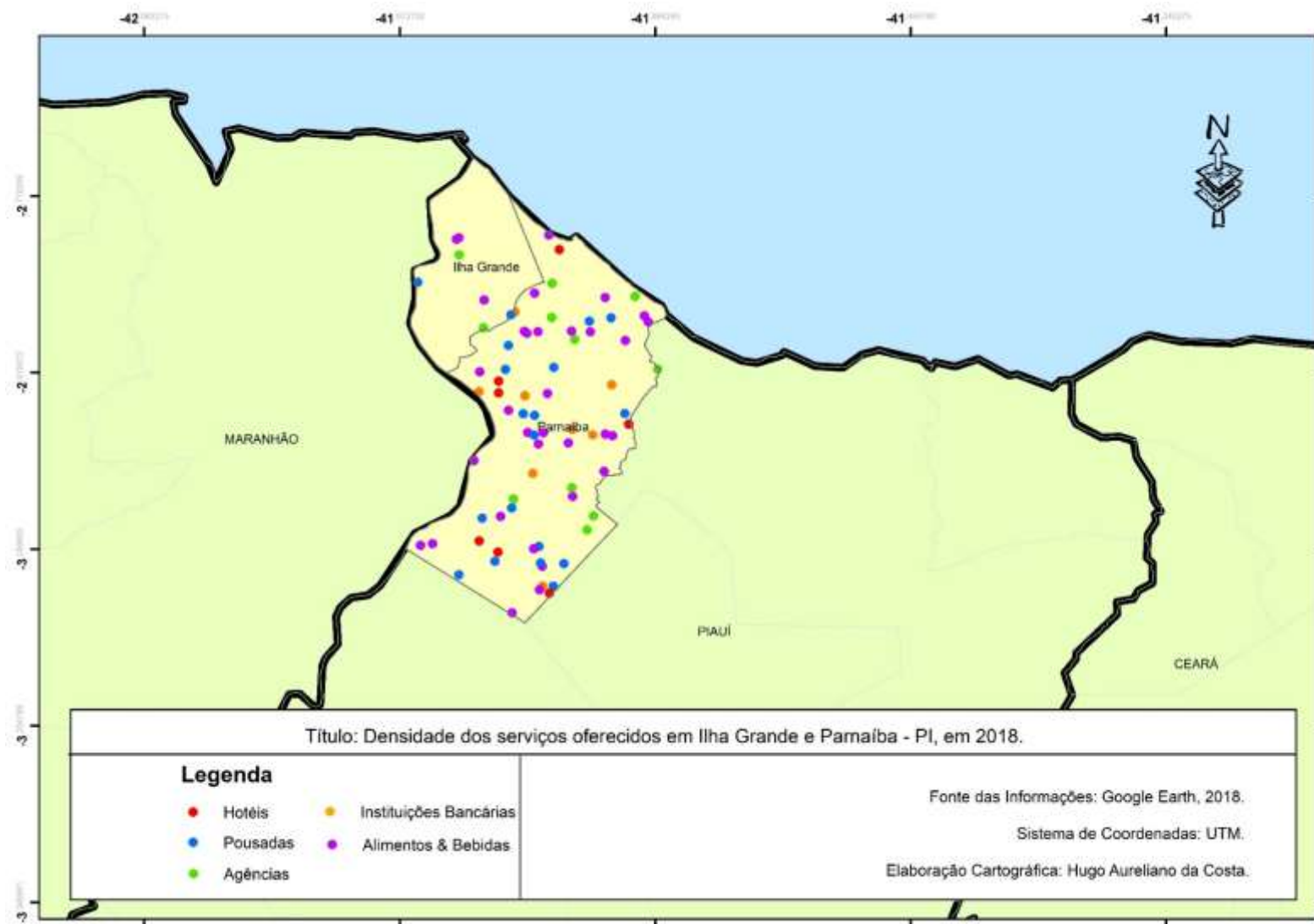
Mapa 5 – Densidade dos Meios de Hospedagens em Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI
Fonte: Rocha, 2018



Mapa 6 – Densidade das Agências turísticas em Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI
Fonte: Rocha, 2018



Mapa 7 – Densidade dos empreendimentos A&B de Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI
Fonte: Rocha, 2018



Mapa 8 – Densidade dos serviços oferecidos em Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI
Fonte: Rocha, 2018

A operacionalização do turismo que vem se instalando em torno do Delta do Parnaíba (PI-MA) centraliza-se, principalmente, em alguns municípios. Para fins de centralização ao recorte empírico do presente estudo, optou-se por apresentar as estruturas turísticas de dois municípios que são tidos como “corredores turísticos” para o Delta do Parnaíba (PI-MA): Parnaíba e Ilha Grande, ambos do estado do Piauí.

Com isso, é importante considerar que a territorialidade do turismo no Delta do Parnaíba (PI-MA) assim como dos municípios limites acontece de forma diferenciada, ou seja, não é absorvido homogeneamente. Em relação ao Delta, os municípios Araíoses e Água doce, ambos do Maranhão, pouco participam do turismo que vendo operacionalidade. Essa característica já direciona o levantamento do sistema turístico local.

Conforme o Mapa 5 “Densidade dos meios de hospedagens em Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI”, a maioria dos meios de hospedagens – MH (a partir do inventário feito pelo mesmo autor dessa pesquisa, identificou-se MH na modalidade de Hotéis e Pousadas) estão localizados no município de Parnaíba/PI. A partir do inventário realizado, foram levantados 24 meios de hospedagens em Parnaíba/PI em contraste com o quantitativo de 2 meios de hospedagens em Ilha Grande/PI.

Por conta dos serviços turísticos e os não-turísticos (hospitais, serviços bancários, etc.), os turistas/visitantes se hospedam em Parnaíba/PI e através das operadoras turísticas, se direcionam à Ilha Grande/PI apenas no momento de realizarem passeios turísticos no Delta do Parnaíba (PI-MA). Isso acontece devido a reorganização do turismo no espaço geográfico, privilegiando territórios que já possuem territorialidades anteriores ao turismo, isto é, com uma estrutura básica para o seu acontecer.

Quanto às operadoras turísticas – no caso, as agências de viagens – que atuam intermediando o turismo no contexto local, de acordo com o Mapa 6 “Densidade das Agências Turísticas em Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI”, a sua grande maioria localiza-se também em Parnaíba/PI, com um total de 9 agências. Na Ilha Grande/PI foram identificadas apenas 2 agências de viagens que acabam ficando em uma posição menor quanto à demanda turística que vem sendo disputada por tais equipamentos locais. É importante considerar que buscou-se identificar apenas agências que vem atuando no receptivo local. Entretanto, existem agências emissivas assim como outras com suas particularidades na atuação do mercado turístico local e nacional.

Acerca de equipamentos turísticos voltados à Alimentação e Bebidas – A&B, de acordo com o Mapa 7 “Densidade de empreendimentos que oferecem serviços de alimentação e bebidas em Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI”, considera-se que a maioria está localizado da seguinte forma: 30 estabelecimentos em Parnaíba/PI e 3 em Ilha Grande/PI. Considera-se que tais números não representam a totalidade dos equipamentos que atuam no oferecimento de tais serviços que diariamente novos estabelecimentos vêm sendo criados para atender à uma demanda crescente de turistas nos municípios supracitados.

Com isso, percebe-se que o município de Parnaíba/PI centraliza os equipamentos turísticos em nível local vem recebendo uma demanda de turistas/visitantes para visitas no Delta do Parnaíba (PI-MA). Isso se confirma nos mapas 5, 6 e 7, assim como no Mapa 8 “Densidade dos serviços oferecidos em Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI”, na medida em que ainda é inexpressiva a participação de Ilha Grande/PI quanto à participação na oferta turística do Delta do Parnaíba (PI-MA). Os turistas/visitantes no fazer turístico local hospedam-se em Parnaíba/PI, usufruem dos serviços existentes (restaurantes, bares, hospitais, farmácias, serviços bancários, dentre outros) e vão à Ilha Grande/PI apenas por conta dos passeios para o Delta do Parnaíba (PI-MA), já que o porto dos tatus, embarque e desembarque de turistas está localizado nesse município.

Existem diversas justificativas para tal discrepância quanto a atuação do setor de serviços de Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI. Dentre elas, é importante considerar que Parnaíba é a segunda maior cidade do estado e principal cidade litorânea do Piauí em contraste com Ilha Grande/PI que era um povoado e em 1993, foi emancipado e transformando em município, ou seja, um fato ainda recente e que permeia diretamente a execução de políticas públicas em nível local, assim como da pouca inserção da iniciativa privada. Além disso, o município de Ilha Grande/PI possui uma dinâmica socioespacial pautada no espaço rural (pecuária, agricultura, extrativismo), embora o urbano venha se territorializando.

Isso representa que o território turístico em nível local vem se territorializando em municípios que possuem o espaço urbano bem definido e com uma estrutura direta e indireta que possa abrigar em sua totalidade, a demanda turística. Assim, o turismo, apesar de acontecer à revelia da iniciativa privada local, ou seja, sem investimentos expressivos por parte do poder público, não se territorializa dessa forma, senão, privilegia algumas porções do espaço geográfico seja por suas singularidades culturais e naturais, seja pelo meio técnico que antecipa a sua operacionalidade em nível local.

Nesse contexto, como se situa, turisticamente, a RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) na rota das emoções? Bom, acontece nos limites dessa unidade de conservação, atuando principalmente na comunidade Canárias que, relacionada às outras, possui uma tímida estruturação como a existência de 3 (três) meios de hospedagens e serviço de transporte de quadriculo, “revolução” que intermediou o deslocamento entre as comunidades.

Quanto ao uso do território por essa atividade, é um desafio trazer a materialidade do fluxo turístico que existe no Delta do Parnaíba, pois, a nível estratégico do turismo local, o foco é na APA Delta do Parnaíba (PI-MA-CE) tendo em vista o alcance dessa unidade de conservação em limites urbanos, diferente da RESEX pelo controle territorial, pensando o uso turístico do território. Dentre os dilemas, um dos problemas é a fluidez que o turismo se organiza de forma diferenciada nos três estados envolvidos (o Delta do Parnaíba acaba ficando atrás dos outros destinos, pensando a estrutura dos municípios limites e a ausência de produtos turísticos bem formatados para o atendimento de uma demanda turística) e assim como pela extensa área de abrangência que tal proposta turística possui.

Apesar dos investimentos realizados pelo Ministério do Turismo e dos estados e municípios envolvidos, a Rota das emoções ainda não é uma realidade, pensando a sua efetividade, mostrando pouca participação do Delta no que tange a permanência da demanda turística local que preferem os destinos dos estados vizinhos (Barreirinhas/MA e Jijoca de Jericoacoara/CE), como apresentado na figura 15:



Figura 12 - Dinâmica atual do movimento dos fluxos de visitantes da Rota das Emoções.
Fonte: SEBRAE (2014).

Percebe-se que a demanda turística na Rota das emoções não gera impactos econômicos expressivos no Delta do Parnaíba (PI-MA) (figura 12) relacionado aos estados vizinhos e componentes dessa roteirização a nível regional. Aliada ao contexto macro de falta de efetividade da rota das emoções no alavanque turístico local, outro contexto micro que possui um dilema na relação abrigo – recurso é a geração de renda para os sujeitos invisibilizados durante a intensa turistificação do Delta. Acerca das múltiplas manifestações de territorialidades no contexto do nosso objeto de estudo, dentre os entrevistados, a Comissão Ilha Ativa – CIA¹⁷ aponta inicialmente que:

“Não tem uma inclusão das comunidades no processo do turismo no Delta. A exemplo da principal comunidade que é o Tatus, é perceptível que os moradores não protagonizam esse turismo. O porto é muito mais usado pelas agências de Parnaíba que pelos comunitários, até subjugando-os, principalmente em alta temporada”.

Entrevista realizada com a CIA (2017).

A luta e a defesa dos “territórios” associados ao extrativismo e a pesca artesanal é algo que impossibilita a defesa do território turístico no seu contexto macro e micro no litoral piauiense e em específico, na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) pensando a sua racionalidade econômica. Assim como estamos discutindo o turismo enquanto uma atividade econômica, é importante salientar os entraves existentes para uma abordagem de sua totalidade.

Nessa perspectiva, aos olhos dos sujeitos da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), obtivemos algumas perspeções sobre o que eles enxergam dessa atividade turística e de como ela acontece nos limites concomitante aos seus usos do território. Como já apontado, essas comunidades que ganharam o nome de populações tradicionais com a jurisdição da RESEX atuam em atividades associadas à pesca artesanal e o intenso extrativismo do caranguejo-uçá.

¹⁷ A Comissão Ilha Ativa (CIA) nasceu de uma demanda local dos moradores de Ilha Grande (PI), em 21 de abril de 2006, para discutir e propor soluções aos problemas do município. O desejo de um grupo de lideranças de diversas associações de lutar pela participação da população diante de questões políticas e administrativas passou a se concretizar com a realização de manifestações públicas, denúncias e o acompanhamento político-financeiro. Desde 2010 a CIA vem desenvolvendo projetos, participando de conselhos, comissões e comitês, realizando pesquisas e, principalmente, apoiando grupos organizados numa busca constante pela construção de parcerias com instituições locais. A organização também capacita sua equipe técnica nas temáticas de geração de trabalho e renda, conservação e preservação ambiental, educação ambiental, organização e inclusão social e cidadania (www.comissaoilhaativa.org.br)

Por meio da observação participante durante as atividades de campo, foi possível perceber o uso dual do território. Paralelamente. Chegando ao porto dos Tatus, ponto de partida e de chegada, Também percebemos o uso diferenciado pelas embarcações de médio e grande porte que fazem os passeios turísticos e das embarcações de pequeno porte dos moradores das comunidades da RESEX e que estão à margem pensando o uso específico dos atores do “espaço banal”.

É importante destacar novamente que, turisticamente, os municípios relevantes para o Delta do Parnaíba (PI-MA) e suas unidades de conservação são: Ilha Grande e Parnaíba, ambas do estado do Piauí. Isso enraíza uma discussão em torno da governança do território uma vez que estamos falando de um território maranhense, no qual, toda sua trama turística e não turística acontece em território piauiense.

Em relação a tais atividades, considerando o Delta do Parnaíba (PI-MA) como o principal elemento da oferta turística do litoral piauiense, o turismo exerce pouca atuação nas comunidades, isto é, na geração de renda local e inserção destes sujeitos na operacionalização dessa atividade econômica, conforme o gráfico 3:



Gráfico 3 -Uso do território pelo Turismo.
Fonte: Rocha (2017).

Durante a pesquisa de campo, observamos um fluxo turístico que acontece, de forma tímida, no Delta do Parnaíba (PI-MA). É possível perceber um fluxo intenso no Porto dos Tatus, porém, possui pouca inserção nas comunidades. A comunidade “mais turística” da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), como salientado, é Canárias por possuir uma estrutura de

embarque, além de ter estruturas turísticas (alguns meios de hospedagens e restaurantes). Entretanto, é possível identificar que o turismo não se insere na comunidade a não ser na geração de renda para poucos estabelecimentos.

Acerca de como o turismo acontece, mesmo “negando” a RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), é importante considerar que embora não seja expressiva nas comunidades, a atividade acontece apenas as comunidades Canárias e Morro do meio. Assim, a comunidade Canárias atua na prática do turismo local, por conta de seu porto que facilita o embarque e desembarque de turistas e dos autóctones (figura 13):



Figura 13 - Trapiche de embarque e desembarque da comunidade Canárias.
Fonte: Rocha (2017).

De acordo com a figura 16 e corroborando com o que vem sendo discutido, é importante refletir que, embora exista um embarque e desembarque de turistas em Canárias, essa demanda turística vêm e se instala em meios de hospedagens¹⁸ na comunidade. Entretanto, de acordo com as entrevistas, os benefícios não chegam ao ponto de situarmos tal atividade como um ciclo econômico relevante para tais moradores. Isso acontece devido ao turismo acontecer à revelia da iniciativa privada com pouca atuação local de políticas públicas que poderiam contribuir para o ordenamento territorial.

Em pesquisas já realizadas acerca da pouca atuação do turismo, tal participação não acontece devido a uma “falta de reconhecimento por parte das comunidades quanto ao potencial

¹⁸ Atualmente, existem em média, 3 meios de hospedagens na comunidade de Canárias.

turístico da região e também por que o desenvolvimento do mesmo no atual momento ainda esbarra nos entraves da gestão da RESEX” (MATTOS, 2009; ICMBIO, 2009, p. 50).

Apesar da realidade em que existe um “abismo” entre o turismo que é feito, do ponto de vista do planejamento e a gestão, essa falta de reconhecimento acontece por ausência de inserção das comunidades locais em tais processos, através de suas invisibilizações para o fazer turístico do empresariado local.

De acordo com Mattos (2009), o ecoturismo é uma potencialidade econômica para o fomento dessa atividade na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), entretanto, com algumas problemáticas a serem resolvidas. Conforme a autora contextualiza, um dos problemas é a relação dos autóctones com os mediadores (leia-se a autarquia gestora, ICMBio) da citada unidade de conservação (MATTOS, 2009; ICMBIO, 2009, p. 50). Embora exista inconsistência para com o processo de reconhecimento e pertencimento na relação populações tradicionais x normatização do Estado por meio das unidades de conservação, o cerne não é esse, considerando-o como possibilidade na resolução do turismo local.

Em meio à sua reflexão, cabe um questionamento retórico: Fala-se em uma potencialidade turística para “quê” e para quem? Pois a passo que o turismo faz uso do território, ela nega parte desse, ou seja, quais territórios são “negados”?

Ao pensarmos que a atividade turística é anunciada a partir de uma estrutura econômica constituída por uma lógica de mercado e composta por agentes econômicos, seria ingenuidade depositar a confiança no Estado que, por si só, respaldaria tal estrutura. Destarte, o dilema do turismo no âmbito local é marcado pela ausência das devidas unidades de conversação no processo de divulgação e marketing de tal destino turístico, sendo invisibilizadas enquanto instrumento de normatização e gestão desse território pela iniciativa privada e o Estado.

Conforme o mapa 9, percebe-se a atuação das agências de viagens no processo de turistificação do Delta do Parnaíba (PI-MA) por meio da Rota das emoções. Isso reafirma a hipótese que o uso local do território é usado como recurso apenas por agentes externos ao nosso recorte empírico, enquanto que os agentes internos se relacionam de forma mais proeminente por meio do sustento, do abrigo, da subsistência...



Mapa 9 - Localização das agências de viagens que comercializam a Rota das Emoções (MA, PI e CE).
 Fonte: Rocha (2017).

Observando a negação de seus territórios a partir da materialização do território turístico, existe uma dificuldade em compreender quais impactos positivos existem na RESEX Delta do Parnaíba (PI-MA) por conta da ausência efetiva dessa atividade no uso do território para tais comunidades. A atividade turística acontece à revelia da iniciativa privada do município de Parnaíba-PI, como apontado. Conforme o gráfico 4, os impactos negativos permeiam as seguintes características:

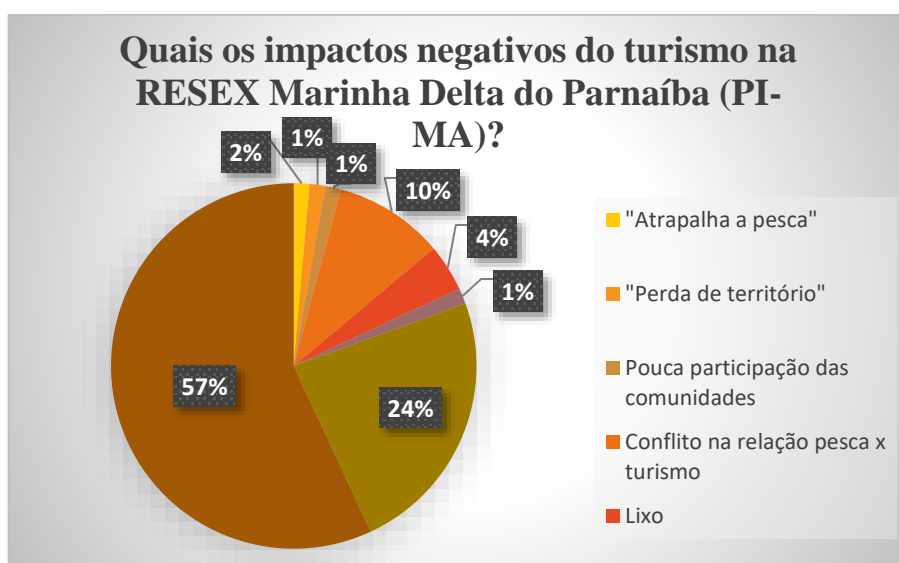
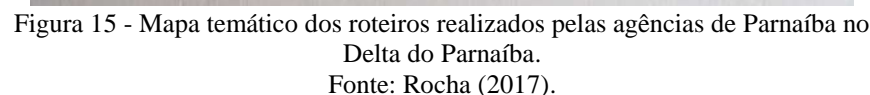
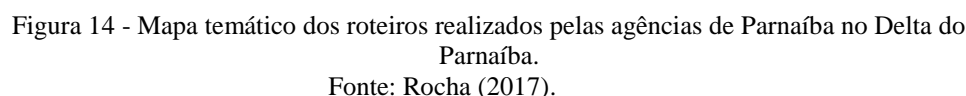


Gráfico 4 - Impactos negativos do turismo na RESEX Marinha Delta do Parnaíba.
Fonte: Rocha (2017).

Assim, analisando a territorialização dos agentes que atuam no turismo que vem comercializando o Delta do Parnaíba (PI-MA) e a pouca participação das comunidades em tais processos, novamente, esbarramos na problemática estrutural acerca da geração de renda que o turismo “assume”. A “emoção” que vem sendo propagandeada no turismo que acontece nos limites da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) não é sentida pelas populações tradicionais que coexistem e sobrevivem em seu interior.

Como falado, a atuação do Estado em ênfase ao processo de turistificação do Delta permite o planejamento e gestão à revelia do empresariado local. Em referência ao mapa 4, conforme o levantamento feito no sistema CADASTUR que reúne uma rede de serviços diretos e indiretos da atividade turística no Brasil, existem em torno de 38 agências de viagens de cunho receptivo nos três estados que comercializam passeios para o Delta do Parnaíba (PI-MA). Considera-se que existem operadoras turísticas que não estão cadastradas, assim como as que vem surgindo uma demanda de empresas turísticas que vem surgindo nos últimos tempos.

Quanto ao município de Parnaíba, o turismo é intermediado a partir do seu centro urbano, por meio das agências de viagens, meios de hospedagens, restaurantes, serviços bancários, hospitais, dentre outros. Conforme a pesquisa de campo realizada, foi possível perceber que os passeios realizados apenas acontecem em torno da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) e no máximo, adentrando de forma superficial às comunidades de Canárias e Morro do meio, conforme podemos perceber nas figuras 14 e 15:



No decorrer da pesquisa, conforme o gráfico 5, foi questionado sobre a relação dos autóctones com as agências de viagens locais, do ponto de vista empregatício e parcerias para o fomento do turismo. As famílias entrevistadas apontam que o diálogo não existe assim como as comunidades nem são citadas na comercialização dos roteiros. O delta é vendido sob o prisma de ser um paraíso natural e dissociado de um contexto social e econômico:

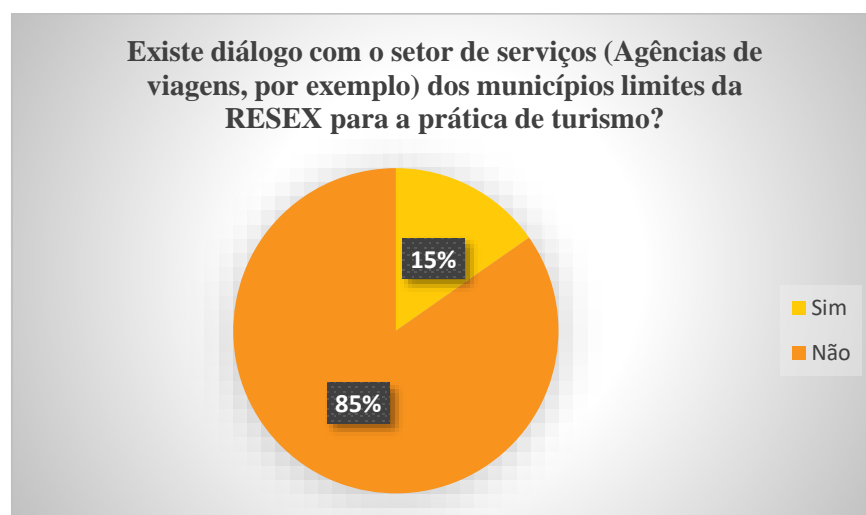


Gráfico 5: Diálogo entre as comunidades e o setor de serviços.
Fonte: Rocha (2017)

Nesse contexto, é perceptível que os passeios realizados acontecem ao redor da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), ou seja, pelo rio em referência ao comércio turístico da paisagem local. Entretanto, não existe roteirização nas comunidades, pensando a promessa que o turismo tem enquanto atividade que poderia gerar uma renda local. Ou seja, existe uma dissociação quanto ao uso turístico local, a partir da negação dos elementos sociais e culturais em detrimento dos atrativos naturais. Do ponto de vista econômico, Coriolano (2006, p. 368), nessa reflexão, analisa o turismo enquanto instrumento de apropriação e segregação espacial:

O turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes, e dos turistas.

Durante as pesquisas *in loco*, a discussão do turismo em meio aos outros processos de contradições locais como a precariedade de serviços básicos (saúde, educação, segurança, etc.) acontecia de forma tímida, pensando os sujeitos que eram entrevistados, ou seja, distante da

realidade de tais comunidades entrevistadas. É possível perceber que o turismo que vem sendo promovido no Delta, sobretudo, na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), manifesta-se sem englobar a totalidade dos agentes/atores (comunidades tradicionais) que estão presentes.

Estrategicamente, o território turístico do Delta do Parnaíba (PI-MA) é constituído buscando dissociar-se das comunidades tradicionais existentes, sobrevivendo por meio de suas atividades de subsistência nos seus respectivos usos do território. Assim, a CIA, entidade que atua junto às entidades locais na defesa dos territórios pesqueiros e extrativista no Delta do Parnaíba, compreende o turismo nas unidades de conservação locais como “excludente”:

“São passeios excludentes, não citando que os passeios são feitos em área de unidades de conservação. É um turismo onde a pessoa entra no barco, faz o passeio, entretanto, não tem uma relação social com as comunidades”.

Entrevista realizada com a CIA (2017).

Isso se explica pela intencionalidade em construir um “território” propício aos ares da atividade turística por meio de ações desenvolvidas pelas parcerias público-privadas, entretanto, a partir de um imediatismo exacerbado. No contexto local, o SEBRAE (PI e MA) desenvolve capacitações técnicas, voltado para a qualificação da *trade* turística existente nos três estados (Maranhão – Piauí – Ceará), pensando o empreendedorismo de pequenas e médias empresas que atuam, direta e indiretamente, com a atividade turística:

Ao longo dos anos o SEBRAE vem atuando nestes territórios com o intuito de promover mais competitividades às empresas inseridas nesses municípios, principalmente aquelas relacionadas diretamente com a atividade turística, como os meios de hospedagem, serviços de alimentação, transportes, agências de viagens, artesanato, dentre outros (SEBRAE, 2015, p. 4).

As capacitações são desenvolvidas nos municípios da Rota das Emoções em busca de fortalecer o setor de serviços que existe à disposição de uma demanda turística local. Questionando os entrevistados das comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) sobre as possibilidades de atuarem no turismo como uma atividade alternativa de geração de renda local, conforme o gráfico 6, eles afirmam ainda não terem participado de qualquer curso de qualificação voltado para a atividade turística:

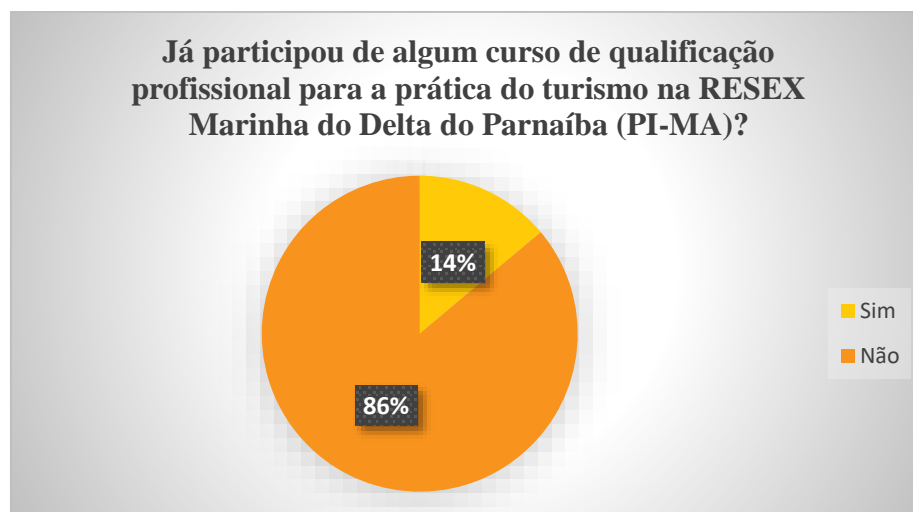


Gráfico 6 - Participação em cursos de qualificação turística.
Fonte: Rocha (2017).

Nessa perspectiva, associada à fala do ICMBio sobre o extrativismo ser atrelado à uma noção de “pobreza”, tais comunidades não são oportunizadas a atuarem na atividade turística. Seria ilusão teórica imaginar que o turismo, como vem sendo realizado, poderia contribuir para o empoderamento de tais comunidades, já que estamos falando de uma estrutura econômica que apenas os aprisiona, pensando a lógica global conjugada com o local. Entretanto, do ponto de vista social e político, existiria uma “justiça espacial” se tais sujeitos pudessem usar o turismo como ferramenta para a afirmação de seus territórios.

Com isso, conseguimos perceber que o turismo no contexto do nosso objeto de estudo não é um instrumento de desenvolvimento local, mas sim, apenas para alguns agentes, ou seja, àqueles que usam o território como recurso. Nessa reflexão, acerca do discurso do turismo ser a possibilidade para o desenvolvimento local e resolução das desigualdades regionais e socioeconômicas existentes no local a ser turistificado, a autora continua:

O discurso sobre o turismo é situado como opção para o desenvolvimento dos países, estados e municípios. Mas, na prática, é uma super-estimação de seu desempenho, criando falsas expectativas, sem possibilidades de solução aos problemas sociais e ambientais existentes. Pois não desenvolveu as regiões pobres, nem distribuiu a riqueza do País, além de não consolidar territórios, apenas organizar outros. Acrescentou problemas onde foi tratado como política para atender a acumulação capitalista em detrimento das necessidades básicas dos trabalhadores locais. Transformou o espaço local em mercadoria global, desvalorizando o uso pela troca (CORIOLANO, 2006, p. 372).

Enquanto uma atividade que tem como mola propulsora a economia, o turismo é absorvido de forma diferenciada pelos sujeitos que estão envolvidos. Nesse contexto, as comunidades participam (ou não) em outra dinâmica: na dinâmica da negação, uma vez que conforme diversos relatos do órgão gestor assim como nas entrevistas, é possível identificar um processo de isolamento de tais sujeitos na organização, planejamento e gestão do turismo local. Nas palavras de um morador local, “*Nós (comunitários) até vemos o turista passar de vez em quando, mas só de passagem pelo rio*”.

Conforme já discutido, a mola propulsora do turismo nos destinos turísticos é a paisagem, principalmente, pensando a Região Nordeste. Na opinião das comunidades inseridas na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), os turistas visitam o Delta devido às especificidades naturais desse atrativo turístico, conforme o gráfico 7. Nesse contexto, compreende-se que o Delta do Parnaíba (PI-MA) é o principal “cartão postal” do turismo do estado do Piauí:

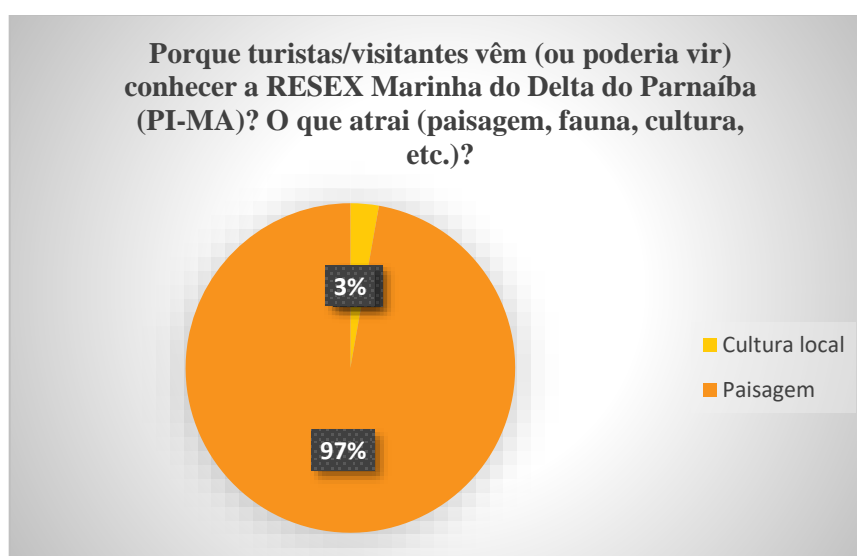


Gráfico 7 - Motivação turística para o Delta do Parnaíba.
Fonte: Rocha (2017)

Quanto ao Delta do Parnaíba (PI-MA) ser um atrativo turístico local, isso já é provado, considerando os últimos investimentos na Rota das Emoções. Entretanto, é importante refletir “para quem?” esse turismo gera receitas. De acordo com a pesquisa, o gráfico 8 mostra que existe uma discrepância quanto aos impactos na geração de receitas dessa atividade:

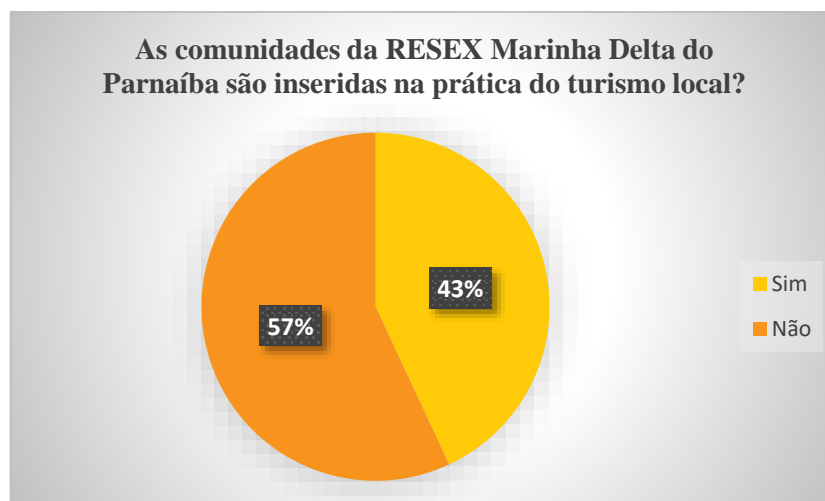


Gráfico 8 - Inserção das comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba no turismo
Fonte: Rocha (2017)

Nessa perspectiva, cabe refletir sobre o papel que o turismo exerce na espetacularização do lugar em que ele atua e imprime uma “identidade”. Do ponto de vista nacional e internacional, a demanda turística do Delta é assumidamente, doméstica, conforme o mapa 6 e 7, embora tais dados não represente uma geração de receitas econômicas para as comunidades invisibilizadas nesse processo.

Assim, do ponto de vista teórico, como acontece a dinâmica espacial no uso do território pelo turismo de frente a tal espetacularização? Ora, como aponta a teoria miltoniana, esse território se globaliza em meio a um uso global e local pela atividade turística. De acordo como Santos (2011, p. 27) contextualiza, “o mundo torna-se unificado – em virtude das novas condições técnicas, bases sólidas para uma ação humana mundializada”. Essa, entretanto, impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa.

Isso vem acontecendo pela força da informação e do lucro que estão relacionados à dinâmica socioespacial que permeia os territórios “edificados” para atender aos desejos dos consumidores. Santos acrescenta: “a perversidade sistêmica é um dos seus corolários (2011, p. 27), ou seja, é natural a estrutura econômica, a mercantilização do território. Nesse caso, as intencionalidades da prática turística são naturais, do ponto visto estrutural, em meio à sujeição de comunidades e de seus territórios.

Como aponta o SEBRAE (2015, p. 9):

Com relação aos estados, percebemos que o estado que mais demanda turistas para a Rota das Emoções é São Paulo, que, sozinho, corresponde a 18% do fluxo de turistas, considerando capital e interior. Os destinos do Nordeste se destacam, em seguida, como maiores emissores: Alagoas com 10%, Ceará e Piauí com 9% cada um, Maranhão 8% e Pernambuco com 8%.

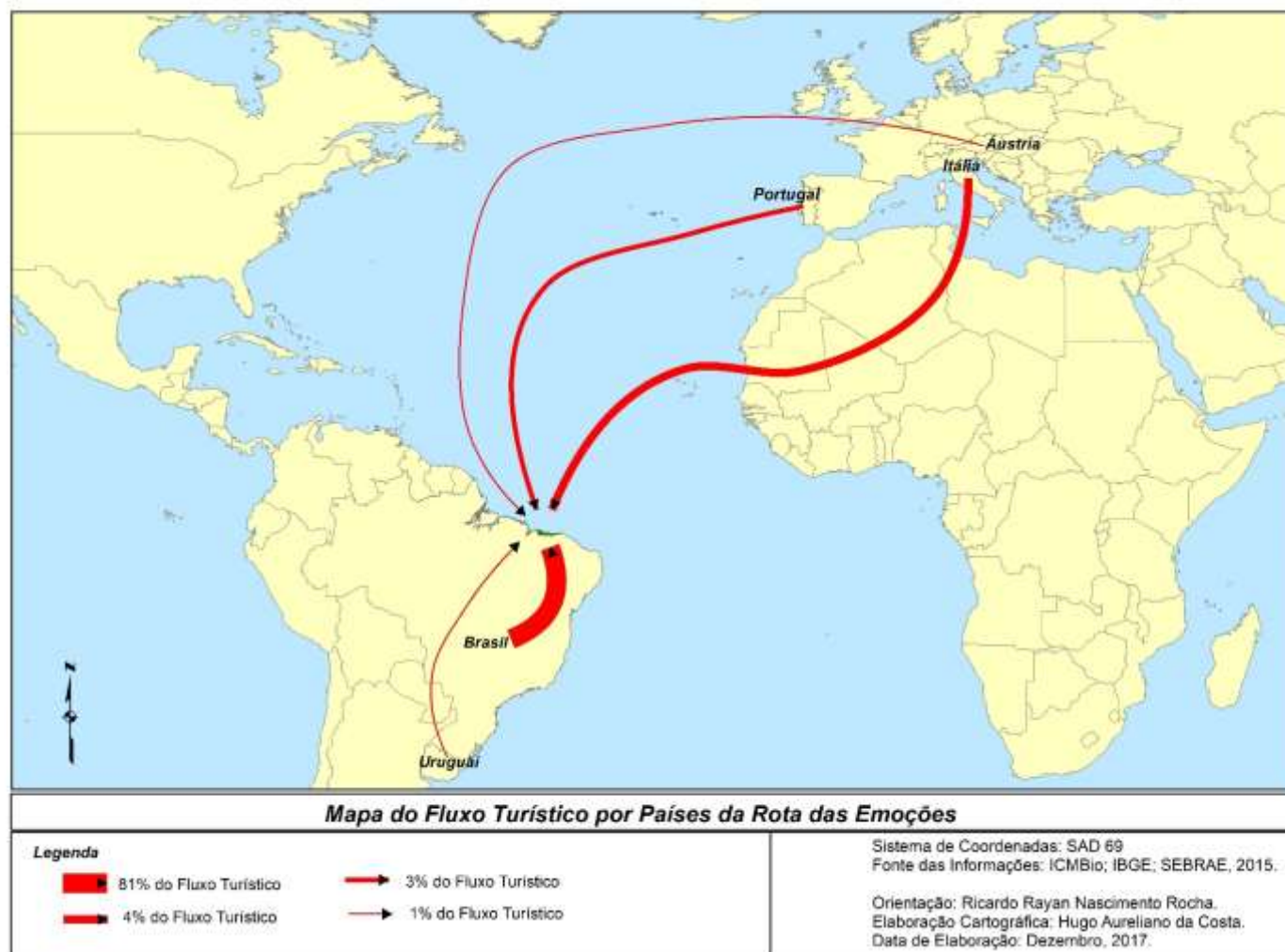
O fluxo internacional em torno do turismo no Delta do Parnaíba (PI-MA) vide à Rota das Emoções ainda é tímido, trazendo uma demanda, principalmente da Itália, conforme estudo realizado pelo SEBRAE. Entretanto, é perceptível que o turismo local é, assumidamente, doméstico, atraindo uma demanda do Sudeste, conforme a tradição turística da Região Nordeste que atrai turistas advindos do eixo São Paulo – Rio de Janeiro – Belo Horizonte. Destarte, também atrai turistas da região sul que não possuem o sol como elemento paisagístico local.

Conforme o Mapa 10 e 11, podemos perceber que o fluxo turístico no uso do território do Delta do Parnaíba (PI-MA) pelo turismo ainda é diminuto, diante de outros destinos turísticos. Isso acontece devido à ausência de planejamento turístico em nível local, considerando a roteirização, a criação de produtos turísticos e dentre outras motivações que explicam tal ausência de efetividade do mercado turístico local.

Acerca dos fluxos apresentados, o turismo é promovido, principalmente, pela demanda turística em nível regional, como por exemplo, dos estados vizinhos (Maranhão e Ceará). Assim, embora tais dados representem pouca inserção local no fenômeno turístico (pensando em nível nacional), o Delta do Parnaíba (PI-MA) é uma das principais atrações turísticas do litoral piauiense e maranhense.



Mapa 10 - Fluxo turístico nacional da Rota das emoções (MA, PI e CE)
 Fonte: SEBRAE (2015)



Mapa 11 - Fluxo turístico por países da Rota das emoções.
 Fonte: SEBRAE (2015)

Acerca do papel do Estado na normatização do território para determinados fins, questionamos os entrevistados sobre a atuação do ICMBio quanto ao ordenamento territorial das atividades existentes, mas principalmente, do turismo que vem ocorrendo nos limites da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA). Nesse contexto, conforme o gráfico 9, as famílias entrevistadas apontam um diálogo, embora não seja para ordenar o turismo, mas principalmente a pesca e à cata do caranguejo:

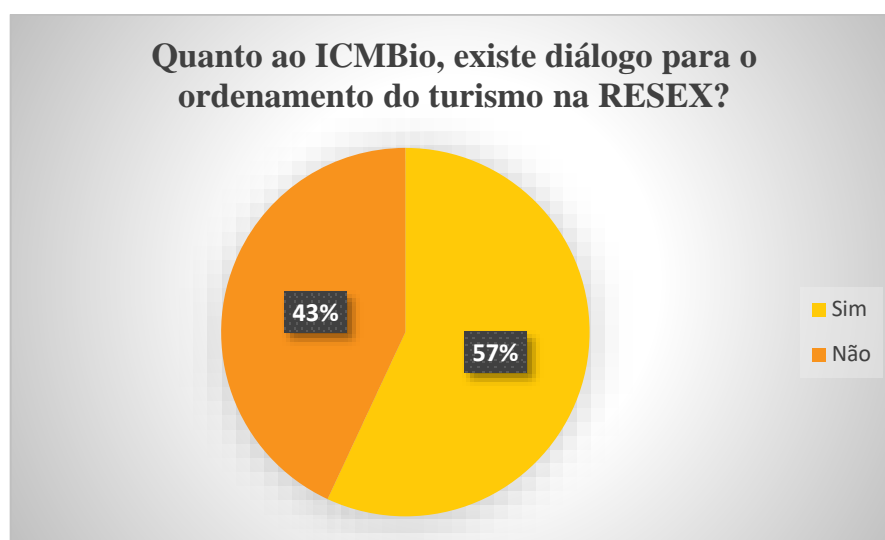


Gráfico 9 - Diálogo entre as comunidades e o ICMBio
Fonte: Rocha (2017)

Em contraponto, questionamos o ICMBio acerca de ações que vem sendo desenvolvidas para a gestão do uso do território pelo turismo na RESEX, no qual, aponta que:

Existe. Primeiramente, vem sendo feito um processo de regularização de pousadas (como exemplo) de atividades turísticas na RESEX. Além disso, o conselho da RESEX é deliberativo toma decisões quanto ao uso do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba...". Nesse contexto, teve uma reunião do conselho, no qual, foi decidido que podia-se ter atividade turística n RESEX.

Entrevista realizada com o ICMBio (2017)

O Estado, embora seja um ente que se associa a iniciativa privada para o uso do território do turismo, isto é, considerando estudos realizados no âmbito do Nordeste e das políticas públicas setorializadas que foram criadas para estruturar a atividade turística, neste caso, ele atua

em defesa de sua contrarracionalidade, no caso, os sujeitos que se relacionam por meio do sustento e abrigo com tal território.

Conforme Santos aponta, embora o Estado busque resolver tal contradição pensando a desigualdade regional no uso do território pelo turismo, o “problema é desafiante, pois a organização espacial tende a contribuir para que aumente a pobreza [...]” (SANTOS, 2012, p. 114), devido à lógica estrutural de tal dinâmica espacial, ou seja, a instância econômica penetrando e respaldando a contradição desse território enquanto recurso mesmo sendo abrigo para outros sujeitos.

Com isso, os sujeitos entrevistados não apontam qualquer esforço por parte do poder público local na inserção das comunidades no processo de turistificação (gráfico 10). Nos últimos anos, vem sendo realizada, anualmente, encontros de turismo sobre a Rota das Emoções, porém, sem a participação direta das comunidades assim como resumindo o turismo a partir da atuação da iniciativa privada local:

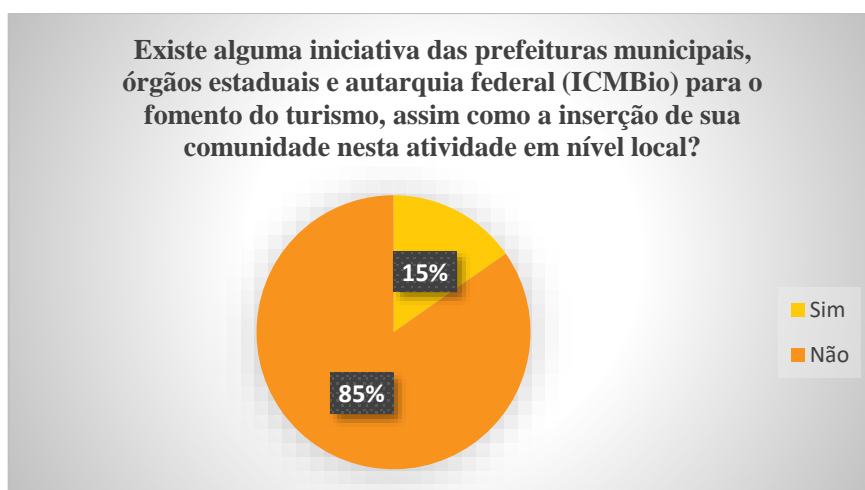


Gráfico 10 - Iniciativa das prefeituras municipais para o fomento do turismo
Fonte: Rocha (2017)

Nesse contexto, é possível perceber que o turismo promovido no Delta do Parnaíba (PI-MA) não é para o desenvolvimento local ou mesmo para a promoção cultural das comunidades e diminuição da desigualdade regional, senão, acontece para a centralização de renda para agentes externos que atuam na prática do turismo em meio ao processo de negação de outros territórios. Por fim, no último capítulo a seguir, vamos finalizar a discussão proposta nessa pesquisa para que assim, possamos analisar a hipótese que propomos em busca de construir a narrativa contida no decorrer da presente dissertação.

**O FENÔMENO TURÍSTICO DA RESEX MARINHA DO DELTA DO
PARNAÍBA (PI-MA): NOTAS CONCLUSIVAS**



5. O FENÔMENO TURÍSTICO DA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA (PI-MA): HIPÓTESES, PROPOSTAS E REFLEXÕES

5.1 O PAPEL ATIVO DO TURISMO: UM MANIFESTO

As intencionalidades no uso do território pelo fenômeno turístico e associado às unidades de conservação enquanto territórios normatizados pelo Estado devido à sua dimensão socioambiental, ganham novos desdobramentos ao passo que o mundo se globaliza cada vez mais. É perceptível que coexiste a problemática do território turístico sobreposto a outros usos e como essa atividade “nega” partes do território, personificado por outros usos. Assim, temos uma atividade econômica que relativiza a relação homem x meio, através de um discurso ideológico personificado em uma atividade “sem impactos” respaldado pelo paradigma do desenvolvimento sustentável.

Com isso, a atividade turística em áreas protegidas só vem a ganhar fomento uma vez que essa atividade não possui impactos diretos, pensando as outras atividades econômicas. Assim, ideologicamente, tem-se uma atividade econômica ambientada em uma sociedade globalizada que dentre os diversos desdobramentos, um deles é a aceitação do paradigma do desenvolvimento sustentável.

Com isso, o fetiche da mercadoria que é personificado no processo de apropriação da paisagem no uso do território pela prática do turismo acaba provocando diversos rebatimentos como o protagonismo de alguns atores em detrimento da sujeição da comunidade receptora. Entretanto, tais impactos não são percebidos vide a ótica neoliberal que permeia as políticas públicas e a atuação da iniciativa privada na gestão do turismo nessas áreas naturais.

Diante das reflexões postas, a narrativa geográfica e turística do Delta do Parnaíba (PI-MA), sobretudo, do recorte empírico - a RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) - dessa pesquisa, teve como justificativa a necessidade de um enfoque crítico sobre a materialidade do território turístico e assim, fugir do imediatismo de como esse recorte empírico é tratado, ou seja, como potencialidade para o desenvolvimento local.

Já se tem diversas narrativas, teses e reflexões sobre o Delta do Parnaíba (PI-MA) perpassando suas instâncias sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. Entretanto, essa narrativa proposta tem como objetivo, trazer sob a ótica geográfica, ou seja, outra

explicação sobre como esse fenômeno físico é disputado por diversas perspectivas de uso. Talvez essa seja apenas mais uma entre tantas leituras que já existem, porém, buscamos fugir de algumas certezas e assim, descortinar sua aparência em busca de atingir a essência econômica desse paraíso, aparentemente intocável.

Após diversas discussões, entrevistas, releituras teóricas, empíricas e reflexões foi possível fazer algumas constatações para com os objetivos propostos no decorrer dessa dissertação. Uma delas é que o desafio de retratar a grandeza geográfica e empírica do Delta do Parnaíba (PI-MA) é difícil de definir, senão, uma realidade com diversas sobreposições e desdobramentos a serem descobertos e não será apenas com uma pesquisa acadêmica que poderemos apreender e assim, buscar a solução de suas contradições.

Para construir a narrativa dessa pesquisa, imbuída de seus objetivos e com sua problemática proposta, realizou-se um diálogo entre a Geografia e o Turismo buscando a natureza teórica junto aos seus aportes técnicos, associados ao recorte empírico estudado. Nessa perspectiva, compreende-se que os procedimentos metodológicos optados junto à concepção teórica e conceitual respondem ao caminho percorrido na pesquisa.

A partir das informações levantadas durante a pesquisa de campo, podemos apreender a RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) como uma unidade de conservação que, majoritariamente, possui no uso do território, atividades de subsistência, possuindo um cenário paisagístico propício para o fomento do turismo. Nessa perspectiva, por ser uma unidade de conservação de uso sustentável, o turismo em caráter ecológico vem sendo proposto como alternativa econômica no contexto local em meio à pesca artesanal e à cata do caranguejo-uçá.

Com isso, em meio à proposta de analisar o processo de territorialização do turismo na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA), buscando apreender as intencionalidades que essa atividade turística faz uso desse território, percebemos que tal atividade reproduz uma contradição lógica da estrutura econômica no qual se situa. Ora, parece óbvio, mas do ponto de vista científico, ainda não se tem uma leitura crítica sobre a área de estudo aqui travada.

Arelado a isso, é possível identificar que o território enquanto recurso e abrigo assumem posições muito bem definidas. De um lado, agentes econômicos personificados pelo Estado e pelas agências de viagens do contexto local e nos limites municipais da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) mercantilizam a sua paisagem, oferecendo roteiros voltados para o segmento do ecoturismo. Aqui já temos como óbvio, o discurso do desenvolvimento sustentável

enquanto substrato para que essa atividade aconteça em um ambiente frágil como o Delta, principalmente por ser uma atividade associada à ausência de impactos sociais e ambientais. Do outro, comunidades tradicionais que, historicamente, lutam em defesa de seus territórios e que coexistem na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) por uma relação de sustento, de sobrevivência e de abrigo. Isso se confirma pelo extrativismo da cata do caranguejo e a pesca artesanal como atividades predominantes desses sujeitos.

É observável que não são usos paralelos, senão, concomitantes do território. Entretanto, embora tais usos sejam sobrepostos, os recursos adquiridos são direcionados de forma diferenciada. Como Santos afirma, “a organização espacial tende a contribuir para que aumente a pobreza” (2012, p. 114). Nesse contexto, o turismo não se relaciona de nenhuma forma com as comunidades, senão, apenas na perspectiva de negação de seus territórios para que o território turístico prevaleça. Assim, tais comunidades coexistem por meio da necessidade de sobreviver por meio de seus usos do território. Aqui, o território se acentua na perspectiva do uso enquanto abrigo.

Destarte, essa atividade acontece perante à normatização do território pelo Estado de duas formas: Primeiro, pelo recorte espacial dado a uma unidade de conservação que tem a perspectiva do “turismo ecológico” associado à prática extrativista como um caminho na conservação dos recursos naturais locais; e segundo, pelo fomento do turismo vide à criação da Rota das emoções entre os estados do Maranhão, Piauí e Ceará, consórcio turístico, protagonizado pela iniciativa privada dos três estados citados. É importante observar também que o Estado é conivente para a sustentação de uma racionalidade econômica do turismo que é exercido no Delta ao mesmo tempo em que apoia uma contrarracionalidade por meio da oficialização da unidade de conservação como uma RESEX, UC genuinamente brasileira e resultado da luta dos povos tradicionais em defesa dos territórios pesqueiros, extrativistas, indígenas, quilombolas, dentre outros.

Conforme já falado, o turismo não está à disposição pensando a sua operacionalização e gestão das comunidades tradicionais da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA). Acontece, em caráter superficial na comunidade Canárias e Morro do meio (as comunidades Passarinho, Caiçara e Torto possuem a pesca e à cata do caranguejo como atividades expressivas), através de pouquíssimas estruturas de meios de hospedagens, porém, não é uma atividade proeminente na geração de renda dos moradores. Assim, todas as comunidades têm à cata do caranguejo e a pesca como atividades prioritárias.

Nessa perspectiva, a reflexão em torno do uso do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) pelo fenômeno turístico não tem como fugir, senão, da crítica de como essa atividade transforma em recurso, o abrigo de diversas comunidades tradicionais no processo de uso e negação de seus territórios. Essa crítica, em sua dimensão científica, é necessária na perspectiva de sustentarmos outras possibilidades que poderiam ser enfrentadas para a melhoria do turismo local com foco nos sujeitos invisibilizados no contexto local. Com isso, acreditamos que a hipótese proposta, ou seja, a afirmativa de que o turismo inviabiliza outros usos do território para se reproduzir é assertiva.

Diante das constatações feitas, existe um distanciamento das comunidades locais e o turismo que vem sendo realizado. Assim, é importante questionar quais são as motivações desse abismo na operacionalização e gestão da atividade turística no contexto local. Um deles é a falta de representação das comunidades nos espaços de discussão sobre turismo entre o ICMBio e a *trade* turístico local. Porém, quando isso acontece, não produz impactos para a tomada de consciência dos autóctones quanto à prática do turismo. Isso se explica uma vez que, conforme os entrevistados, as comunidades não são “capacitadas” para atuarem no turismo, seja do ponto de vista da formação por meio de cursos técnicos, seja pela ausência de investimento em estruturas turísticas dentro da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) (diga-se de passagem, que respeite às limitações socioambientais que existem).

A solução possível para tais dilemas em torno de como o turismo poderia vir a ser uma atividade econômica para as comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA) seria o investimento em projetos socioambientais que favoreçam um protagonismo dessas comunidades. Isto é, por meio da atuação do poder público local e em parcerias com a iniciativa privada. A articulação entre os entes envolvidos, mas principalmente, a partir do protagonismo dos sujeitos que são invisibilizados pela atividade turística, é primordial pensando a materialização de outros territórios turísticos.

Com isso, é importante considerar a necessidade de aprofundar a pesquisa realizada que, como falado anteriormente, é apenas mais uma trama que busca desenvolver outra tradução geográfica e turística do Delta do Parnaíba (PI-MA). Portanto, fuja de uma conclusão, senão, como uma oportunidade para pensar nós mesmos enquanto “arquitetos do nosso próprio destino e de nossa própria sorte” (HARVEY, 2012, p.263).

Portanto, esperamos que a pesquisa realizada possa contribuir para uma “oxigenação” das discussões sobre o Delta do Parnaíba (PI-MA) e assim, através das reflexões propostas e dados levantados, enfrentar a realidade em busca de outras territorialidades para o turismo em nível local, favoráveis aos sujeitos, ainda invisibilizados, economicamente. Destarte, que essa pesquisa instigue outras discussões sobre a territorialização do turismo em áreas protegidas no âmbito local e nacional.

REFERÊNCIAS

- ALMINO, J. A filosofia política do ecoturismo. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável** - Belém, 2003.
- BALASTRERI RODRIGUES, Adyr. Turismo e territorialidades plurais– lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. En publicación: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura, 2006.
- CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, San Pablo. Diciembre 2006.
- BARRETO, M. As ciências sociais aplicadas ao turismo. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – . Brasília: Planalto, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em 02 mar. 2017
- CASTRO JÚNIOR, E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Orgs). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CAVALCANTE, M. B. **Parque Estadual da Pedra da Boca (Araruna/PB): uma avaliação sobre as atividades turísticas e as ações de gestão territorial**, 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia.
- CORIOLOANO, L N. **Turismo de inclusão e desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.
- _____. O professor Milton Santos e a pesquisa do turismo no Ceará. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Conhecimento e reconhecimento: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo**. Fortaleza: EDUECE, 2003. 121-125 p.
- CRUZ, R. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2001.
- _____. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amália I.G. (org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado**. Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005.
- _____. Política de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2000.

CUNHA, C. C. & LOUREIRO, C. F. Discutindo as reservas extrativistas em um contexto de exclusão social. **II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social, 2006**, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006 (CD ROM).

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

FERNANDES, C. NOTA TÉCNICA: **Eficiência no manejo da pesca em áreas de RESEX**. 2017.

GONÇALVES, C. W. P. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: IBAMA, 2003.

HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade no turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr/2012, Taubaté, SP, Brasil.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 5ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HAWKINS, D. E.; KAHN, M. M. Oportunidades para o turismo ecológico nos países em desenvolvimento. In: THEOBALD, W. F. **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2001.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p. ISBN 978-85232-0615-4.

IBAMA/CNPT. CARVALHO, José Arribamar e CORDEIRO, Alexandre Zananiri. **Caracterização Sócio-econômica da área do Delta do Parnaíba a ser transformada em Reserva Extrativista**. Parnaíba, Piauí, 1999.

KNAFOU, R. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (org.) **Turismo e geografia** - reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC, 1996, pp. 62-74.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

LEAL, E. **Turismo e desenvolvimento regional**. Braga: Eurosigno publicações, 1990.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LOHMANN, G.; NETTO, A. P. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. 2 ed. - São Paulo: Aleph, 2012.

M. T. Coriolano, Luzia Neide. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, San Pablo. Diciembre 2006.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Difel, 1988, Livro I, volumes I e II. 933p.

MATTOS, F. F. **Reservas morais** : estudo do modo de vida de uma comunidade na Reserva Extrativista do Delta da Parnaíba / Flávia Ferreira de Mattos – 2006. 144 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

MMA/SDS. **Zoneamento Ecológico Econômico do Baixo Rio Parnaíba**: Subsídios técnicos, Relatório Final. - Brasília, 2002.

MORAES, Edilaine Albertino de. **Encontro na Floresta**: Interpretando o Ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil). Orientadora: Marta de Azevedo Irving. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

NICOLÁS, D. H. (org.). **Teoría y praxis del espacio turístico**. México: Universidad Autónoma Metropolitana - Xochomilco, 1989.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

PEARCE, D. et. al. **Environmental economics**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

REDCLIFT, M. R. Os novos discursos da sustentabilidade. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável** - Belém, 2003.

ROPER, M. **Geografia Social e Unidades de Conservação**. Reflexões teóricas e exemplos da bacia do Alto Rio Paraguai (Mato Grosso). Revista Geosul, v. 14, n. 27, 1999.

RUSCHMANN, D. **Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil**. Turismo em Análise, São Paulo, 2000.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997 (Coleção Turismo).

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **O papel ativo da Geografia**: um manifesto. Território, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 103-109, jul./dez. 2000.

_____. **O retorno do território**. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282

_____. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 18. ed. Rio De Janeiro: Record, 2014.

SEBRAE. **Relatório do perfil de turistas da Rota das Emoções**. Edição 2014/2015.

SERRANO, C. M. T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e meio ambiente**. 4 ed. Campinas: Papirus, 2001.

STEINBERGER, Marília (Org). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Turismo Cultural, Ecoturismo e ética**. São Paulo: Aleph, 2000.

TUAN, Y.F. **Topofilia- um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente** (trad.Livia de Oliveira) São Paulo: Difel, 1980, 288p.

VALLEJO, L. R. **Políticas públicas e conservação ambiental: territorialidades em conflito nos Parques Estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ)**. 2005, 342 f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Entrevistas para as comunidades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA): **Canárias,
Passarinho, Caiçara, Morro do meio e Torto**

Identificação do entrevistado

NOME:.....

IDADE:.....

COMUNIDADE:.....

Questões:

1 – Quais atividades, você atua no território da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (PI-MA)?

- () pesca artesanal
- () Cata de caranguejo
- () extrativismo
- () pecuária
- () artesanato
- () turismo
- () outro: _____

2 – Dentre as atividades colocadas, o turismo é uma atividade expressiva em sua comunidade?

- () Sim () Não

3 – Algum parente seu atua na prática do turismo local?

- () SIM () Não

4 – Se expressiva, quais os impactos positivos do turismo na RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (PI-MA)?

- () geração de renda
- () ofertas de emprego
- () valorização cultural das comunidades
- () Possibilidade de conservação ambiental
- () outros

5 – E quais os impactos negativos do turismo na RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (PI-MA)?

- () subemprego
- () pouca participação das comunidades
- () lixo, depredação e poluição do meio ambiente local
- () Perca do uso do território

() outros

6 – Se NÃO é expressiva, na sua opinião, o turismo pode ser uma possibilidade econômica para a comunidade?

() SIM () NÃO

7 – Como o turismo poderia trazer benefícios para a comunidade?

- () geração de renda
- () ofertas de emprego
- () valorização cultural das comunidades
- () Possibilidade de conservação ambiental
- () outros

8 – Em sua opinião, porque turistas/visitantes vêm (ou poderia vir) conhecer a RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (PI-MA)? O que atrai (paisagem, fauna, cultura, etc.)?

9 – Na sua opinião, as comunidades da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba são inseridas na prática do turismo local?

() SIM () NÃO

Justifique: _____

10 – Já participou de algum curso de qualificação profissional para a prática do turismo na RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (PI-MA):

- () Guia de turismo
- () Agenciamento de viagens
- () Gastronomia
- () Recepcionista
- () Outro: _____
- () Nunca participou

11 – Existe diálogo com o setor de serviços (Agências de viagens, por exemplo) dos municípios limites da RESEX para a prática de turismo?

- () Oferta de emprego
- () roteirização nas comunidades
- () parcerias
- () Outro: _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ENTREVISTA – COMISSÃO ILHA ATIVA (CIA)

- 1 – Fale um pouco sobre a atuação da CIA quanto a um compromisso socioambiental firmado no Delta do Parnaíba, sobretudo, nas suas UC's.
- 2 – Qual o trabalho desenvolvido na RESEX Marinha Delta do Parnaíba, assim como em Ilha Grande/PI?
- 3 – Como a CIA enxerga o turismo que vem sendo realizado no Delta do Parnaíba, pensando que esta atividade acontece ao passo de outros usos desse território (pesca artesanal, extrativismo, etc.).
- 4 – Quanto aos impactos, a CIA enxerga alguns impactos negativos?
- 5 – Pensando que o Delta é um território que possui diversas atividades de subsistência e que funcionam também na conservação ambiental, o turismo é uma ameaça?
- 6 – Os pescadores, extrativistas, marisqueiras, enfim, os agentes que vivem dessas atividades de subsistência relatam à CIA, problemas com o turismo que sendo realizado no Delta do Parnaíba, isto é, pensando o papel de intermediação da CIA desse processo de luta por direitos dos povos tradicionais?
- 7 – Atuar com o turismo por meio de projetos, pensando esta atividade na conciliação com as outras atividades de subsistência, é uma demanda da CIA?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA* PARA O INSTITUTO CHICO
MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio**

1. De que forma, o ICMBio “gerencia”/administra a RESEX Marinha Delta do Parnaíba?
2. Pensando, turisticamente, o Delta do Parnaíba a luz das unidades de conservação, existe gestão do turismo na RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (PI-MA)? Isto, pensando que o turismo que vem acontecendo, atua nos limites territoriais dessa UC. Fale um pouco.
3. Pensando este turismo que vem sendo praticado, o mesmo vem causando conflitos e/ou impactos negativos na RESEX ou nos seus limites?
4. Se existe, quais são as iniciativas para mitigá-los?
5. Na sua opinião, o turismo é uma “ameaça”, a médio e longo prazo, pensando o extrativismo e a pesca artesanal como atividades-chaves da RESEX?
6. Existe fiscalização na RESEX sobre atividades relacionadas ao turismo? Isto pensando em algo ilícito como construção de equipamentos turísticos, conflitos comunidade x turista, etc... Fale um pouco...
7. Existe um diálogo com o setor de serviços (sobretudo, agências de viagens) dos limites municipais da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (Parnaíba, Ilha Grande e Araióses) para a gestão assim como a resolução de problemas socioambientais por conta do turismo? Fale um pouco.
8. E com as prefeituras dos municípios relevantes (Parnaíba, Ilha Grande e Araióses), turisticamente, para a RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (PI-MA)?

Mapa 5 e 8 “Densidade dos meios de hospedagens em Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI”

MH (Parnaíba/PI)	Longitude	Latitude	Endereço
Hotel Delta	190991.96 m E	9678865.74 m S	Av. Pres. Getúlio Vargas, 268 - Centro, Parnaíba - PI, 64200-200
Pousada Vila Parnaíba	191104.82 m E	9679103.24 m S	R. Monsenhor Joaquim Lopes, 500 - N. Sra. Do Carmo, Parnaíba - PI, 64200-150
Pousada Porto das Barcas	190814.40 m E	9679062.48 m S	Nossa Sra. do Carmo, Parnaíba - PI, 64200-200
Pousada Beira Rio Parnaíba	191588.21 m E	9679121.75 m S	R. Bacharel Benjamin Constant, 225 - Centro, Parnaíba - PI, 64200-370
Pousada Recanto das Palmeiras	194103.56 m E	9678582.66 m S	Rua Abigail Nogueira Batista, 55 - Reis Veloso, Parnaíba - PI, 64204-030
Pousada Chalé suíço	192301.43 m E	9678750.92 m S	R. Padre Raimundo José Viêira, 448 - Ns. de Fátima, Parnaíba - PI, 64202-340
Pousada Aeroporto	195891.67 m E	9679010.91 m S	BR-343 - São Judas Tadeu, Parnaíba - PI, 64206-260
Pousada Vila do Carmo	191061.73 m E	9678948.54 m S	R. Monsenhor Joaquim Lopes, 589 - Centro, Parnaíba - PI, 64200-150
Hotel Pousada Delta Flat	195592.08 m E	9678040.31 m S	Rua Antonio Prado, 95 - Reis Velloso, Parnaíba - PI
Pousada Cristo Rei	196544.78 m E	9679272.56 m S	Av. Francisco Borges dos Santos, 1590 - Reis Veloso, Parnaíba - PI
Portal dos ventos	194037.06 m E	9678125.67 m S	R. Antônio Gutemberg, 160 - Reis Veloso, Parnaíba - PI, 64202-020
Pousada dos ventos	193520.43 m E	9678003.65 m S	Av. São Sebastião, 2586 - Pindorama, Parnaíba - PI, 64215-065
Pousada Toca do Coelho	193880.07 m E	9676099.46 m S	Av. Dep. Pinheiro Machado, 2500 - Alto Santa Maria, Parnaíba - PI, 64208-345
Hotel Pousada Parnamar	193782.19 m E	9677091.37 m S	Av. Pinheiro Machado, 1550 - Boa Esperança, Parnaíba - PI, 64212-900
Pousada Aconchego Familiar	191829.22 m E	9678801.56 m S	Av. Primeiro de Maio, 980 - Cantagalo, Parnaíba - PI, 64202-400
Pousada Litoral	193823.58 m E	9676426.95 m S	Av. Pinheiro Machado, 2700 - Rodoviária, Parnaíba - PI, 64200-035
Pousada Igarçu	191228.24 m E	9679080.77 m S	R. Alm. Gervásio Sampaio, 390 - Centro, Parnaíba - PI, 64200-250
Pousada Portal dos Guarás	194974.93 m E	9676899.80 m S	Av. Dr. João Silva Filho, 3230 - Piauí, Parnaíba - PI, 64208-105
Casa de Santo Antônio Hotel de Charme	191575.12 m E	9678468.51 m S	Praça Santo Antônio, 988, Parnaíba 64200-361
Delta Park Hotel	192216.64 m E	9679350.35 m S	Av. Companheiro José Alfredo, 1075 - B. Cantagalo, Parnaíba - PI, 64202-720
Nautillus Hotel	193787.24 m E	9678674.47 m S	BR-343 - Rodoviária, Parnaíba - PI

Delta Hostel	194392.33 m E	9675898.30 m S	R. Merval Neres, 2990 - Dirceu Arcoverde, Parnaíba - PI, 64210-030
Hotel cívico	191663.32 m E	9678704.32 m S	Hotel Cívico - Avenida Chagas Rodrigues - Centro, Parnaíba - PI
Pousada Litorânea	193839.93 m E	9676907.38 m S	Av. Pinheiro Machado, 1735 - Rodoviária, Parnaíba - PI, 64212-045

MH (Ilha Grande/PI)	Longitude	Latitude	Endereço
Delta Pousada	186889.37 m E	9685134.03 m S	Estr. p/ os Tatus, 778 - Baixão, Ilha Grande - PI, 64224-000
Pousada Recanto dos Passáros	183017.22 m E	9693182.68 m S	Ilha Grande - Canárias/Airozes, s/n - Zona Rural, Airozes - MA, 65570-000

Mapa 6 e 8 Densidade das Agências Turísticas em Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI

AG (Parnaíba/PI)	Longitude	Latitude	Endereço
Eco adventure Tour	190777.16 m E	9678964.73 m S	Av. Pres. Getúlio Vargas, 26 - Centro, Parnaíba - PI, 64200-200
Agência Delta Rio Parnaíba	195884.79 m E	9677982.84 m S	Av. São Sebastião, 5013 - Reis Veloso, Parnaíba - PI, 64208-015
MB Turismo	190793.32 m E	9679028.55 m S	Av. Pres. Getúlio Vargas, 13 - Centro, Parnaíba - PI, 64200-200
CVC Parnaíba	194680.49 m E	9678795.19 m S	Rodovia Br-343, 3175 - Sala 06 - São Judas Tadeu, Parnaíba - PI, 64204-260
Natur Turismo	194139.34 m E	9678265.67 m S	R. Alzira Guilhermina Neves, 145 - Reis Veloso, Parnaíba - PI, 64210-380
Atalaia Turismo Ltda	190844.13 m E	9678939.03 m S	Av. Pres. Getúlio Vargas, 106 - Centro, Parnaíba - PI, 64200-200
Rastro Nordestino Agência de Viagens	193809.33 m E	9676890.95 m S	Av. Pinheiro Machado, S/N - Rodoviária, Parnaíba - PI, 64212-045
Igaratur	190813.19 m E	9679016.77 m S	Av. Pres. Getúlio Vargas, 43 - Centro, Parnaíba - PI, 64200-200
Clip Turismo	190932.24 m E	9678929.26 m S	Av. Pres. Getúlio Vargas, 200 - 5 - Centro, Parnaíba - PI, 64200-200

AG (Ilha Grande/PI)	Longitude	Latitude	Endereço
Ilha Turismo	186768.43 m E	9684327.55 m S	Av. Martins Ribeiro, 270 - Centro, Ilha Grande - PI, 64224-000
Agência Antares Delta Turismo	185728.28 m E	9686691.04 m S	64224-000 - Tatus, Ilha Grande - PI

Mapa 7 e 8 Densidade de empreendimentos que oferecem serviços de alimentação e bebidas em Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI

A&B (Parnaíba/PI)	Longitude	Latitude	Endereço
Restaurante Mangata	195410.66 m E	9677925.38 m S	Av. São Sebastião, 3900 - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba - PI, 64202-020
Restaurante Caranguejo Expresso	191336.90 m E	9678629.13 m S	R. Quentinha Píres, 64 - Centro, Parnaíba - PI, 64200-350
Restaurante Mirante	194559.96 m E	9677976.75 m S	Av. São Sebastião, 2964 - Frei Higino, Parnaíba - PI, 64208-015
Churrascaria Tapicanha	192314.04 m E	9678034.84 m S	Av. São Sebastião, 1918 - São Francisco, Parnaíba - PI, 64215-065
Confraria do Paladar	191343.72 m E	9678592.71 m S	Rua Quentinha Píres, 36 - Ns do Carmo, Parnaíba - PI, 64200-350
Torquália	190847.59 m E	9678988.92 m S	Rod. p/ Pedra de Sal, 96 - Nossa Sra. do Carmo, Parnaíba - PI, 64200-050
Beirut comida libanesa	192459.16 m E	9678110.00 m S	Av. São Sebastião, 1441 - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba - PI, 64202-020
Cantinho do Camarão	191550.46 m E	9679316.95 m S	R. Quentinha Píres, 16 - Nossa Sra. do Carmo, Parnaíba - PI, 64200-080
Dogão Lanches	192261.43 m E	9678007.28 m S	R. Francisco Severiano, 820 - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba - PI, 64202-020
Churrascaria Amizade	193178.82 m E	9676442.47 m S	R. Ceará, 718 - Ceará, Parnaíba - PI, 64215-450
Emporium pub restobar	194516.55 m E	9678752.24 m S	BR-343, 3774 - Reis Veloso, Parnaíba - PI, 64202-270
Restaurante o nego	192963.53 m E	9676673.66 m S	R. Ceará, 485 - Ceará, Parnaíba - PI, 64215-500
Pizzaria Bell'italia	193952.88 m E	9677990.51 m S	Av. São Sebastião, 3030 - Piauí, Parnaíba - PI, 64208-015
Pizzaria Rústica	192846.82 m E	9678602.79 m S	Av. Nossa Sra. de Fátima, 802 - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba - PI, 64202-220
Nakasa sushi-bar	193880.08 m E	9678052.63 m S	Av. Pinheiro Machado, 535 - Reis Veloso, Parnaíba - PI, 64212-045

Bob's burgers	193282.36 m E	9678018.70 m S	Av. São Sebastião, 2336 - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba - PI, 64202-020
Churrascaria Recanto Gaucho	193792.46 m E	9678345.00 m S	Tv. Costa Fernandes, 1817 - Reis Veloso, Parnaíba - PI, 64202-180
Emporium Paulista	194017.79 m E	9678679.50 m S	Rodovia BR-343, 1966 - Reis Veloso, Parnaíba - PI, 64204-035
Parnaíba shopping	194604.72 m E	9678100.88 m S	Av. São Sebastião, 3429 - Reis Veloso, Parnaíba - PI, 64204-035
Cornélio Caranguejo	189979.54 m E	9678407.24 m S	R. Cel. Pacífico, 909 - São José, Parnaíba - PI, 64218-080
Candeeiro Bar	191994.08 m E	9678716.86 m S	R. Antônio Dumont - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba - PI, 64202-420
republica pub	192645.69 m E	9678055.43 m S	Av. São Sebastião, 1730 - Campos, Parnaíba - PI, 64202-020
Bar e pesticultura galpão beer	192562.43 m E	9678021.89 m S	R. José Bonifácio, 1212 - Campos, Parnaíba - PI, 64202-175
ZERO86PUB	195831.46 m E	9678019.32 m S	R. Projetada Cento e Oitenta e Um, 15 - Reis Veloso, Parnaíba - PI
Calçada cultural	191493.80 m E	9679298.20 m S	110, R. Beira Rio, 19 - Nossa Sra. do Carmo, Parnaíba - PI, 64200-110
Bambu shushi	192317.29 m E	9678058.39 m S	Av. São Sebastião, 1382 - Campos, Parnaíba - PI, 64202-020
Churrascaria Parnagrill	193813.66 m E	9677518.65 m S	Av. Pinheiro Machado, 1114 - Boa Esperança, Parnaíba - PI, 64204-035
Gullas Gril	192889.09 m E	9678040.60 m S	Av. São Sebastião, 1980 - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba - PI, 64202-020
Pizzaria Sabor de frutas	193859.07 m E	9677987.93 m S	Av. Pinheiro Machado, 38 - Reis Veloso, Parnaíba - PI, 64212-055
Lac Lanches	192911.07 m E	9677009.18 m S	Av. Dr. João Silva Filho, 48 - Piauí, Parnaíba - PI, 64208-105

A&B (Ilha Grande)	Longitude	Latitude	Endereço
Restaurante la barquita	186950.88 m E	9684403.22 m S	Centro, Ilha Grande - PI, 64224-000
Restaurante Marina Mateus Portela	185728.28 m E	9686691.04 m S	Tatus, Ilha Grande - PI, 64224-000
Recanto do espeto e delicias caseiras	186950.40 m E	9684403.57 m S	Centro, Ilha Grande - PI, 64224-000

Mapa 8 “Densidade dos serviços oferecidos em Ilha Grande/PI e Parnaíba/PI

Serviços Bancários (Parnaíba/PI)	Longitude	Latitude	Endereço
Banco do Brasil	190943.72 m E	9678705.72 m S	Praça da Graça, 356 - Centro, Parnaíba - PI, 64200-120
Banco Santander	191058.59 m E	9679107.32 m S	R. Oscár Clark - Nossa Sra. do Carmo, Parnaíba - PI, 64200-130
Banco do Brasil	193858.92 m E	9677136.55 m S	R. Anhanguera, 2055 - São Francisco da Guarita, Parnaíba - PI, 64215-360
Banco do Nordeste	190932.46 m E	9678830.55 m S	Praça da Graça, 624 - Centro, Parnaíba - PI, 64200-120
Banco do Nordeste	191244.64 m E	9677629.26 m S	Conjunto Dirceu Arcoverde II, Qd 183 20, S/N - Centro, Teresina - PI, 64078-080
Caixa econômica federal	190988.75 m E	9678763.70 m S	Praça da Graça, s/n - Centro, Parnaíba - PI, 64200-000
Bradesco	191880.48 m E	9677600.95 m S	R. Teresina, 984 - São Francisco da Guarita, Parnaíba - PI, 64218-680
Itaú	191150.51 m E	9678742.41 m S	R. Riachuelo, 458 - Centro, Parnaíba - PI, 64200-280